



CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CINTHIA ALVES ALBINO DUARTE

**O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E PATRIMÔNIO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG) CAMPUS CORA CORALINA
E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E
REGIÃO**

GOIÂNIA – GO

2023



CINTHIA ALVES ALBINO DUARTE

**O CURSO BACHARELADO DE TURISMO E PATRIMÔNIO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG) CAMPUS CORA CORALINA
E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E
REGIÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), como requisito parcial para obtenção de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Edson José de Souza Júnior.

Linha de pesquisa: Educação e Desenvolvimento Regional.

GOIÂNIA – GO

2023

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

D812c

Duarte, Cinthia Alves Albino.

O curso de bacharelado em turismo e patrimônio na Universidade Estadual de Goiás (UEG) campus cora coralina e o desenvolvimento regional no município de Goiás e região. / Cinthia Alves Albino Duarte. – 2023.

150 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Edson José de Souza Júnior.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2023.

1. Curso de Turismo. 2. Cidade de Goiás. 3. Políticas Públicas. 4. Desenvolvimento Local. I. Souza Júnior, Edson José de. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 711:378



CINTHIA ALVES ALBINO DUARTE

**O CURSO BACHARELADO DE TURISMO E PATRIMÔNIO NA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG) CAMPUS CORA CORALINA
E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E
REGIÃO**

BANCA DE DEFESA:

DR. EDSON JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR
Professor Orientador

DRA. CÍNTIA NEVES GODOI
Professora Leitora

DRA. IÊDA RUBENS COSTA
Professora Leitora (examinadora externa)

*Dedico esta dissertação à minha família que
esteve ao meu lado e sempre apoiou em minhas
escolhas.*

Agradeço ao meu orientador que esteve comigo nesta caminhada me orientado e apoiando durante todo andamento do mestrado, pessoa íntegra, dedicado ao seu trabalho e um excelente profissional que me conduziu a este momento. Agradeço igualmente a todos os professores do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA).

“Eu sou aquela
mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a
vida.
Não desistir da
luta.”

Cora Coralina

RESUMO

Esta dissertação integra a linha de pesquisa Educação e Desenvolvimento Regional do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), e busca resolver o seguinte problema: Como o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina – Cidade de Goiás – tem colaborado com o desenvolvimento regional e local? Como o referido curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio tem contribuído para o turismo no município e região? O objetivo geral do estudo é analisar como o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) contribui para o desenvolvimento regional da Cidade de Goiás. Os objetivos específicos incluem: a análise das políticas públicas de educação, cultura e turismo na Cidade de Goiás e suas contribuições para o desenvolvimento regional; a avaliação do curso Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e suas influências no calendário de eventos como políticas de educação, cultura e turismo e suas contribuições para o desenvolvimento local; e a verificação das intersecções das políticas públicas de educação, cultura e turismo com a economia local na promoção do desenvolvimento local. A pesquisa busca compreender a relevância do curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio como agente impulsionador do desenvolvimento regional, bem como identificar oportunidades de fortalecimento das políticas públicas e iniciativas relacionadas ao turismo na região de Goiás. Para dar suporte teórico ao desenvolvimento do presente trabalho, foram utilizados os ensinamentos de, entre outros, Candiottto (2015), Censon, (2022), Fernandes (2012), Sousa e Freiesleben (2018), Fusco e Ojima (2017), Griebeler (2021), Kamimura e Simonetti (2017), Manfré e Nardez (2019), Silva e Mantovaneli Júnior (2015), Pacheco (2011), Rolim e Serra (2009), Schindler (2014), Silveira (2002), Souza e Theis (2009) e Tomazzoni (2009). A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo, e os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental, com aplicação de questionários e realização de entrevista. Concluiu-se que o curso de bacharelado em turismo e patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina, situado na cidade de Goiás (GO), realiza uma boa articulação entre as políticas públicas de educação, de cultura, de turismo e econômica, mas há a necessidade de aperfeiçoamento do processo de acesso e permanência dos alunos no curso, na garantia de uma formação qualificada para desenvolver a cidade e a região com grande potencial turístico.

Palavras-chave: patrimônio; Universidade Estadual de Goiás; desenvolvimento regional; desenvolvimento local; políticas públicas; turismo; cultura; educação; Cidade de Goiás.

ABSTRACT

This dissertation is part of the research line Education and Regional Development of the Professional Master's Program in Regional Development at Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), and seeks to solve the following problem: How does the Bachelor's Degree in Tourism and Heritage at UEG campus Cora Coralina of the Cidade de Goiás has collaborated with regional and local development? How has the tourism course contributed to tourism in the municipality and region? As the objective of the study is to analyze how the Bachelor of Tourism and Heritage course at UEG contributes to the regional development of the City of Goiás. Specific objectives include the analysis of public education, culture and tourism policies in the region and their impact on regional development, the investigation of the UEG Tourism and Heritage course and its influences on the calendar of events and its contribution to local development, and the verification of the intersections of public policies with the local economy in promoting local development. The research seeks to understand the relevance of the Bachelor of Tourism and Heritage course as a driving agent of regional development, as well as to identify opportunities to strengthen public policies and initiatives related to tourism in the region of Goiás. To give theoretical support to the development of the present work, the teachings of, among others, Candiotto (2015), Censon, (2022), Fernandes (2012), Sousa and Freiesleben (2018), Fusco and Ojima (2017), Griebeler (2021), Kamimura and Simonetti (2017), Manfré and Nardez (2019), Silva e Mantovaneli Júnior (2015), Pacheco (2011), Rolim and Serra (2009), Schindler (2014), Silveira (2002), Souza and Theis (2009) and Tomazzoni (2009), were used. The research was carried out with a qualitative approach, with an exploratory and descriptive objective, and the procedures used were bibliographic and documentary research, with the application of questionnaires and interviews. It was concluded that the bachelor's degree in tourism and heritage at the State University of Goiás (UEG), Cora Coralina campus, located in the city of Goiás (GO) performs a good articulation between public policies of education, culture, tourism and economics, but there is a need to improve the process of access and permanence of students in the course, guaranteeing a qualified training to develop the city and the region with great tourist potential.

Keywords: patrimony; Goiás State University; regional development; local development; public policy; tourism; culture; education; city of Goiás.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMTUR	Companhia Municipal de Turismo de Ubatuba
CMT	Conselho Municipal de Turismo
CNT	Confederação Nacional do Transporte
GO	Estado de Goiás
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FICA	Festival Internacional Cinema e Vídeo Ambiental
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IBT	Indústria Brasileira de Transformadores Ltda
ICCA	Associação de Congressos e Convenções Internacionais
IESs	Institutos de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFs	Institutos Federais
IMB	Instituto Mauro Borges
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGT	Lei Geral de Telecomunicações
MG	Estado de Minas Gerais
MTur	Ministério do Turismo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Platur	Planejamento Turístico
PMT	Plano Municipal de Turismo
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Pesquisa Nacional de Tráfego
PR	Estado do Paraná
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PUC	Pontifícia Universidade Católica
RS	Estado do Rio Grande do Sul
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sine	Sistema Nacional de Emprego
SP	Estado de São Paulo
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UNAM	Universidade Nacional Autônoma do México
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Uniana	Universidade Estadual de Anápolis
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Material promocional da Embratur em 1977, 1978 e 1983	39
Figura 2 – Estrutura de gestão do Programa de Regionalização do Turismo.....	44
Figura 3 – Organização dos Macroprogramas.....	46
Figura 4 – Certificado do Conselho Municipal de Turismo Goiás/GO.....	77
Figura 5 – Aplicativo para os turistas da Cidade de Goiás.....	111

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Tenda multiétnica.....	113
---------------------------------	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da produção de leite (mil litros) e o rebanho de vacas ordenhadas (cabeças) entre os anos de 2010 e 2020 do município da Cidade de Goiás, Goiás	82
Gráfico 2 – Gênero dos turistas pesquisados.....	88
Gráfico 3 – Faixa etária dos turistas pesquisados.....	88
Gráfico 4 – Gasto diário médio por pessoa	89
Gráfico 5 – Acompanhantes na viagem para Cidade de Goiás	89
Gráfico 6 – Motivo da viagem para a Cidade de Goiás.....	90
Gráfico 7 – Turismo procurado pelos turistas	91
Gráfico 8 – Como o turista soube da Cidade de Goiás.....	92
Gráfico 9 – Hospedagem utilizada	92
Gráfico 10 – Gastos dos turistas	93
Gráfico 11 – Nota (1 a 5) para os pontos turísticos visitado da cidade	93
Gráfico 12 – Faixa etária dos comerciantes	94
Gráfico 13 – Turismo como progresso econômico	94
Gráfico 14 – Interferência do desenvolvimento do turismo	95
Gráfico 15 – Benefício com o turismo desenvolvido	95
Gráfico 16 – O turismo beneficia a comunidade	96
Gráfico 17 – Tipo de turismo procurado na cidade.....	96
Gráfico 18 – Divulgação do turismo da Cidade de Goiás	97
Gráfico 19 – Satisfação dos comerciantes com o turismo	97
Gráfico 20 – Contribuição do turismo para o desenvolvimento regional e local	98
Gráfico 21 – A contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico na Cidade	98
Gráfico 22 – A formação acadêmica dos estudantes do curso de turismo e patrimônio da UEG campus Cora Coralina corresponde às necessidades do mercado de trabalho na cidade de Goiás e Região	99
Gráfico 23 – Comerciantes que ingressaram no curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio campus Cora Coralina.....	99
Gráfico 24 – Ingressante no curso de turismo	100
Gráfico 25 – Faixa etária dos alunos	100
Gráfico 26 – Gênero dos alunos	101
Gráfico 27 – Classificação da potencialidade o turismo na Cidade de Goiás	101

Gráfico 28 – O turismo mais atrativo para a cidade	102
Gráfico 29 – Contribuição do turismo para o desenvolvimento da cidade	102
Gráfico 30 – Como as políticas públicas de educação, cultura e turismo podem contribuir para a economia e o desenvolvimento local do município de Goiás	103
Gráfico 31 – Intersecções entre políticas públicas de educação, cultura e turismo presentes na Cidade de Goiás	103
Gráfico 32 – Motivo na escolha do curso.....	104
Gráfico 33 – A relevância do curso para região	105
Gráfico 34 – O curso contribui para a promoção de eventos culturais, religiosos e turísticos da região.....	105
Gráfico 35 – A matriz curricular está de acordo com o mercado de trabalho	106
Gráfico 36 – O curso superior de turismo e patrimônio em parceria com a secretaria de turismo e desenvolvimento econômico da Cidade de Goiás promovem ações para desenvolvimento econômico da região	107
Gráfico 37 – O desenvolvimento econômico da região é utilizado para valorizar a cultura local	107
Gráfico 38 – Políticas públicas de educação na promoção do desenvolvimento	108
Gráfico 39 – Políticas públicas de turismo e cultura são adequadas para promover o turismo local e o desenvolvimento regional	108

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Acesso a Cidade de Goiás	74
Mapa 2 – Programa Regionalização do Turismo	76
Mapa 3 – Mapa dos principais pontos turísticos da Cidade de Goiás	79
Mapa 4 – Localização dos campi da UEG no Estado de Goiás	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – O município de Goiás: Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, Valor Adicionado (VA) por setor, população e PIB per capita – 2020	81
Tabela 2 – Informações do curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás campus Cora Coralina	86
Tabela 3 – A procedência do turista (cidade/estado).....	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
1.1.1 Políticas públicas de educação	29
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA	33
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO.....	35
1.4 A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL	36
CAPÍTULO 2 – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	51
2.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	52
2.2 CURSOS SUPERIORES NA ATUALIDADE EDUCACIONAL DO SÉCULO XXI	56
2.3 O ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	59
2.3.1 Os cursos de turismo	62
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.2 PESQUISA DOCUMENTAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
3.3 PESQUISA DE CAMPO.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO 4 - A CIDADE DE GOIÁS.....	6573
4.1 GOIÁS: HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL	7373
4.2 ASPECTOS DO TURISMO E A CULTURA	7575
4.3 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	8080
CAPÍTULO 5 – O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E PATRIMÔNIO DA UEG.....	83
5.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG) E O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E PATRIMÔNIO.....	83
5.2 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	87
5.3 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	109
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXOS	128
APÊNDICE	12843

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, ao se falar a respeito de desenvolvimento regional e local, é muito comum que se confunda com o desenvolvimento econômico e social. Entretanto, na verdade o conceito de desenvolvimento regional, propriamente dito, é muito amplo, sendo em suma um processo de mudança e transformações que inclui crescimento econômico, a melhoria social e a sustentabilidade para que se alcance o desenvolvimento tendo com base as necessidades dos indivíduos, da comunidade e da população de um país, ou de uma dada região/localidade que o compõe.

Neste sentido, cabe destacar que o desenvolvimento regional, antes de tudo, deve ser considerado como indispensável em um país como o Brasil, devido à extensão territorial e às diversas realidades existentes em cada região. Tal desenvolvimento, como já se mencionou de passagem, vai além das aptidões e potencialidades de cunho econômico, sendo em tese capaz de promover o bem-estar social e viabilizar a necessidade da região para crescer e se desenvolver no sentido de expandir as melhorias necessárias para a qualidade de vida das populações e comunidades de maneira sustentável e contando com a participação de todos os agentes que compõem e abrangem a realidade social/coletiva.

Nesta seara, cabe destacar que cada região será desenvolvida de acordo com sua localização, economia, cultura. Nesse sentido faz-se necessário criar um modelo de gestão que atenda às necessidades da comunidade local, necessidades estas que abrangem as demandas educacionais do ponto de vista de uma educação institucionalizada. Sendo assim, para que o desenvolvimento aconteça, as políticas públicas devem ser de Estado e não de governo, ou seja, devem ter um caráter permanente e não apenas uma tendência administrativa. Por isso, ao perceber o desenvolvimento regional e local a partir de políticas públicas de educação, cultura e turismo, reconhece-se que a temática abordada apresenta grande relevância para compreender a funcionalidade e o alcance das políticas públicas nas dinâmicas relativas ao desenvolvimento das regiões e localidades por estas contempladas.

O desenvolvimento local e regional tem como objetivo a construção da cidadania sem perder o referencial sociopolítico seja ele estadual ou federal. Tanto o desenvolvimento local quanto o desenvolvimento regional estão ligados por um conjunto de políticas públicas que transpõem a sua região, permitindo que haja melhores

oportunidades e que ocorra o almejado desenvolvimento se manifestando em melhores condições que serão reverberadas na qualidade de vida das populações.

Todas as políticas públicas são importantes para o fortalecimento de um país e suas regiões constitutivas e, quando bem planejadas, elaboradas e aplicadas, podem alcançar o objetivo primordial, que é solucionar os problemas existentes na sociedade, sempre de forma integrada. Em destaque nesta pesquisa: como as políticas públicas de educação, turismo e cultura podem corroborar para o desenvolvimento regional e local. Por esse motivo o estudo analisará o curso Bacharelado Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás *campus* Cora Coralina, na Cidade de Goiás, que é o berço cultural do Estado de Goiás e antiga capital do Estado de Goiás, com igrejas barrocas e casarões coloniais e o turismo como a principal atividade econômica da cidade.

Ante a tal contextura, o presente trabalho foi realizado buscando dar resposta ao problema de pesquisa que pode ser observado por vias da seguinte indagação: como o curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina – Goiás – tem colaborado com o desenvolvimento regional e local? Como o curso do turismo tem contribuído para o turismo no município e região?

Para responder essa pergunta analisaremos, por meio do objetivo geral, de que forma o curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina contribui para o desenvolvimento regional da Cidade de Goiás.

O curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina é resultado de política pública de educação e influenciado pela política pública de cultura por se tratar de uma cidade tombada como Patrimônio Mundial, que reflete no turismo, com destaque para o turismo religioso e cultural, que são planejados por políticas públicas de turismo promovendo desenvolvimento regional e local mediante qualificação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho da cidade e região. As políticas públicas de educação, cultura e turismo se completam na aplicação de forma aglutinada e se destacam na sua individualidade.

Os objetivos específicos direcionarão o estudo em cada etapa, no sentido de analisar as políticas públicas de educação, de cultura e de turismo na Cidade de Goiás e suas contribuições para o desenvolvimento regional; analisar o curso de turismo e patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e suas influências no calendário de eventos como políticas de educação, cultura e turismo e suas contribuições para o

desenvolvimento local; e verificar as intersecções das políticas públicas de educação, cultura e turismo com a economia local na promoção do desenvolvimento local.

Cabe trazer à baila ainda que a presente pesquisa se destaca com uma abordagem qualitativa classificada em seus objetivos como exploratória e descritiva. A pesquisa foi dividida em duas etapas quanto aos procedimentos. Na primeira etapa, sendo considerada uma pesquisa bibliográfica e documental, esses procedimentos foram utilizados com o objetivo de proporcionar familiarização com o tema e construção de um referencial teórico que pudesse delimitar melhor os objetivos. Destacando como fonte de pesquisa referente ao desenvolvimento regional e local, políticas públicas de educação, cultura e turismo e o curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina: livros, artigos da plataforma *Scielo*, *sites* institucionais (Universidade Estadual de Goiás, Prefeitura da Cidade de Goiás e Goiás Turismo), além de pesquisas realizadas em documentos em órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Mauro Borges (IMB) e Universidade Estadual de Goiás UEG *campus* Cora Coralina.

Em seguida foram elaborados os questionários a serem aplicados aos turistas, comerciantes e alunos do curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina; e entrevista a ser aplicada ao coordenador do referido curso e ao secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Cidade de Goiás.

Na segunda etapa, após todo o levantamento de informações, foi realizado o estudo de campo no período de abril/23 até junho/2023 com aplicações de questionários e entrevista no levantamento das informações. Após o levantamento dos dados, iniciou-se o processo de análise dos dados. Por meio dos dados coletados, foi possível realizar uma análise dos dados para verificar como o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina, na Cidade de Goiás, em parceria com a secretaria de turismo e desenvolvimento, tem promovido o desenvolvimento regional sustentável da Cidade de Goiás e região a partir do fomento ao turismo.

O estudo foi dividido em cinco capítulos conforme a necessidade da pesquisa. O capítulo 1, “Desenvolvimento Regional e Local e Políticas Públicas”, foi utilizado como fundamentação teórica para promover um aprofundamento sobre desenvolvimento regional e local e as políticas públicas e sua importância. O capítulo 2, “Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Regional”, foi utilizado como fundamentação teórica para entender o contexto histórico da universidade no Brasil, fazendo uma relação com o desenvolvimento regional e os cursos de turismo. O capítulo 3, “A Cidade de Goiás e o curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG *Campus* Cora Coralina”, tem o objetivo de mostrar um pouco sobre a história da Cidade de Goiás; entender a criação do curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás

(UEG) *campus* Cora Coralina e sua importância; apreciar o turismo e a cultura, que estão interligados na cidade, e sua economia. No capítulo 4, “A Metodologia”, demonstram-se a abordagem, os objetivos e os procedimentos mais adequados para esta pesquisa. No capítulo 5, “O curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG”, apresenta-se a Universidade Estadual de Goiás e seu curso de turismo do *campus* Cora Coralina e uma análise dos dados coletados, proporcionando a transmissão das informações apresentadas pelos turistas, comerciantes, alunos do curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina e o secretário de turismo e desenvolvimento da economia da Cidade de Goiás, na expectativa de conseguir transmitir e relatar todas as falas, informações e sugestões que de forma generosa colaboraram para realização desta pesquisa.

Ainda integra o trabalho a conclusão, as referências bibliográficas, o apêndice – este com o modelo “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” –, bem como os questionários aplicados e os roteiros das entrevistas semiestruturadas realizadas, matrizes curriculares e o ofício com os dados do curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de desenvolvimento é muito amplo, não sendo raro no senso comum haver uma confusão conceitual com o crescimento econômico. Na verdade o que os difere é que o desenvolvimento compreende o crescimento. O crescimento econômico, as melhorias sociais e a sustentabilidade têm que acontecer ao mesmo tempo para que se alcance um desenvolvimento de forma mais ampla. Somente o crescimento econômico não determina o desenvolvimento de um país, e para se alcançar esse desenvolvimento é necessário que se desenvolva economicamente.

Ao longo da história brasileira, as políticas de centralização e descentralização foram diferenciadas em diversos movimentos do ponto de vista regional. Assim, Souza e Theis (2009, p. 25) afirmam que:

O primeiro quando predominou de 1930 a 1990, a centralização das ações na mão do Estado e os agentes locais pouco decidiam sobre os rumos econômicos e sociais da sua região. Nos anos de 1980, temos uma frase de transição, quando o Estado foi eleito o anátema da crise, dando abertura para surgir movimentos em defesa do municipalismo. O segundo nos anos de 1990, com advento do neoliberalismo, o Estado delegou, aos agentes locais, grande parte das políticas de desenvolvimento e iniciou uma disputa entre unidades federativas e municípios por instalações de novas indústrias, dando um aumento exponencial do desemprego (Souza; Theis, 2009, p. 25).

Nesse período toda tomada de decisão era centralizada e dependia do Estado e pouco era feito em relação às localidades, e assim perceberam a necessidade da descentralização e a participação dos municípios para que essas políticas tivessem um alcance maior.

Por esse motivo é fundamental para o desenvolvimento regional que muito se discuta entre os estudiosos um modelo de gestão que seja adotado para o desenvolvimento de certa região. É necessário indagar se as metas e objetivos propostos estão de acordo com a realidade desse lugar.

Para pensar em desenvolvimento regional, devemos ter em mente alguns critérios básicos, conforme sistematizado por Souza e Theis (2009, p. 169):

a) a formação socioespacial de cada região; b) o grau de enraizamento das unidades econômicas e das organizações e movimentos sociais presentes na região; c) o encadeamento acionado por essas unidades, organizações e movimentos; d) a diferenciação social entre classe, instituições e unidades produtivas; e) as especificidades que diferenciam cada região. (Souza; Theis, 2009, p. 169).

Para pensar em desenvolvimento regional para uma determinada região, deve ser considerada a localização e fatores de aglomeração, para que se possa promover o desenvolvimento econômico mediante criação de empregos, com a participação de todos: União, estado, municípios, iniciativa privada e comunidade.

Conforme Sousa e Freiesleben (2018), desenvolvimento regional é o fornecimento de ajuda e assistência a outras regiões que são menos desenvolvidas economicamente, realçando o resultado das políticas de desenvolvimento. A aplicação do desenvolvimento regional deve atentar-se a melhorias que facilitem a elaboração de um conjunto de medidas de incentivo e suporte necessário ao crescimento econômico da região.

Desenvolvimento regional é mais do que um processo localizado de crescimento econômico e mudança social, pois tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e espiritual de uma comunidade (Souza; Theis, 2009).

Quando se fala de desenvolvimento e a promoção na melhoria de forma geral, em um processo que vai além do desenvolvimento econômico, tem-se como objetivo contemplar o indivíduo e comunidade como um todo (Griebeler, 2021).

Aqui se adere a uma compreensão de desenvolvimento na escala regional como um processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente prudente, apoiado na democratização em todas as escalas da participação ativa da cidadania na definição de seu paradigma societário, na completa soberania dos sujeitos na escolha de seu futuro (Souza; Theis, 2009).

De acordo Sousa e Freiesleben (2018), Souza e Theis (2009) e Griebeler (2021), o desenvolvimento deve ser local e regional de forma a contemplar o indivíduo de modo geral tanto economicamente, como em relação à saúde, educação, cultura, lazer, habitação, alimentação e outros. Para alcançar esse indivíduo, necessita-se de políticas públicas interligadas que promovam desenvolvimento e igualdade social.

Como o nosso Brasil é um país continental, percebemos uma grande dificuldade na implementação desse desenvolvimento. Ele é dividido em macrorregiões, considerando os seguintes critérios: aspectos naturais, sociais e econômicos. Essa divisão facilita a criação e aplicação de políticas públicas de acordo com cada realidade, seja ela econômica, social e ambiental, para promover desenvolvimento regional. Tanto que Oliveira e Lima (2003, p. 36) afirmam que:

O desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais

em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região. (Oliveira; Lima, 2003, p. 36)

Atualmente, a concepção de desenvolvimento regional sofreu uma significativa transformação, tornando-se um instrumento teórico e metodológico de análise das características microrregionais.

Para pensar em desenvolvimento regional para uma determinada região, deve-se considerar a localização e fatores de aglomeração, a fim de que se promova o desenvolvimento econômico por intermédio da criação de empregos, com a participação de todos os envolvidos, como a União, o estado, os municípios, a iniciativa privada e a comunidade.

Segundo o IBGE (2017), para a formação das regiões geográficas intermediárias, antigamente chamadas de mesorregiões, foram estabelecidos os critérios: as características sociais e geográficas e a articulação espacial. Já as regiões geográficas imediatas, chamadas de microrregiões, adotaram como quesitos a produção econômica e a articulação.

O objetivo dessa divisão em região com a mesma realidade é simplificar o entendimento das variáveis que norteiam o problema e assim conseguir traçar metas que são chamadas de políticas públicas. Estas podem ser de curto, médio ou longo prazo, com vistas a buscar formas de solucionar e promover melhoria na vida do cidadão, por meio do desenvolvimento, seja ele na educação, emprego, moradia ou até na qualidade de vida.

Nesse contexto, o desenvolvimento local deve ser considerado como incentivo para o desenvolvimento econômico, baseando-se em políticas e participações sociais que atendam as especificidades de cada local em suas diversas dimensões (Martinez; Oliveira, 2013).

Deve ser observada a região e qual a melhor atividade que pode ser desenvolvida de forma que atenda às necessidades sociais, ambientais e econômicas para que se promova o desenvolvimento local de forma sustentável e equilibrada, em parceria entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade.

O desenvolvimento local envolve um processo de transformação e crescimento da sociedade, que só ocorre de maneira ordenada quando essa sociedade está motivada e organizada a executar projetos integrados em prol da melhoria da coletividade (Dreher; Souza; 2009).

Todo desenvolvimento, seja ele nacional, regional ou local, tem como finalidade alcançar os problemas sociais do povo brasileiro, que diferem de região para região. Portanto, é mais prática essa separação por localidade.

O desenvolvimento local é definido como o processo que pressupõe uma transformação consciente da realidade local, por meio no qual se promove o desenvolvimento endógeno em um determinado espaço geográfico pequeno, territorialmente definido e que representa uma identidade cultural comum. Por intermédio do desenvolvimento local ocorrem os processos de organização, participação e relações sociais (Griebeler, 2021).

O desenvolvimento local surge também das próprias iniciativas locais, buscando alternativas diante da ruptura de modelos pré-estabelecidos, na formulação de políticas condizentes com o consenso dos atores e na busca de uma analogia própria para cada território (Borges, 2007).

O processo de desenvolvimento local, pela sua dinamicidade, por vezes exige ações difíceis de serem tomadas, especialmente em relação às problemáticas sociais como: fome, doença, falta de instrução, desemprego, infelicidade, problemas ecológicos, falta de moradias entre tantas que são essenciais à qualidade de vida de qualquer ser humano. Essas situações precisam ser consideradas pelos agentes responsáveis pelo desenvolvimento local (Dreher; Souza; Ullrich, 2007).

Como o desenvolvimento local das regiões está presente nos debates e em projetos entre os governantes de como crescer economicamente e de forma proporcional melhorar a vida da comunidade, essa promoção pode ocorrer por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Simonetti e Kaminura (2017, p. 22) afirmam que:

De acordo com o conceito de APLs, a premissa básica para se configurar um arranjo produtivo é a aglomeração, ou seja, quando há um número significativo de empresas em torno da mesma atividade produtiva. Assim, os APLs são definidos como aglomerações de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outras, em um mesmo espaço geográfico (município, conjunto de municípios ou região) (Simonetti; Kamimura, 2017, p. 22).

Arranjos Produtivos locais constam de um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais delimitados pelo território em que buscam desenvolver a dinâmica socioeconômica da região.

Nesse sentido, apresenta-se a formação de economias de aglomeração, por possuírem benefícios como a proximidade dos agentes de matéria-prima, equipamentos,

mão de obra etc. Essas aglomerações de empresas ampliam suas oportunidades de sobrevivência e ampliação da instituição, constituindo-se uma essencial fonte indutora de vantagens competitivas (Manfré; Nardez, 2019).

Objetivo de um APL é formar uma rede de colaboração para fortalecer seus participantes entre si, desenvolver e reduzir os índices de mortalidades das empresas de mesmo segmento na região, fortalecendo a economia local. Os APLs podem ser empresas no segmento do leite, calçados, roupas ou na área de serviço como empresa de tecnologia em informática ou consultoria. Eles têm diversos segmentos e cada APL é organizado no mesmo segmento para se desenvolver mediante uma rede de apoio como instituições financeiras, instituições de crédito, Sebrae e outros.

A partir de 2007, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) apresentou um papel importante para o crescimento dos APLs, formando convênios com parceiros estratégicos – Sebrae, Banco do Brasil, governos e estados. Essas políticas voltadas para a escala local se justificam pela importância da quantidade de pequenos negócios e seu papel na contratação de trabalhadores (Manfré; Nardez, 2019).

Percebe-se cada vez mais o empenho do governo, nas esferas federal, estadual e municipal, e de entidades representativas e de apoio às empresas, em destaque as micro e pequenas, em apoiar as iniciativas e formatar políticas públicas para os APLs, como uma nova percepção de políticas de desenvolvimento regional sustentável com prioridade para a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, a geração de trabalho, emprego e renda (Simonetti; Kamimura, 2017).

Toda promoção do desenvolvimento regional e local só é viabilizada com planejamento, elaboração e aplicação de políticas públicas que sejam capazes de alcançar e promover o que sociedade necessita.

1.1 Políticas públicas

Pensar o bem-estar da população reside em uma das principais atividades de um governo. Em termos práticos, a política pública é uma ação ou uma não ação do Estado (Griebeler; Riedl, 2017).

Segundo Secchi (2020), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Esse problema pode ser na área econômica, saúde, educação, infraestrutura, turismo e outros. O problema público é alguma carência ou

algum excesso que existe na sociedade; e a política pública é uma tentativa de intervenção para redução de um problema público.

Uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessas orientações também fazem parte da política pública (Secchi, 2020). Por esse motivo, são necessárias políticas públicas regionais para o desenvolvimento regional para que a população brasileira consiga desfrutar dos seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Essas políticas podem ser divididas em políticas públicas de Estado ou de Governo.

As políticas públicas de Estado são aquelas garantidas na Constituição e independe do governo. Já as políticas públicas de Governo são aquelas criadas por um determinado governante que atende seus interesses específicos estabelecidos na sua campanha eleitoral.

À medida que um problema é inserido na Agenda Governamental, inicia-se o processo de formulação das políticas, que envolve a definição das ações adotadas pelo Estado para solucioná-lo. É o momento em que se definem o objetivo da política pública, os programas desenvolvidos e as metas almejadas, ou seja, o caminho a ser percorrido (Camelo; Magalhães, 2016).

O processo de formulação de políticas públicas envolve basicamente dois grupos distintos: a sociedade e o governo. O primeiro diz respeito à população de modo geral e o segundo, por sua vez, é representado por políticos eleitos pela sociedade. A sociedade civil, por sua vez apresenta tais demandas aos representantes do governo (deputado, vereadores, senadores etc.), os quais deverão selecionar as necessidades mais urgentes para, então, formular políticas públicas voltadas a esses interesses (Schindler, 2014).

Uma das formas de conter esses conflitos de convivência pode ser a adoção de políticas públicas organizadas e sinalizadas pela sociedade de acordo com a demanda, para que o Estado faça a sua intervenção para buscar uma resolução para o problema público (Silva; Mantovaneli Júnior, 2015).

As desigualdades presentes nas regiões necessitam de políticas públicas assertivas para alcançar as necessidades da comunidade e assim reduzir a disparidade regional na economia, saúde, educação e no âmbito social.

Cabe à sociedade fiscalizar e cobrar dos governantes as medidas necessárias para que os interesses da coletividade sejam respeitados (Schindler, 2014).

A política pública precisa ser considerada uma variável interveniente nessa relação, pois produzirá algum impacto, modificando então tanto o desenvolvimento,

quanto à região. Ou melhor, é preciso compreender quais configurações emergem da relação entre o desenvolvimento, a região e a política pública (Silva; Mantovaneli Júnior, 2015).

Quando falamos em desenvolvimento regional direcionado, as políticas públicas são pensadas e planejadas muitas vezes em nível estadual e federal e não são aplicadas conforme realidade daquela região específica ou não se aplicam àquele território.

E o desenvolvimento regional, fazendo a ligação com o território, permite perceber que as políticas públicas alteram determinados territórios, e, devido a essas intervenções do Estado, os territórios estão em constantes transformações. Outra contribuição significativa por parte do desenvolvimento regional é o pensar nas políticas públicas a partir das especificidades de cada região, atendendo suas próprias necessidades, trabalhando com as possibilidades e limites encontrados em cada região (Silva; Mantovaneli Júnior, 2015).

As políticas podem ser sociais, fiscais ou de infraestrutura, e elas estão interligadas podendo promover desenvolvimento regional. É função do Estado regulador agir como indutor ao desenvolvimento, oferecendo toda a infraestrutura para promover o desenvolvimento regional. Direcionar políticas públicas específicas de acordo com a necessidade de cada região.

A finalidade das políticas públicas regionais existe para impulsionar o crescimento econômico nas pequenas regiões e principalmente as regiões isoladas em nosso país, e assim destacamos as políticas públicas de educação e turismo, que juntas e bem articuladas podem alcançar um grande desenvolvimento regional e local.

1.1.1 Políticas públicas de educação

Para uma região promover desenvolvimento, é necessário investimento na educação, seja ela básica ou superior. Como consequência desse investimento, é necessário promover a qualificação do trabalhador para que os índices sociais e econômicos sejam elevados, gerando crescimento na economia local e melhora na qualidade de vida do trabalhador e seus familiares.

A educação pública é um direito garantido na Constituição Federal (Brasil, 1988), com uma lei específica para educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996):

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I – recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais (Brasil, 1996).

Políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Quando falamos de políticas públicas voltadas para educação, existem inúmeras que neste momento estão em criação ou aplicação; e outras que foram deixadas de lados por problemas como mudança de governo, falta ou corte de recursos financeiros, ou muitas vezes não são bem aceitas pela comunidade a que se destinam. Por esse motivo o planejamento de políticas públicas educacionais é essencial para garantir boa gestão.

A educação pode sim promover essa integração para gerar o desenvolvimento regional. Conforme Delors (2010), refere-se principalmente ao prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento. Isso implica em: (a) saber pensar; (b) aprender a fazer o que considere não só a qualificação profissional, mas também a competência pessoal que se deve ter na resolução de conflitos, relações interpessoais, trabalhos em equipe e em se enveredar em caminhos de inovações; (c) aprender a conviver, principalmente com a diversidade da cultura, dos conflitos e suas resoluções, de respeito ao diferente, de cooperação; (d) aprender a ser, que se refere ao desenvolvimento integral da pessoa considerando os aspectos da inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade e iniciativa.

Observando esses quatro pilares, a educação tem a capacidade de criar pontes para diminuir e transformar as diferenças sociais, estimulando o crescimento da economia por meio do trabalho. Ela pode ser protagonista das políticas públicas como forma de promover o desenvolvimento regional e consequentemente proporcionar ao mercado de trabalho uma mão de obra mais qualificada para suprir a demanda desse mercado mediante as vagas de empregos que irão surgir com esse desenvolvimento regional. Caleiro (2007, p. 139) afirma que:

(...) a educação traz benefícios individuais e sociais. Os individuais podem ser medidos ao nível da saúde, da produtividade, da redução da desigualdade na

distribuição de rendimento. Já os benefícios sociais podem ser medidos ao nível da redução dos efeitos da pobreza, da contribuição para a democratização, da promoção da paz e da estabilidade, do aumento das preocupações com as questões ambientais, do aumento da competitividade económica (Caleiro, 2007, p. 139).

Uma forma de promover o desenvolvimento regional com a educação sendo protagonista é por intermédio dos Institutos Federais (IFs), ensinos médio e superior voltados para uma educação profissionalizante e de qualidade. Esse é um projeto que se aplica a todas as regiões do país, com o objetivo de alcançar as cidades afastadas dos grandes centros urbanos e estimular o desenvolvimento regional, tanto que Pacheco (2011, p. 7) assevera que:

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade (PACHECO, 2011, p. 7).

Projetos como esse necessitam de políticas públicas com liberação de recursos para viabilizar as implantações onde for preciso para promover o desenvolvimento regional, além de políticas públicas educacionais estaduais como criações de universidades públicas estaduais com objetivo de levar o ensino superior a todas as regiões do estado para promover a formação e capacitação do cidadão e como consequência uma mão de obra qualificada na promoção do desenvolvimento econômico, local e regional. Daí Fusco e Ojima (2017, p. 252) vaticinarem que:

(...) o crescimento no número de vagas em instituições de ensino superior tenha contribuído com o desempenho na dinâmica migratória, acredita-se que um dos efeitos da interiorização do ensino superior possa ser o de dinamizar a economia local e regional, o que proporciona a possibilidade de atração e, principalmente, de retenção da população (Fusco; Ojima, 2017, p. 252).

Uma política pública da educação que pode ser planejada e aplicada é a descentralização do ensino superior com a criação de universidades em regiões estratégicas para evitar a migração para os centros urbanos e desenvolver a região com profissionais preparados de acordo com a atividade econômica local.

Quando os impostos arrecadados são utilizados na educação, em investimentos nas instituições de ensinos públicos, estão contribuindo para o desenvolvimento social, econômico do local. Rolim e Serra (2009, p. 29) asseveram que:

(...) o papel da universidade no desenvolvimento regional vem recebendo crescente destaque nos últimos anos, sendo considerado como elemento-chave

deste processo. Principalmente a territorialidade destas instituições, ou seja, suas contribuições para a região em que estão inseridas. De acordo com o referido autor, a universidade é um fator ativo para o desenvolvimento regional em diversos aspectos, inclusive econômico (Rolim; Serra, 2009, p. 29).

A educação assume importância crucial no Brasil, porque é uma das principais fontes de desigualdade na distribuição de renda e bem-estar. Numa realidade em que um ano a mais de estudo recebe remuneração elevada; na qual a educação sozinha explica a maior parte dos salários; e na qual a maioria dos brasileiros tem menos de 7 anos de educação, a consolidação e ampliação de redes de Universidades Estaduais com características locais e voltadas para o desenvolvimento regional assumem uma importância fundamental (Raiher, 2017).

Verificou-se que políticas públicas de educação são muito significativas no desenvolvimento regional proporcionando uma melhoria de vida à comunidade, diminuindo a desigualdade social, estimulando o crescimento econômico e gerando renda em cidades que estão afastadas dos centros urbanos.

O incentivo à educação pública é capaz de gerar produção, emprego de alta qualificação e massa salarial para o desenvolvimento regional, considerando os efeitos direto, indireto e induzido sobre a economia (Raiher, 2017).

Segundo Rolim e Serra (2009, p. 31), as instituições de ensino superior podem ser consideradas como: importante vetor em termos de educação, cultura, saúde, bem-estar e fatores econômicos; para tanto, é fundamental que estejam inseridas de maneira efetiva nas regiões a que pertencem.

Os autores também destacam que muitas instituições de ensino superior têm corroborado para o desenvolvimento regional a partir das necessidades de cada região.

Para Furtado (2013), o Estado nacional ancora a unidade de referência de sua teoria do desenvolvimento econômico. E neste contexto coloca a educação como sendo um fator preponderante para o desenvolvimento local, regional e/ou mundial.

Como a educação contribui para o desenvolvimento da sociedade, confrontando interesses públicos e interesses particulares, projeta-se como multiplicadora do empoderamento e eficácia da produção de um ser humano melhor (Sousa; Freiesleben, 2022).

Por meio da educação, pode-se desenvolver mão de obra qualificada e promover a geração de empregos e o aumento da produtividade, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico da região. Além disso, a educação ajuda a reduzir as desigualdades sociais e facilita a integração de grupos sociais historicamente excluídos.

A educação também é fundamental para o desenvolvimento da identidade cultural e local, pois resgata e preserva as tradições e a história da região, além de estimular a criatividade e a inovação. Portanto, a educação desempenha um papel vital no desenvolvimento regional e local, pois forma recursos humanos qualificados, promove a inclusão social, estimula a criatividade e a inovação, desenvolve lideranças locais comprometidas com o desenvolvimento regional.

1.2 Políticas públicas de cultura

Quando falamos de políticas públicas de cultura, estamos falando de um conjunto de medidas desenvolvidas pela administração pública ou instituições civis, empresas ou grupos comunitários, com intuito de reconhecer e proteger determinados aspectos sociais que destacam as características regionais e culturais de uma comunidade.

O gestor público tem a obrigação de proporcionar o acesso à cultura nacional por meio de políticas públicas estabelecidas para as manifestações culturais voltadas para a valorização da cultura regional.

O financiamento de todo e qualquer programa ou projeto deve considerar suas consequências sobre a melhoria do acesso (*access*), entendida como a ampliação de público, ou modificação em sua composição social para estratos menos favorecidos, ou melhoria de repertórios de gosto (Durand, 2001).

O acesso à cultura tem que ser melhorado e ampliado para que toda a população tenha acesso. Para esse tipo de ação é necessária uma participação ativa da secretaria do turismo nos municípios. Considerando que o nosso país é muito grande e com diferenças regionais, há dificuldade de aplicação de políticas públicas mais específicas que sejam elaboradas na esfera federal. Por esse motivo secretarias municipais de cultura atuantes são importantes na promoção do acesso à cultura.

A Constituição Federal possui uma seção própria destinada à cultura, e a esta todos os títulos da Constituição faz referência. Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta alguns artigos relacionando a cultura como um direito de cada cidadão: direitos culturais, direitos à instrução, à participação da vida cultural das comunidades e à participação dos projetos científicos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) definiu a cultura como:

[...] o complexo integral de distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela inclui não apenas as artes e as letras, mas também modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças (UNESCO, 1982, p. 1).

A cultura é muito complexa por causa da sua amplitude. Ela possibilita ao ser humano qualidade de vida e traz sentido à existência do cidadão que se encontra inserido naquele local e naquela comunidade conforme sua origem, religião, costumes ou crenças.

Comunidades inteiras são desenvolvidas por meio da cultura e criam uma consciência crítica para proteger o patrimônio histórico.

A atual Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-Lei n. 25 (Brasil, 1937), substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, 2014):

O Iphan zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade. Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, o Instituto possui um vasto conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional (IPHAN, 2014).

O Sistema Nacional do Patrimônio Cultural é construído em parceria estabelecida pelo Iphan e os governos estaduais, e toda proposta será repassada para os estados e municípios em três eixos: coordenação, regulação e fomento. Trabalhando com esses conceitos e visando facilitar o acesso ao conhecimento dos bens nacionais, a gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial (IPHAN, 2014).

A responsabilidade do Iphan inclui a identificação, proteção, restauração, preservação, administração de bibliotecas, arquivos, museus e outros.

Nossa sociedade necessita falar de cultura como um direito, as políticas públicas precisam ser fortalecidas enquanto agenda nacional e protegidas com uma política de Estado e não de governo. Como veremos no subtópico disponibilizado na sequência, políticas de governos geram programas fragilizados para atender a necessidade do governo atuante e a sociedade perde muito com a realidade de como é constituída a política no Brasil.

1.3 Políticas públicas de turismo

O Turismo, em suas várias dimensões, abrangências e abordagens, tem conquistado cada vez mais espaços. Nos campos econômico, político e acadêmico, têm-se ampliado os projetos, ações e estudos, visando ao seu desenvolvimento sustentável (Tomazzoni, 2009).

As políticas públicas de turismo são a base para que a atividade turística se desenvolva de forma organizada, contínua e sustentável nas localidades beneficiadas, minimizando os impactos negativos do turismo (Schindler, 2014).

É importante que as políticas públicas de turismo estejam estruturadas para o turismo se desenvolver de forma qualificada e sustentável. Essas políticas podem ser municipais, estaduais ou federais e são traçadas com o apoio da comunidade para promover melhoria de vida ao cidadão.

Segundo Schindler (2014), podemos entender como políticas públicas de turismo o conjunto de decisões e ações tomadas pelo Estado com o intuito de iniciar e/ou desenvolver a atividade turística em determinada localidade, buscando benefícios tanto para a comunidade autóctone quanto para quem a visita.

Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento do turismo é uma ampla gama de setores e atividades multidimensionais e multifacetadas, articuladas com atividades econômicas, sociais, culturais e ambientais, além de envolver todos os interessados para uma decisão conjunta, concretizando benefícios em todos os níveis (Gomes; Santos, 2007).

O turismo é visto hoje como uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, sendo também um fenômeno social que leva a transformações socioespaciais (Candioto, 2015). Para o entendimento da política pública de turismo, as ações propostas pelo Estado relacionam qual o tipo de turismo mais adequado para aquela comunidade local, podendo ser de lazer, cultural, rural, gastronômico, religioso e outros. Devem ser observados, planejados e aplicados para que se desenvolva a região e atendam aos interesses da comunidade local.

O principal problema, ou a principal causa da dificuldade para o adequado aproveitamento das potencialidades turísticas nacionais, como fonte de divisas na pauta das exportações e como alternativa para a geração de mais riqueza e bem-estar social, é a falta de condições ambientais favoráveis para o desenvolvimento de novas oportunidades

profissionais, empresariais e socioeconômicas em contextos local e regional (Tomazzoni, 2009).

O crescimento do turismo de massa criou, em alguns casos, problemas sociais e ambientais, que hoje vêm sendo trabalhados para reverter a situação. Por isso, têm-se notado a importância designada às políticas públicas orientadas para a atividade turística em prol de um crescimento maduro e sustentado na qualidade (Gomes; Santos, 2007).

O desenvolvimento econômico não deve ser a prioridade para estimular a atividade turística. Devemos levar em consideração um conjunto de fatores para promover esse desenvolvimento econômico, como a sustentabilidade, por exemplo, para que não seja promovido um turismo predatório e, assim, seja possível garantir o equilíbrio ambiental, a cultura e a sociedade, que fazem parte desse desenvolvimento.

As políticas públicas de uma forma geral “oferecem recursos humanos e mão de obra, sendo função do Estado ofertar educação de qualidade para toda a população, bem como formar profissionais capacitados” (Schindler, 2014, p. 35).

O desenvolvimento da atividade turística requer uma visão geral de todas as áreas: sociais, econômicas e tecnológicas, para promover um turismo planejado e equilibrado e desenvolver a região economicamente em parceria com a comunidade local.

1.4 A evolução das políticas públicas de turismo no Brasil

Para entender a importância do turismo para o desenvolvimento do nosso país, vamos compreender a evolução das políticas públicas de turismo no Brasil para entender o quanto podemos crescer por meio do turismo.

Para compreender a institucionalização do turismo no Brasil, no entanto, faz-se necessária uma digressão histórica que considere não apenas a atividade, mas também as tensões políticas e sociais em curso no país (Censon, 2022).

Com a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930, teve início a chamada Era Vargas, que se estendeu até 1945.

Com isso, como ferramenta promissora para a manutenção da ideologia do Estado Novo, a DT foi proposta como instrumento aliado ao DIP, visando a uma promoção positiva do país ao exterior (Censon, 2022).

As primeiras normatizações no contexto do turismo brasileiro surgiram no final da década de 1930, com a finalidade de regulamentar o setor de agências de viagens. Em 1938 foi instituído o Decretos-Lei n. 406 (Brasil, 1938), que regulamentava a entrada de

estrangeiros no Brasil e a venda de passagens (aéreas, marítimas e terrestres) (Candiottto, 2015), como forma de controle para evitar estrangeiros indesejáveis e manter a segurança nacional.

Destarte Schindler (2014, p. 53) pondera que:

No ano seguinte, por meio do Decreto-lei n.1915 em 27 dezembro de 1939, foi criada a Divisão de Turismo, considerado o primeiro organismo oficial de turismo da Administração Pública Federal, cuja função era superintender, organizar, e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo. Na verdade, a Divisão de Turismo era parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinada apenas à Presidência e responsável pela censura e pela divulgação de imagem positiva a respeito do país e do presidente (Schindler, 2014, p. 53).

Vargas tinha o autoritarismo como uma das características marcantes e assim, ao mesmo tempo em que controlava o que era dito sobre o seu governo e como era dito, articulava forças heterogêneas a partir de um complexo sistema de alianças entre burocracias civis e militares e a burguesia industrial e instrumentalizava a centralização do poder governamental também no comando do legislativo e do executivo brasileiro (Censon, 2022).

A partir do Decreto-Lei n. 2440 (Brasil, 1940), Vargas regulou o funcionamento e a atuação das empresas e agências de viagem. Nessa década, considerando o potencial econômico, o governo regulamentou as empresas privadas envolvidas com o turismo.

Em 1958, na gestão do Juscelino Kubitschek, por meio de Projetos de Integração Nacional, estimulou-se uma política para a classe média que permitiu desenvolver os mercados turísticos brasileiros associados ao mercado automotivo e de construção de estradas, e assim permitiu-se que uma pequena parte da população brasileira viajasse pelo país. Novamente, Schindler (2014, p. 59) afirmou que:

Com o passar dos anos, o país, apesar de ainda viver sob um regime autoritário, começou a desenvolver novas políticas, com o intuito de regulamentar a atividade turística. Entretanto, vale ressaltar que, no período de 1930 a 1960, todas as normas publicadas pelo Governo Federal relacionadas ao turismo estavam diretamente ligadas aos departamentos de controle e censura do país (Schindler, 2014, p. 59).

No dia 31 de março de 1964, com apoio da classe média brasileira, igreja católica e dos Estados Unidos, iniciou-se um longo período ditatorial da história do Brasil. A Divisão de turismo foi extinta com a queda do Estado Novo, e o país era governado pelo primeiro presidente do regime militar: Castello Branco, que permaneceu no cargo até 1967.

Castello Branco deu grande contribuição para as políticas públicas de turismo. Segundo Schindler (2014, p. 71), com o Decreto-Lei n. 55 (BRASIL, 1966), ele criou o primeiro sistema de turismo, composto pelo Conselho Nacional de Turismo e pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), estabelecendo diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo.

O Conselho Nacional de Turismo (CNT), órgão superior à Embratur, é formado por representantes do governo, da própria Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e do *trade* turístico (composto por empresas variadas do setor, especificamente as agências de viagem, rede hoteleira e transportadoras). Todos esses organismos formavam o considerado “tripé” da atividade turística (Candiotto, 2015).

As atribuições da Embratur foram determinadas no artigo 13 do Decreto-Lei n. 55/1966, segundo Candiotto (2015, p. 5) afirmou:

(...) fomentar e financiar diretamente as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria do turismo, na forma que for estabelecida na regulamentação deste Decreto-Lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo (Candiotto, 2015, p. 5).

Tanto durante a presidência de Getúlio Vargas, quanto durante a Ditadura Militar pós 1964, o turismo foi utilizado para encobrir atos de repressão e servir como “escudo” aos interesses daqueles que estavam no poder (Censon, 2022).

A Embratur era responsável por trabalhar a divulgação da imagem do Brasil no Exterior, para ocultar os escândalos de tortura, repressão, sequestro e assassinatos, que eram a verdadeira realidade do país com a ditadura militar.

Conforme Censon (2022), assim, a publicidade feita pela Embratur a partir de 1966 foi também responsável por construir uma imagem que perdura até os dias atuais: a do corpo da mulher brasileira como símbolo nacional (Figura 1). Alves, Nascimento e Freitas (2018, p. 155) afirmaram:

No tocante à variável espacialidade, observa-se que a mulher é retratada, em 80% das imagens, em uma praia – embora não se consiga identificar a exata localização geográfica. Em 13% dos anúncios, a mulher é representada no carnaval e em 7%, em florestas. Em comum, o que se verifica é o apelo à tropicalidade e à sexualidade, com a utilização de imagens de mulheres de biquíni, do mar, da areia e de coqueiros (Alves; Nascimento; Freitas, 2018, p. 155).

Vale observar a figura 1 abaixo, como exemplo da referida campanha promocional:

Figura 1 – Material promocional da Embratur em 1977, 1978 e 1983



Fonte: Censon (2022).

Apesar de se apresentar como autoritário, em meio a perseguições políticas, censura e controle da sociedade, o governo do período militar tomou uma iniciativa importante para o desenvolvimento do turismo de forma organizada e profissional (Schindler, 2014).

Foram realizadas participações em feiras, congressos e exposições nacionais e internacionais, viagens promocionais para conhecer o país, divulgação de calendários de eventos nacionais e regionais, bem como elaboração e divulgação de material impresso, com enfoque no público internacional (Censon, 2022).

O general Arthur da Costa e Silva assumiu o próximo governo, e o Conselho Nacional de Turismo definiu as indicações do Plano Nacional de Turismo (Plantur), sendo considerado instrumento básico para política de turismo por meio da Resolução n. 71 (Brasil, 1969).

Com problemas de saúde, Costa e Silva foi substituído por Emílio Garrastazu Médici, escolhido por uma junta militar. O fato é que, apesar da repressão e censura, esse foi um período de muita expansão econômica.

Além da expansão da economia, esse foi um período de investimentos significativos em todo o país, ressaltando-se a construção da ponte que liga a cidade do Rio de Janeiro a Niterói e a rodovia Transamazônica (Schindler, 2014).

Nesse período foi criado o Fundo Geral do Turismo segundo Schindler (2014, p. 74). Ele era subordinado à Embratur, que tinha por objetivo fomentar e prover recursos para financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional.

De acordo Schindler (2014) e Censon (2020), foi criado, em 1971, o primeiro curso superior de turismo do mundo, no Brasil, na Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi Morumbi), em São Paulo. Em seguida foi criado o curso de turismo da Faculdade Ibero-Americana – atual Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) – e o da Universidade Estadual de São Paulo (USP).

Nascidos após a reforma universitária de 1968, promovida pelo regime militar, os cursos de turismo surgiram em sintonia com o projeto desenvolvimentista de então, assumindo um perfil profissionalizante visando à formação de mão de obra que daria suporte ao setor (Dencker, 2006).

Como o crescimento da atividade turística no país estava em expansão e fomentava o desenvolvimento econômico, a criação de universidades foi imprescindível para garantir a qualificação da atividade.

Com o fim da ditadura militar, veio a redemocratização do Brasil com José Sarney na Presidência da República. Esse momento da história nacional teve como destaque a reformulação da Constituição Federal em 1988 (Brasil, 1988), com objetivo de encerrar o período da ditadura militar e promover os princípios da democracia em nosso país.

Ressalte-se que o art. 180 da Lei Maior aborda o turismo definindo que “A União os Estados o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (Brasil, 1988). Determina que a responsabilidade na promoção do desenvolvimento é igualitária em todas as instâncias governamentais.

A partir da década de 1990, o governo federal volta a olhar o turismo como um importante setor da economia, de modo que surgem novas normas e programas com o objetivo de expandir a oferta turística no Brasil. Assim, o turismo no Brasil passou a ter uma notável importância com relação às políticas públicas setoriais (Candiotto, 2015).

Na era Collor destaca-se, segundo Candiotto (2015), a Lei n. 8.181 (Brasil, 1991), que estabeleceu a Política Nacional de Turismo – definida como o conjunto de diretrizes e normas integradas para o desenvolvimento do setor – e reestruturou a Embratur. Esta passou a ser o Instituto Brasileiro do Turismo (IBT), com objetivo de formular, coordenar, executar e fazer executar as Políticas Nacionais de Turismo (PNT).

Em 1992 o vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República após a primeira eleição com voto direto, que elegeu o Fernando Afonso Collor de Mello, que não se manteve no governo por causa do processo de *impeachment*.

Na gestão de Itamar Franco, devemos destacar a implantação do Plano Real, que estabilizou a economia e que incentivou o turismo internacional e contribuiu para o aumento do turismo nacional.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi lançado no governo de Itamar. Ele se concretizou no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Candiottto (2015, p. 7) afirma que:

Outra importante política pública de turismo da década de 1990 foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em 1994. O PNMT visava aplicar um modelo de gestão da atividade turística com base na escala municipal, uniformizando diretrizes para os municípios planejarem o desenvolvimento do turismo e busca de maior profissionalismo e eficiência econômica na administração do turismo doméstico (Candiottto, 2015, p. 7).

A implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) se deu em etapas sucessivas, conforme destaca Schindler (2014): (1) criação do conselho municipal de turismo; (2) instituição do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR); (3) elaboração do plano municipal de desenvolvimento sustentável do turismo.

A partir do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), muitos municípios, antes desconhecidos e sem qualquer tipo de planejamento para o turismo, passaram a desenvolvê-lo de forma organizada e sustentável, usufruindo de todos os benefícios que a atividade turística agrega (Schindler, 2014).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) visava aplicar um modelo de gestão da atividade turística com base na escala municipal, uniformizando diretrizes para os municípios planejarem o desenvolvimento do turismo em busca de maior profissionalismo e eficiência econômica na administração do turismo doméstico (Candiottto, 2015).

No mesmo sentido, Schindler (2014, p. 98) assevera:

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso o turismo começou a crescer significativamente, aumentando também a oferta de serviços ligada a hospedagem, gastronomia, lazer e demais setores relacionados a esse segmento. Com isso percebeu-se a necessidade da profissionalização da área, fato que pode ser observado pelo grande crescimento de cursos superiores de Turismo e Hotelaria (Schindler, 2017, p. 98).

O crescimento de vagas para se qualificar nesse período foi muito significativo, com a criação de mais de 52 cursos superiores na área de turismo e hotelaria e chegando a mais de 600 em todo o Brasil.

Na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o primeiro ministério exclusivo para as questões do turismo, isto é, o Ministério do Turismo (MTur). O ministério é composto por órgãos de assistência direta e imediata ao ministro e por órgãos finalísticos que são: Secretaria de Políticas de Turismo; Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo; Instituto Brasileiro de Turismo; e Conselho Nacional do Turismo (Candiott, 2015).

O propósito do Ministério do Turismo (MTur) era desenvolver o turismo como atividade econômica sustentável em geração de empregos e divisas, promovendo contribuições sociais relevantes.

Com uma política descentralizadora, o ministério do turismo lançou o plano nacional do turismo – Políticas Nacionais de Turismo (PNT) – com diretrizes, metas e programas, elaborado de forma participativa de acordo com as necessidades e diferenças de cada setor:

A estruturação da oferta turística pode ser potencializada, se considerada em sua dimensão regional, em que diversos municípios se integram e se complementam na prestação de serviços aos turistas, agregando valor aos territórios. Tendo este princípio como referência, o Ministério do Turismo criou e vem implementando o Programa de Regionalização do Turismo, pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, em que cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente (Ministério do Turismo, 2013).

O Ministério do Turismo não manteve o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e criou o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). A transição do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi uma necessidade tendo-se em vista que, a partir do trabalho integrado entre os municípios, seria possível oferecer um produto turístico mais estruturado além de transformar em colaboração a concorrência entre os municípios (Schindler, 2014).

Segundo o Ministério do Turismo (MTur), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi muito importante para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT):

O histórico e as avaliações das políticas nacionais para o turismo evidenciam que o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi além de um programa de governo, transformou-se em um movimento nacional capaz

de mobilizar agentes e produzir resultados, que possibilitaram avançar para a abrangência territorial como estratégico para o fomento das atividades do turismo no País (Ministério do Turismo, 2013).

Candiotto (2014, p. 8) esclarece que:

De acordo com o próprio Programa de Regionalização do Turismo, essa regionalização trata-se de uma organização do espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística. O PRT tem como princípios básicos: a) participação b) sustentabilidade c) integração e d) descentralização (Candiotto, 2014, p. 8).

A implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) foi indispensável devido aos seus princípios básicos e ao fato de ter como base a regionalidade. Para um país com grande dimensão territorial como o Brasil, isso faz toda a diferença na aplicabilidade do programa.

A participação de todos os segmentos sociais, empresariais e governamentais comprometidos com os objetivos do programa é evidenciada no contexto do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), pois se entende que esse elemento é fundamental para determinar o alcance dos objetivos do programa. No entanto, cabe ressaltar que há uma grande diferença entre criar os espaços/fóruns de participação e efetivar uma participação democrática (Candiotto, 2015). A figura 2 evidencia a gestão do Programa de Regionalização do Turismo:

Figura 2 – Estrutura de gestão do Programa de Regionalização do Turismo



Fonte: MTur (2004).

O programa contou com a participação efetiva tanto dos representantes dos órgãos e colegiado de turismo municipais e estaduais como dos representantes da iniciativa privada, das instituições de ensino e do terceiro setor (Schindler, 2014).

Como a implantação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) estava em andamento, o turismo no país estava se desenvolvendo em um grande estimulador para economia e desenvolvimento das regiões do Brasil. O Ministério do Turismo (MTur) queria promover o país para o exterior, conquistando o turista estrangeiro e consequentemente o aumento da receita gerada pelo turismo brasileiro.

Como já foi abordado neste trabalho, a imagem do Brasil que foi promovida no exterior na época da ditadura militar resultava em propaganda negativa. Vejamos:

A Embratur, com o apoio da consultoria da empresa catalã Chias Marketing, realizou um estudo em 18 países, consultando o trade internacional, o turista estrangeiro potencial, e o turista estrangeiro no Brasil, em busca de uma compreensão acerca das características brasileiras prioritárias de comunicação, dos mercados prioritários de divulgação, e dos segmentos turísticos prioritários de ação (Censon, 2022, p. 91).

Essa pesquisa levantou impressões importantes e negativas do turista estrangeiro em relação ao país e, em destaque, à sua imagem. “Não se considera possível afirmar que a imagem do Brasil, atrelada ao que o segundo trecho descreve como ‘a praia, o samba, o futebol, a festa, a mulher’, tenha ficado no passado, em um período antigo” (Censon, 2020, p. 91).

Com o diagnóstico desse estudo, a Embratur promoveu em 2005 o Plano Aquarela com cinco grandes segmentos turísticos prioritários no país (sol e praia, cultura, ecoturismo, esporte, negócios e eventos), e foi criada uma marca nacional, a Marca Brasil.

O plano Aquarela representou uma estratégia de divulgação do país no exterior e teve um papel muito importante na promoção do Brasil como destinação para realização de eventos, e como resultado melhorou sua posição no *ranking* da *International Congress and Convention Association* (ICCA): em 9 anos passou de 19º lugar para o 7º lugar (Schindler, 2014).

No governo Lula, várias políticas foram criadas para promover o desenvolvimento do país como um todo, e de forma direta ou indireta essas políticas de desenvolvimento afetaram o turismo:

Em janeiro de 2007, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tinha como abrangência projetos nas áreas de recursos hídricos, habitação, energia, infraestrutura social e urbana e transporte. Em fevereiro de 2007, é apresentada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com o objetivo de “reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no país”. Finalmente, em junho de 2007, é lançado o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 (Censon, 2020, p. 110).

O novo PNT é composto por oito macroprogramas: informação e estudos turísticos; planejamento e gestão; logística de transportes; regionalização do turismo; fomento à iniciativa privada; infraestrutura pública; qualificação dos equipamentos e serviços turísticos; e promoção e apoio à comercialização.

Sendo que um deles é o Macroprograma de Regionalização do Turismo, que norteia todos os outros macroprogramas, programas e ações do Plano. Ou seja, a regionalização do turismo ganha *status* dentro das Políticas Nacionais de Turismo (PNT) e se estabelece como um instrumento que contribui para o alcance de todas as metas estabelecidas para o turismo brasileiro até o ano de 2010 (Brasil, 2007). A figura 3 retrata a organização dos macroprogramas. Vejamos:

Figura 3 – Organização dos Macroprogramas



Fonte: Brasil (2007, p. 23).

As regiões turísticas eram definidas pelo macroprograma de regionalização do turismo com estratégias na organização do turismo para fins de planejamento e gestão. Esse macroprograma apresentava também suas diretrizes operacionais e políticas. Assim essas diretrizes tratavam dos temas “Mobilização”, “Sensibilização”, “Institucionalização das Instâncias de Governança”, “Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento”, “Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento”, “Sistemas de Informações Turísticas”, “Roteirização Turística”, “Promoção e Apoio à Comercialização” e “Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa” (Fernandes, 2012). Essas diretrizes tinha o objetivo de orientar as ações de deveriam ser executadas dentro das regiões turísticas.

O Macroprograma de Regionalização do Turismo, com base nas suas diretrizes, foi então dividido em outros programas que se destinavam a ações específicas como planejamento, comercialização, sinalização, segmentação, entre outros, que, por sua vez, desdobraram-se em outros projetos (Fernandes, 2012).

Para que a política de regionalização do turismo fosse colocada em prática, todos os macroprogramas deveriam executar o que foi planejado. Os governantes, por meio do Ministério do Turismo (MTur), passaram a aplicar e promover a organização que já existia no Brasil em relação aos circuitos turísticos, sob o ponto de vista de roteiros turísticos.

Esses circuitos, denominados dentro da estrutura do Macroprograma de Regionalização de Instâncias de Governança Regional, se estabeleceram em forma de associações e são hoje os responsáveis por adaptar a política nacional às características e

necessidades de cada região, além de estruturar, promover e comercializar os produtos e serviços disponíveis nos municípios, de forma sustentável e integrada (Fernandes, 2012).

Segundo Schindler (2014, p. 123):

A inclusão, por sua vez, foi fator de destaque e não havia sido contemplado em nenhum outro programa, de modo a contribuir nas relações políticas, sociais, culturais e econômicas das regiões, sem esquecer a sustentabilidade da atividade, que deveria conservar não apenas o aspecto econômico, mas também a identidade local e sua cultura, entre outros (Schindler, 2014, p. 123).

Essa inclusão seria a transformação da atividade turística como propulsor de melhoria do país e um indutor de inclusão social. O governo Lula teve muitos avanços nas políticas públicas do turismo e na legislação, como a Lei Geral do Turismo (LGT), Lei n. 11.771 (Brasil, 2008), regulamentada pelo Decreto n. 7.381 (Brasil, 2010). Conseguiu vencer a disputa e sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Para ficar mais observável, Schindler (2014, p. 124) afirma que:

Em 2010 o Ministério do turismo percebeu a necessidade de medir os resultados do programa com base nas experiências das regiões turísticas implantadas. Assim como no PRT, a avaliação aconteceu de forma descentralizada, considerando as especificidades de cada região do país e apresentou resultados positivos: aumento da competitividade das regiões turísticas e melhoria da qualidade do produto turístico ofertado (Schindler, 2014, p. 124).

Em 2009, Lula lançou, em Ouro Preto (MG), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. No programa havia uma linha destinada exclusivamente à preservação, recuperação, revitalização e restauração de sítios históricos urbanos. Comprometia-se a beneficiar 173 cidades, de todos os estados brasileiros, até 2012 (Censon, 2022).

Segundo Schindler (2014), após dois mandatos, Lula não rompeu completamente e deu continuidade às políticas adotadas no governo anterior destacando políticas que deu estabilidade à economia.

De acordo com Candiottto (2015, p. 13):

Apesar da pertinência da afirmação, entende-se que, por não explicitar uma política pública de turismo, o governo Lula parece ter continuado utilizando os fundamentos da política de turismo do governo FHC. Mesmo com as ressalvas apontadas sobre a regionalização do turismo frente sua municipalização; à maior busca de participação social; e a priorização de investimentos em pequenos empreendimentos turísticos, o governo Lula seguiu diretrizes neoliberais similares àquelas seguidas pelo governo FHC, no que tange o incentivo ao turismo (Candiottto, 2015, p. 13).

No governo Lula, destaca-se a necessidade de apoio para governar e a dificuldade em romper com a elite brasileira que apoiou sua eleição, além da defesa do neoliberalismo.

Em 2010 foi eleita Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher no Brasil, que esteve presente no governo Lula e foi chefe da casa civil. Dilma se destacou com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa tinha como pilares: estímulo ao crédito e ao financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e administração tributária; medidas fiscais de longo prazo; e consciência fiscal (Schindler, 2014).

O governo da presidenta Dilma deu continuidade ao governo anterior com o desafio de manter a estabilidade econômica e preparar o país para dois megaeventos internacionais, a Copa do Mundo FIFA em 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em 2011, na posse do Ministro do Turismo Gastão Vieira, Dilma destacou a necessidade de se formar mão de obra qualificada para o turismo para atender à demanda e melhorar o acesso às formações bilíngues do profissional do turismo.

Ao destacar o problema e afirmar que ele também se caracterizava como uma oportunidade, a presidenta apresentava como solução o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado no mês seguinte, outubro de 2011, pela Lei n. 12.513 (Brasil, 2011). Conforme Censon (2020, p. 133):

O Pronatec se desdobrou em uma diversidade de subprogramas, entre eles, o Pronatec Turismo, uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Turismo que, em um primeiro momento, tinha como principal enfoque a formação e a qualificação profissional de mão de obra para os megaeventos. Entre os cursos oferecidos pelo programa, que à época somavam mais de 40, havia aqueles voltados ao setor de alimentos e bebidas; aqueles voltados aos meios de hospedagem; aqueles voltados ao setor de eventos; além de outros que se relacionavam à informação, ao lazer e à condução de turistas, bem como os cursos de idiomas (Censon, 2020, p. 133).

Após o levantamento realizado em 2011 e 2012, ações e revisão do programa foram feitas por meio da construção coletiva e incorporadas ao novo Plano Nacional de Turismo, publicado em 23 de abril de 2013.

Segundo o Programa Regional do Turismo (PRT), como diretrizes elaboradas pelo Ministério do Turismo (MTur) (Ministério do Turismo, 2013), constam a participação e a contribuição de diversos setores de vários municípios, estados e distrito federal, como: secretarias municipais e estaduais, Serviço Social do Comércio (SESC), Sistema Nacional de Emprego (SINE), universidades, estudantes, associações de moradores, rede hoteleira,

rede de restaurante e Institutos Federais (IFs) por todo Brasil, além de reuniões e oficinas de revisão e avaliação do programa de regionalização em Brasília/DF, Bonito/MS, Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013/2016 tinha como objetivos: “incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos” (Ministério do Turismo, 2013, p. 12).

Esse plano era composto por várias ações para contemplar todas as áreas do turismo, para ser bem estruturado e para contemplar ações voltadas para o desenvolvimento do setor de forma sustentável.

Importante mencionar que, no momento de sua publicação, o Brasil ainda não havia entrado na crise política que ficaria conhecida como “Jornadas de Junho de 2013”, cujas manifestações populares deram início à bancarrota do governo Dilma e seu posterior processo de destituição (Manzano; Panosso, 2021). Daí Schindler (2014, p. 141) esclarecer que:

Entretanto, mesmo com o apoio do Governo Federal para a gestão descentralizada, buscando a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas estaduais, regionais e municipais do turismo, alguns acontecimentos marcantes ocorridos durante a realização do primeiro grande evento captado pelo país fizeram com que todas as instâncias governamentais repensassem as políticas públicas do país (Schindler, 2014, p. 141).

O movimento iniciou em São Paulo, como protesto pela melhoria dos serviços públicos e altos investimentos na copa e sob uma imagem negativa a partir de irregulares constatadas no Ministério de Turismo (Censon, 2022).

Dilma Rousseff foi deposta em 2016. Michel Temer assumiu a Presidência da República em 31 de agosto desse mesmo ano. No ano de 2017 novamente o Brasil ficou sem Plano Nacional de Turismo. O governo Temer apresentou seu plano para o turismo só em 2018, com o lançamento do “PNT 2018/2022 – Mais emprego e renda para o Brasil” (Ministério do Turismo, 2018).

Em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro se torna presidente do país. Seu governo aprova as Políticas Nacionais de Turismo (PNT) 2018/2022 por meio do Decreto n. 9.791 (Brasil, 2019). No seu governo os destaques relacionados à Política Nacional do Turismo foram:

(...) a primeira delas é a incorporação da Secretaria criada após a extinção do Ministério da Cultura, ao Ministério do Turismo (MTur) em 2019. A segunda foi a extinção do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e, para substituí-

lo, criação da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo, denominada Nova Embratur, em 2020 (Manzano; Panosso, 2021, p. 17).

Não podemos deixar de destacar os principais problemas associados à atividade turística sem planejamento. Segundo Schindler (2014, p. 39), “a poluição, a especulação imobiliária, ocupação desordenada do espaço, o aumento dos preços autóctone, a aculturação da localidade e outros”. Esses problemas afetam a população local e os turistas, e a região perde a atratividade.

O desenvolvimento do turismo é um grande propulsor do desenvolvimento regional em todo país. Pode explorar de forma sustentável as riquezas que o Brasil possui e assim fortalecer a economia e transformar a vida da comunidade local por meio do turismo.

O desenvolvimento regional e local possui muitos pontos positivos e negativos que podem variar de região para região. O que é considerado como positivo nessa região pode ser considerado como ponto negativo em outra. Por esse motivo o planejamento, elaboração e implementação de políticas públicas são importantes para as estratégias de desenvolvimento que maximizem os ganhos e minimizem os impactos negativos sobre o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO 2 – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma vez que o estudo elaborado na presente dissertação promove um entrecruzamento analítico entre a funcionalidade de um curso superior em Turismo (bacharelado) e o desenvolvimento de uma regionalidade ou localidade, é indispensável trazer à baila considerações nessa direção. De antemão, cabe lembrar que a educação, em suas mais diversificadas modalidades, possibilidades e manifestações, sempre se fez presente no transcorrer do processo civilizatório, acompanhando todas as etapas de evolução e emancipação social das comunidades.

É bem reconhecível que existe uma franca correlação entre cursos superiores e o desenvolvimento regional e local, visto que a operatividade educacional das Instituições de Ensino Superior (IESs) estimulam a interação entre economia e sociedade na medida em que contribuem para o aperfeiçoamento de variados processos que repercutem na qualidade de vida das populações. Por isso, no presente capítulo, buscou-se apresentar considerações reflexivas sobre o papel do ensino superior nas dinâmicas próprias do desenvolvimento regional.

O primeiro tópico refere-se a uma visão panorâmica acerca das origens e da trajetória histórica dos cursos superiores. O ponto principal percorrido pela revisão de literatura realizada diz respeito a uma breve e sintetizada historicidade da universidade enquanto locus para a construção de conhecimento. Previamente cabe destacar que a ênfase é dada à universidade e não puramente aos cursos superiores devido ao fato de que esta categorização (cursos superiores), pressupondo que há outros níveis e graus de ensino, consta como uma concepção moderna. Nos momentos iniciais do surgimento das universidades, não existia um sistema de educação organizado em etapas como se observa na atualidade na qual se inicia na educação infantil e se têm outras etapas e níveis.

No terceiro tópico, que por sua vez finaliza o capítulo, são apresentadas questões que denotam a relação direta existente entre cursos superiores e o desenvolvimento regional e local. Nessa parte, teve-se como ponto de reflexão principal o fato de que o funcionamento pedagógico, social, político e econômico das Instituições de Ensino Superior em uma dada localidade ou região se configura como uma força importante para a geração de fatores indispensáveis para o desenvolvimento em várias dimensões e sentido. Como já foi apontado no capítulo que a este antecede, o conceito de desenvolvimento é amplo e complexo, pois envolve múltiplos e dinâmicos aspectos. Com

isso, ao se trazer o ensino e a educação formal para o debate, acredita-se que muito se pode contribuir para elucidar a importância dos cenários educacionais institucionalizados como a universidade como elemento do desenvolvimento de uma região/localidade.

O capítulo contou com a ancoragem teórica de autores como Strathern (2003), Muchail (2004), Sampaio (2005), Foucault (2013), Rosa (2015), Nascimento (2017), Aquino (2018), Ribeiro e Sales (2020), além de outros que colaboraram com suas perspectivas sobre os temas abordados. Com a leitura contextualizada do capítulo, levando em conta as outras partes que constituem a presente dissertação, espera-se colaborar para que se tenha uma compreensão ainda mais profunda sobre a interação entre educação superior e desenvolvimento regional, especialmente no se refere a realidade do turismo no Brasil.

2.1 Breve panorama histórico do surgimento e evolução do ensino superior

A história da educação consta como um dos campos historiográficos mais abrangentes e amplos contemplados pela historiografia, ou seja, a área do estudo da história que ocupa e se nutre da escrita da própria história. Essa escrita se refere ao conjunto de registros, dados, fontes e concepções teóricas e metodológicas relativas à forma e o modo pelo qual a história foi sendo demarcada ao longo do tempo. Por isso, valendo-se de algumas considerações teóricas e historiográficas neste tópico, serão apresentadas algumas considerações sobre como a universidade – responsável na atualidade pelos cursos superiores e pela formação profissional de uma gama de áreas e campos – surgiu e se consolidou como instituição sistematicamente voltada para a construção de conhecimento.

No que tange à história da universidade, desde seus marcos iniciais, essa instituição sempre demonstrou um assinalado compromisso com o conhecimento e o poderio que dele emana. O surgimento histórico das universidades tal qual se observa nos moldes da realidade atual, segundo Rubião (2013), remonta à Idade Média, mais especificamente aos séculos XI e XII, durante o período conhecido como Renascimento do Século XII. Esse contexto foi marcado por uma série de mudanças sociais, políticas e culturais na Europa Ocidental, que culminaram no surgimento das primeiras instituições universitárias, que eram símbolo da elitização do saber, uma vez que não eram uma instituição democrática, voltada para todos os segmentos sociais.

Embora não tenha nascido com uma perspectiva inclusiva e abrangente, a universidade foi sendo consolidada em torno de visão de mundo que a permitiu ir se perfilhando ao longo da história. De acordo como Rubião (2013), do ponto de vista de uma sociologia educacional com base na historiografia, as universidades medievais nasceram como centros de ensino e aprendizado, com o propósito de transmitir e preservar o conhecimento da época, tendo fortes conexões com as contexturas culturais e religiosas. Inicialmente, elas se desenvolveram como corporações independentes e autônomas, constituídas por professores e estudantes que se reuniam para a troca de conhecimentos.

A gênese da universidade pode ser entendida como as primeiras entidades institucionais da Grécia no Período Antigo, como o liceu e o estúdio. Porém, a universidade tal qual se conhece atualmente, foi estabelecida inicialmente no cerne da cultura europeia, realmente na parte da chamada Idade das Trevas, ou seja, na Idade Média. Uma das primeiras universidades reconhecidas é a Universidade de Bolonha, fundada em 1088, na Itália. Tal instituição se destacou no ensino do direito romano e foi um modelo para outras instituições de ensino superior. A Universidade de Paris, estabelecida por volta do século XII, também se tornou uma referência importante, especialmente nas áreas de teologia, filosofia e ciências, destacando-se pelo pioneirismo e as inovações metodológicas e científicas que foram cruciais para o desenrolamento de uma cultura acadêmica que não ficou restrita ao mundo europeu (Oliveira, 2007).

As universidades medievais, segundo Oliveira (2007), eram caracterizadas por sua estrutura organizacional peculiar quando são comparadas com organizações como a coroa (poder estatal/governamental) e a igreja (poderio religioso ou teocrático). Essas instituições eram divididas em quatro faculdades principais: artes liberais (artes, humanidades e ciências naturais), direito, medicina e teologia. Cada faculdade possuía seu próprio corpo docente e programas de estudo específicos. O modelo estrutural das universidades medievais foi se espalhando pela Europa, e outras instituições surgiram em diferentes países. Surgiram, por exemplo, a Universidade de Oxford (Reino Unido), a Universidade de Salamanca (Espanha) e a Universidade de Cambridge (Reino Unido), todas fundadas no século XIII marcando as páginas da história da educação como marcos inapagáveis.

Sobre alguns marcos temporais que desvelam a linearidade do surgimento da Universidade na Europa Medieval e outras partes do mundo, é relevante considerar as teorizações e pontuações de Simões (2013, p. 136), que assegura que:

No século XII, as escolas em Paris já alcançavam um extraordinário desenvolvimento. As Escolas de Artes Liberais e as de Teologia se agruparam às Escolas de Direito e de Medicina na região da Île de la Cité, nascendo assim a Universidade de Paris na França (1150), com seus renomados mestres (Guillaume de Champeaux, Abélard, Gilbert de la Porrée, Petrus Lombardus e muitos outros), que atraíam estudantes de todas as partes do país e das regiões próximas. Nesse mesmo século, surgiu, ainda, a universidade de Modena (1175) na Itália. No início do século XIII surgem as universidades de Cambridge na Inglaterra (1209), a de Salamanca (1218) na Espanha, a de Montpellier (1220) na França, a de Pádua (1222) e a de Nápoles (1224) na Itália, a de Toulouse (1229) na França, a de Al Mustansiriya (1233) no Iraque, a de Siena (1240) na Itália, a de Valladolid (1241) na Espanha, a de Roma (1244) e a de Piacenza na Itália (1247), a de Sorbonne em Paris na França (1253), a de Murcia (1272) na Espanha, a de Coimbra (1290) em Lisboa – Portugal, e a de Madri (1293) na Espanha (Simões, 2013, p. 136).

O termo universidade faz alusão conotativa como a ideia de múltiplas faculdades que assim formam um universo de disciplinas e áreas científicas. Assim, as primeiras universidades eram frequentadas principalmente por estudantes provenientes das elites eclesiásticas e nobres, que buscavam conhecimento em áreas como teologia, direito e medicina. O ensino era ministrado principalmente em latim e tinha um forte caráter religioso, estando diretamente ligado à igreja católica, amparada pelo prestígio, credibilidade e o domínio que exercia nos mais variados campos e instâncias sociais do mundo medieval (Simões, 2013).

É notório que, como toda instituição histórica, a universidade foi passando por mudanças e transformações com base na sociedade e na cultura de cada país onde está inserida. Com o passar dos séculos, de acordo com Buarque (2020), as universidades evoluíram e se adaptaram aos novos contextos e demandas sociais. Durante o renascimento, nos séculos XV e XVI, ocorreu uma expansão significativa das universidades, que passaram a incluir áreas como ciências naturais, matemática, filosofia e línguas. Além disso, o modelo de universidade começou a se espalhar para outros continentes, como as Américas.

Cabe lembrar que a primeira universidade no continente americano foi fundada na cidade de Santo Domingo, atualmente República Dominicana, em 28 de outubro de 1538. Chamada de Universidad Santo Tomás de Aquino, a instituição foi estabelecida pelo Papa Paulo III por meio de uma bula papal conhecida como “*In Apostolatus Culmine*”. A fundação da Universidad Santo Tomás de Aquino ocorreu no contexto da colonização espanhola das Américas. A Espanha buscava estabelecer instituições de ensino na América para educar e catequizar a população indígena, bem como formar clérigos e administradores coloniais (Santos, 2017).

Como bem destaca Santos (2017), a universidade foi nomeada em homenagem a São Tomás de Aquino, um filósofo e teólogo católico medieval reconhecido por sua influência na escolástica, corrente filosófica predominante na época. Inicialmente, a instituição oferecia cursos nas áreas de artes, teologia, filosofia, direito canônico e medicina. Ainda de acordo com o pesquisador, a Universidad Santo Tomás de Aquino foi um importante centro de disseminação do conhecimento e da cultura ocidental no continente americano durante os séculos XVI e XVII. Seus estudantes e professores eram em grande parte clérigos, membros da elite espanhola e colonos, além de alguns indígenas.

Nota-se como a Igreja foi amplamente relacionada ao surgimento e consolidação da educação superior no chamado “Novo Mundo”, ou seja, nos territórios antes não conhecidos e abrangidos pelas navegações europeias e que se tornaram colônias. No entanto, é importante ressaltar que, além da Universidad Santo Tomás de Aquino, outras instituições de ensino surgiram nas Américas no período colonial. No México, por exemplo, foi fundada a Real y Pontificia Universidad de México em 1551, atualmente conhecida como Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), que é considerada uma das mais antigas da América e continua ativa até os dias de hoje. Portanto, a Universidad Santo Tomás de Aquino, fundada em Santo Domingo, República Dominicana, em 1538, é amplamente reconhecida como a primeira universidade estabelecida no continente americano, representando um marco histórico importante no desenvolvimento da educação e do conhecimento nas Américas, ou como se tem considerado, na América Latina (Oliveira, 2007).

Com o tempo, as universidades se tornaram instituições cada vez mais complexas e burocráticas¹, com a implementação de programas acadêmicos, sistemas de graduação, pós-graduação e pesquisa científica. A educação universitária também foi se tornando mais acessível a grupos sociais mais amplos, ampliando o número de estudantes matriculados. No Século XXI em curso, as universidades desempenham um papel crucial na sociedade, sendo responsáveis pela produção de conhecimento, formação de profissionais e pesquisa científica. Elas se tornaram espaços multidisciplinares, onde se busca a diversidade de saberes e a interação entre diferentes áreas do conhecimento (Buarque, 2020).

¹ Com base nas considerações de Buarque (2020), cabe destacar que a terminologia burocracia é empregada no sentido de que as instituições devido aos seus regimentos e estruturas funcionais tendem a apresentar aspectos burocráticos.

2.2 Cursos superiores na atualidade educacional do Século XXI

Para se compreender a importância da universidade na dinâmica social é importante trazer considerações de um dos mais notáveis teóricos que aborda várias questões e por diferentes ângulos, o que permite que se atenha não somente à representatividade cultural da universidade, mas também para seu papel social e político. Portanto, é de grande valia se munir das considerações do epistemológico, filósofo e psicanalista francês Michel Foucault. A universidade e a formação universitária/acadêmica foram uma das mais significativas áreas de interesses desse pensador reconhecido por suas contribuições que foram inovadoras em vários campos, ciências, disciplinas e áreas do saber e do conhecimento.

A Universidade, segundo Michel Foucault (2013), pode ser compreendida como uma instituição de poder e conhecimento, que desempenha um papel fundamental na sociedade ao exercer sua função epistemológica de produção e disseminação de saber. Sendo assim, o filósofo concebe a universidade como um espaço onde se entrelaçam relações de poder, discursos dominantes e mecanismos de controle social. Mas também, para ele a Universidade é o espaço para a construção de atmosfera científica, multiversa e que reflete variados seguimentos educacionais, sociais, políticos e culturais que são notadamente mutáveis.

De acordo com Foucault (2013), bem como é comentado por Muchail (2004) e Aquino (2018), a universidade não é apenas um lugar de ensino e pesquisa, mas também um dispositivo que exerce poder sobre os sujeitos. Ele argumenta que o conhecimento produzido nas instituições acadêmicas não é neutro, mas sim moldado por estruturas de poder e interesses políticos. A universidade, portanto, desempenha um papel crucial na reprodução e legitimação do conhecimento estabelecido pela sociedade como válido ou minimamente corrente com as demandas e necessidades coletivas e sociais.

Ao se observar as considerações desse pensador da educação universitária, percebe-se que, em suas postulações teóricas, ele assinala que a universidade é compreendida como uma instância de disciplina e normalização, na qual o poder é exercido por meio de mecanismos como currículos, avaliações, hierarquias e normas. Ela impõe formas específicas de saber e molda os indivíduos para se adequarem a determinados padrões sociais. Ao mesmo tempo, a universidade também é um espaço de resistência e possibilidade de transformação, no qual ocorrem lutas e contestações de

discursos dominantes, assim como é o meio ou desenvolvimento de uma cultura científica (Rosa, 2015; Castro, 2017).

O papel da universidade, segundo Foucault (2013), não se restringe apenas à formação acadêmica e à pesquisa, mas envolve a produção e o controle do conhecimento. Ela é um local de poder-saber, no qual são definidas as regras de acesso ao saber e as formas legítimas de produzi-lo. Ao exercer esse poder, a universidade influencia não apenas o conhecimento científico, mas também os discursos e práticas sociais em diferentes áreas do saber.

No entanto, Foucault (2013) também destaca que a universidade não é a única instituição detentora do poder-saber. Ele enfatiza a existência de múltiplas formas de conhecimento presentes na sociedade, muitas vezes marginalizadas ou excluídas das estruturas acadêmicas. Para ele, é necessário questionar e descentralizar o poder da universidade, abrindo espaço para outras formas de conhecimento e perspectivas críticas. Em suma, o filósofo concebe a universidade como um espaço de poder e conhecimento, no qual se entrelaçam relações de poder, discursos dominantes e mecanismos de controle. Ele enfatiza o papel da universidade na produção e disseminação do saber, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de questionar e descentralizar o poder institucional, abrindo espaço para outras vozes e formas de conhecimento.

Antes de mais considerações, uma vez que o foco principal do presente capítulo diz respeito à compreensão acerca dos cursos superiores e sua relação com o desenvolvimento regional, é necessário tecer algumas ponderações sobre a realidade funcional desses cursos. Sendo assim, cabe destacar que Centro Universitário, Faculdade e Universidade são termos comumente utilizados para designar instituições de ensino superior, mas apresentam diferenças em relação à sua organização, oferta de cursos e autonomia acadêmica. Com base nas teorizações de Nascimento (2017), serão feitas algumas diferenciações para colaborar na compreensão acerca das diferentes configurações de Instituições de Ensino Superior.

De modo geral, reconhece-se como sendo uma faculdade uma instituição de ensino superior que oferece cursos de graduação em áreas específicas do conhecimento, como engenharia, direito, medicina, entre outras. Geralmente, as faculdades têm uma estrutura mais enxuta e focam predominantemente na formação profissional. Elas podem ser autônomas ou fazer parte de uma universidade. Por isso, é comum se deparar com universidade que são em suma compostas por um conjunto de faculdades, escolas ou

departamento autônomos, mas ao mesmo tempo conectados e ligados a uma estrutura educacional identitária maior (Nascimento, 2017).

Segundo Nascimento (2017), um centro universitário é uma instituição de ensino superior que possui um conjunto mais amplo de cursos de graduação e, eventualmente, programas de pós-graduação. Ele tem uma organização acadêmica mais complexa do que uma faculdade, com uma diversidade de áreas do conhecimento abrangidas em sua grade curricular. Um centro universitário é caracterizado por sua autonomia na criação e oferta de cursos, bem como na elaboração de projetos pedagógicos. Essa autonomia permite que o centro universitário desenvolva sua identidade institucional e estabeleça uma estrutura própria de gestão acadêmica.

Por fim, uma universidade é uma instituição de ensino superior de maior abrangência, que engloba diversas faculdades e centros universitários. Além de oferecer cursos de graduação em diferentes áreas do conhecimento, uma universidade possui programas de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, bem como desenvolve pesquisas científicas e projetos de extensão. Uma universidade possui um amplo escopo de atuação acadêmica e é reconhecida por sua produção científica e pela formação de profissionais de alto nível. Ela tem maior autonomia na criação e gestão de cursos e pode conceder títulos de doutorado (Nascimento, 2017).

Em resumo, Nascimento (2017) aponta que, enquanto a faculdade geralmente oferece cursos de graduação em áreas específicas, o centro universitário possui uma oferta mais ampla de cursos de graduação e, às vezes, programas de pós-graduação. Já a universidade é a instituição de ensino superior mais abrangente, com uma ampla variedade de cursos de graduação e pós-graduação, além de desenvolver pesquisa científica. Desse modo, já se pode perceber que os cursos superiores são elaborados, planejados e promovidos no cerne de instituições próprias e específicas, ou seja, as Instituições de Ensino Superior (IESs).

Segundo Sampaio (2005) é necessário se ter em consideração que instituições de ensino superior desempenham um papel social amplo e abrangente na sociedade. Essas instituições, dentre outras caracterizações, têm como objetivo principal fornecer educação de qualidade e promover a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Por meio de programas de graduação, pós-graduação e extensão, as instituições capacitam os estudantes com conhecimentos teóricos e práticos em diversas áreas do conhecimento, preparando-os para o mercado de trabalho e contribuindo para seu desenvolvimento intelectual.

Além disso, as instituições de ensino superior são centros de pesquisa e produção de conhecimento. Professores e estudantes realizam pesquisas em diversas áreas, descobrindo novas informações, desenvolvendo teorias, metodologias e tecnologias inovadoras. Essas contribuições científicas e culturais geram avanços em vários campos, contribuindo para o progresso da sociedade e melhorias em diferentes setores. Outro aspecto importante é a extensão universitária, que envolve a interação das instituições de ensino superior com a comunidade. Por meio de projetos de extensão, as instituições buscam atender às necessidades e demandas sociais, oferecendo serviços e soluções para problemas locais, regionais e globais. Isso pode incluir programas de saúde, educação, inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico, entre outros (Ribeiro; Sales, 2020).

Na mesma direção, de acordo com Ribeiro e Sales (2020), as instituições de ensino superior desempenham um papel relevante na preservação e difusão da cultura. Por intermédio do estudo das humanidades, artes, história, literatura e outras disciplinas, elas contribuem para a compreensão e valorização da diversidade cultural. Muitas instituições possuem museus, bibliotecas e arquivos que guardam e disponibilizam acervos importantes para a memória coletiva, enriquecendo o conhecimento cultural da sociedade.

Por fim, é importante lembrar que as instituições de ensino superior desempenham um papel social crucial ao formar profissionais qualificados, produzir conhecimento científico, tecnológico e cultural, oferecer serviços à comunidade e preservar a cultura e história. Elas são agentes de transformação e desenvolvimento social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, informada e avançada, pois um dos papéis mais destacáveis das IESs é se manterem amparadas na tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.3 O ensino superior e o desenvolvimento regional

A educação como é salientado na Constituição Federal (Brasil, 1988), ganhou *status* de direito fundamental e universal pertinente a todos os seres humanos. É, antes de tudo, um direito universalizado pela constitucionalidade brasileira, uma vez que está intimamente relacionado à dignidade humana e às potencialidades que a educação e a construção de conhecimento oferecem para uma vida com qualidade e plena de direitos cidadãos. Portanto, tem-se reconhecido que a educação não é apenas importante para os sujeitos e indivíduos de maneira subjetiva e individual. Enquanto uma construção humana

historicamente e socialmente estabelecida, a educação reflete diretamente a coletividade, anseios, idealizações e aspirações dos grupos e comunidades.

Segundo Chiarello (2015), é impossível pensar em uma região ou localidade desenvolvida em qualquer dimensão sem se levar em conta as estruturas educacionais existentes. A importância das universidades e dos cursos superiores para o desenvolvimento regional é indiscutível quando se leva em conta o objetivo primordial da educação, que é gerar e construir conhecimentos, saberes e práticas válidos e importantes para as dinâmicas sociais que são inteiramente coletivas. As universidades, segundo a autora, não são nem de longe ilhas isoladas com o saber centrado em si mesmas. Pelo contrário, as Instituições de Ensino Superior (IESs) são necessariamente ponte entre os saberes construídos e a sociedade que se beneficia destes. Por isso, a universidade é uma instância social e educativa dialógica, plural, multiversa e dialética.

Uma sociedade que é capaz de valorizar a educação superior, legitimando-a como locus e instâncias indispensáveis para uma atmosfera cultural, científica, ética, jurídica e política, conecta de forma coesa as suas demandas sociais mais variadas. Essas instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na formação de recursos humanos qualificados, na produção de conhecimento e na promoção da inovação e na valorização das comunidades no que tange a sua identidade. Portanto, tais instituições contribuem para o desenvolvimento regional, abordando aspectos como formação profissional, pesquisa científica, transferência de tecnologia, empreendedorismo e desenvolvimento socioeconômico baseado na realidade local que a circunda (Ferreira; Lepoldi, 2013).

Em primeiro lugar, como já se mencionou, as universidades e os cursos superiores desempenham um papel crucial na formação de recursos humanos qualificados, mas suas contribuições não se resumem a isso. Segundo Ferreira e Lepoldi (2013), mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, essas instituições capacitam os estudantes com conhecimentos teóricos e práticos necessários para exercerem diversas profissões, mas também os concedem conhecimentos que os permitem compreenderem-se como sujeitos dotados de direitos cidadãos. A formação de profissionais qualificados é essencial para impulsionar a economia de uma região, uma vez que empresas e indústrias dependem de mão de obra especializada para inovar, produzir bens e prestar serviços de qualidade, além de concomitantemente serem conhecedores de seus direitos e deveres enquanto agentes ativos na funcionalidade social.

Destarte é necessário lembrar que, conforme Hoff, San Martin e Sopena (2011), as universidades têm um papel central na produção de conhecimento. Por meio da pesquisa científica, os professores e pesquisadores das universidades buscam avançar o conhecimento em diversas áreas, desenvolvendo novas teorias, técnicas e tecnologias. Essa produção de conhecimento não apenas contribui para o avanço da ciência em nível global, mas também traz benefícios diretos para a região onde a universidade está inserida. Por meio da pesquisa aplicada, as universidades podem solucionar problemas locais, desenvolver tecnologias adaptadas à realidade regional e contribuir para o desenvolvimento de setores específicos, como agricultura, saúde, energia e meio ambiente.

Outro aspecto relevante sobre esse contexto, segundo Porto, Caldas e Lomba (2014), é a transferência de tecnologia promovida pelas universidades. Mediante parcerias com empresas e instituições locais, as universidades podem compartilhar os resultados de suas pesquisas e ajudar a implementar inovações tecnológicas na região. Esse processo de transferência de tecnologia pode ocorrer de diferentes formas, como licenciamento de patentes, criação de *spin-offs* e incubadoras de empresas. Ao facilitar o acesso a tecnologias avançadas, as universidades contribuem para o fortalecimento do setor produtivo local, o surgimento de novos negócios e a geração de empregos.

Além disso, as universidades também desempenham um papel importante no estímulo ao empreendedorismo e à criação de *startups*. Com programas de apoio ao empreendedorismo, incubadoras de empresas e centros de inovação, as universidades fornecem suporte e recursos para que estudantes e pesquisadores possam transformar suas ideias e descobertas em negócios bem-sucedidos. Essa cultura empreendedora não apenas promove a criação de novas empresas, mas também fomenta a inovação, o desenvolvimento de produtos e serviços diferenciados e o crescimento econômico regional. Muito mais que puros aspectos econômicos, as universidades também têm um impacto significativo no desenvolvimento socioeconômico das regiões em que estão inseridas (Rolim; Serra, 2009; Wanzinack; Signorelli, 2014).

Existem inúmeros tipos e configurações de cursos superiores que variam de acordo como seus objetivos formativos, público-alvo, estrutura pedagógica, dentre outros aspectos. Deste modo, em consonância com o intento de pesquisa da presente dissertação, serão pontuadas algumas considerações sobre o curso de Turismo.

2.3.1 Os cursos de turismo

Em linhas gerais, de acordo com Oganauskas, Gomes, Andrukiu (2012), o bacharelado em Turismo é um curso acadêmico que oferece uma ampla gama de oportunidades e contribuições sociais. Ele prepara os estudantes para compreender, analisar e atuar no setor turístico, uma indústria de grande relevância econômica e social em muitos países.

Um dos principais aspectos da formação acadêmica em Turismo é a compreensão do impacto social dessa atividade. Os estudantes aprendem sobre a interação entre turistas e comunidades locais, a importância da preservação cultural e ambiental, e os desafios relacionados à sustentabilidade do turismo. Esses conhecimentos permitem que os futuros profissionais do turismo atuem de forma responsável e ética, buscando minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios sociais dessa indústria (Oganauskas; Gomes, Andrukiu, 2012).

De acordo com os autores mencionados, o curso de Turismo proporciona aos estudantes uma visão abrangente e multidisciplinar sobre os diferentes segmentos do setor turístico. Eles estudam disciplinas como gestão de destinos turísticos, planejamento e desenvolvimento do turismo, *marketing* turístico, gestão hoteleira, entre outras. Essa formação capacita os graduados a atuarem em diversos cargos e funções, como gestores de empresas turísticas, consultores, agentes de viagens, organizadores de eventos, e até mesmo em órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento turístico.

Uma das principais contribuições sociais do curso de Turismo é a promoção do desenvolvimento regional como apontam Menezes e Teixeira (2017). O turismo pode ser um importante motor econômico em muitas regiões, gerando empregos, movimentando a economia local e estimulando a diversificação das atividades econômicas. Os profissionais formados em Turismo têm o conhecimento e as habilidades necessárias para identificar o potencial turístico de uma região, desenvolver produtos e serviços turísticos atrativos e promover a região como um destino turístico.

Além disso, o turismo pode desempenhar um papel significativo na valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental. Os estudantes de Turismo aprendem sobre a importância da conservação dos recursos naturais, do respeito às tradições locais e do estímulo à participação das comunidades no processo de desenvolvimento turístico. Ao promover um turismo sustentável, que respeita a cultura e o meio ambiente, os

profissionais formados em Turismo contribuem para a preservação da identidade cultural e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (Menezes; Teixeira, 2017).

Os primeiros cursos superiores em Turismo no Brasil surgiram na década de 1970, quando o país começou a perceber a importância do setor para o desenvolvimento econômico e o potencial turístico do país estava em sintonia com o projeto do regime militar, que considerava o turismo como um setor capaz de contribuir para o desenvolvimento do país. Naquela época, o turismo ainda não era reconhecido como uma atividade profissional e não existiam cursos específicos para formação na área. Outra característica dos cursos brasileiros é que a oferta se concentra em instituições privadas de ensino, outro setor incentivado pelo regime militar, que promoveu a democratização do ensino por meio da privatização, possibilitando o acesso ao ensino superior aos procedentes da classe emergente.

Com o desenvolvimento da atividade turística nas décadas de 1960 e 1970 e o aumento na procura do turismo e lazer, discutiu-se a necessidade de profissionais qualificados para atuar em diferentes níveis na região. Daí vão surgindo os cursos profissionalizantes, mestrado e doutorado, voltados para o turismo, para formações e qualificações em todos os níveis, desde cursos e programas de formação básica e comportamental, educação, renovação, aperfeiçoamento para produção de mão de obra qualificada para atender a demanda (Hallal; Muller; Garcia; Ramos, 2010).

No final da década de 1960 e início dos anos 1970, a demanda por profissionais especializados em Turismo aumentou, e novos cursos foram criados em diferentes regiões do país. Foi criado o primeiro curso da área em 1971, na Faculdade de Turismo do Morumbi atual Universidade Anhembi-Morumbi. No mesmo ano, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, criou-se o curso de Bacharelado em Turismo, sendo a primeira instituição pública a oferecer uma graduação específica para a área. A partir desse momento, outras universidades seguiram o exemplo e começaram a ofertar cursos de Turismo.

Com o passar dos anos, os cursos de Turismo foram se consolidando e se diversificando, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como gestão, planejamento, *marketing*, hotelaria, ecoturismo, entre outros. Atualmente, existem várias instituições de ensino superior no Brasil que oferecem cursos de graduação em Turismo, bem como pós-graduações e especializações na área.

Com a criação dos cursos superiores em Turismo no Brasil, estimulou-se um avanço significativo na profissionalização do setor, fornecendo aos estudantes

conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuarem de forma qualificada no mercado turístico. Esses cursos contribuíram para o fortalecimento da indústria do turismo no país e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor.

Em janeiro de 2012, a então Presidenta do país, Dilma Rousseff, reconhece a profissão de turismólogo por meio da Lei n. 12591/2012, considerando as atividades do turismólogo. É considerada uma das mais relevantes políticas para o setor de turismo e promoveu o reconhecimento do profissional de Turismo. A Lei n. 12591/12, regulariza o exercício da profissão de Turismólogo e designa as suas devidas atribuições. Também, discorre sobre a forma do contrato de trabalho, que passa a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O Turismólogo pode atuar conforme legislação vigente (Germano, 2019).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Estabelecer procedimentos e técnicas para coletar, analisar e interpretar dados é um componente crucial de qualquer pesquisa. A metodologia desempenha um papel significativo na garantia da validade e confiabilidade dos resultados. Tem como objetivo estabelecer compreensões no sentido de descobrir resposta para os questionamentos e indagações realizados para alcançar os resultados que é a base sobre a qual um estudo de pesquisa é construído.

Para Gil (2002, p.17), “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

Para atingir os objetivos da pesquisa de maneira metódica e intencional, uma metodologia claramente definida é essencial. Seu objetivo é garantir a precisão, confiabilidade e autenticidade dos dados coletados, aumentando assim a credibilidade de resultados consistentes.

A abordagem da pesquisa é predominantemente qualitativa, que é um tipo de pesquisa que se concentra em uma compreensão profunda e detalhada dos fenômenos sociais. De acordo com Zanella (2013, p. 99):

Enquanto o método quantitativo de pesquisa preocupa-se com a medição dos dados, o método qualitativo não emprega a teoria estatística para medir ou enumerar os fatos estudados. Preocupa-se em conhecer a realidade segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados (Zanella, 2013, p.99).

Ao contrário da pesquisa quantitativa, que busca obter números e estatísticas, a pesquisa qualitativa busca explorar as percepções, significados e experiências dos participantes.

Segundo Oliveira (2001), a pesquisa qualitativa é entendida por alguns autores como uma “expressão universal”. Por um lado, isso significa que contém o que se pode chamar de atividade ou investigação específica.

A pesquisa qualitativa torna-se relevante dado que os indivíduos estão imersos em um ambiente diferente do outro, com realidades únicas.

De acordo com Pereira, Shitsuka e Parreira (2018), os métodos qualitativos são aqueles em que é importante a interpretação do pesquisador sobre sua perspectiva, sobre

o fenômeno em estudo. Neles, a coleta de dados geralmente é feita por meio de entrevistas com perguntas abertas.

Para Godoy (2005), os critérios de credibilidade incluem a ideia de que a pesquisa deve ser conduzida de acordo com seus próprios princípios e diretrizes. Uma abordagem qualitativa para que seus resultados sejam confiáveis e reconhecidos pelos construtores, a realidade social em estudo, ou seja, seus participantes.

A pesquisa qualitativa desempenha um papel fundamental em vários campos do conhecimento, especialmente nas ciências sociais, humanas e campos aplicados como educação, psicologia, sociologia e outros. Centra-se numa compreensão profunda dos fenômenos sociais, culturais e humanos, procurando captar as complexidades e nuances das experiências individuais e coletivas.

Segundo Gil (2002), uma pesquisa pode ser classificada com base em seus objetivos para ser exploratória, descritiva ou explicativa. A pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa que visa proporcionar maior familiaridade com o problema a ser investigado, com o objetivo de torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Para isso, essa abordagem pode utilizar técnicas como revisão bibliográfica, estudo de casos, entrevistas exploratórias, entre outras.

Já Marconi e Lakatos (2003), em situações de pesquisa em que um problema permanece inexplorado, explicam que a pesquisa exploratória é realizada para ampliar a compreensão e identificar possíveis caminhos a seguir. Essa investigação inicial é crucial, determinando se o problema foi suficientemente explorado ou não.

Para distinguir uma ampla gama de conhecimentos científicos, o método científico serve como um dispositivo indispensável e distinto. No entanto, é imperativo enfatizar que nem todo empreendimento que visa aderir ao método científico se qualifica como ciência (Marconi; Lakatos, 2003).

Segundo Zanella (2013), a pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Segundo a autora, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva.

De acordo com Oliveira (2001), a pesquisa exploratória é definida como uma abordagem inicial de um processo investigativo que visa obter uma visão geral e superficial do problema em estudo e explorá-lo de forma ampla e abrangente, e as técnicas utilizadas na pesquisa exploratória são muitas vezes qualitativas e subjetivas, incluindo

revisões bibliográficas, observação participante, entrevistas não estruturadas e análise documental.

Essas técnicas permitem que os pesquisadores explorem a questão de pesquisa de maneira ampla e profunda, obtendo informações sobre suas características, contexto, limitações e possibilidades.

A pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que busca explicar as características e os fenômenos de uma determinada população ou população de interesse. Esse tipo de pesquisa busca retratar o que existiu em determinada época sem perturbar ou alterar as condições naturais do ambiente estudado.

Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade para obter conhecimento e, em seguida, planeja realizar pesquisas descritivas.

Esse tipo de pesquisa não se preocupa em estabelecer relações causais entre variáveis, mas em descrever e analisar traços, comportamentos, opiniões ou outros aspectos que podem ser observados e medidos.

De acordo com Zanella (2013), a pesquisa descritiva: busca conhecer a realidade analisada, suas características e seus problemas.

A pesquisa descritiva, juntamente com a pesquisa exploratória, é frequentemente conduzida por pesquisadores sociais que se preocupam com a ação prática.

Uma pesquisa pode ser classificada pelos procedimentos técnicos utilizados e destacando aqui entre elas a pesquisa bibliográfica e documental. Nossa pesquisa será predominantemente pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

3.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consiste na consulta e análise do material já publicado, incluindo material impresso (livros, revistas, jornais, artigos científicos, teses, dissertações e anais de eventos científicos) e também material disponibilizado na *internet*. Segundo Gil (2002, p. 29):

Praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Tanto é que, na maioria das teses e dissertações desenvolvidas atualmente, um capítulo ou seção é dedicado à revisão bibliográfica, que é elaborada com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema (GIL, 2002, p. 29).

De acordo com Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2002, p.44).

A pesquisa bibliográfica proporciona ao pesquisador o contato com obras publicadas para que ele se familiarize com o tema e a problemática a ser explorada na pesquisa a ser realizada. Auxilia por meio das publicações acadêmicas existentes sobre a temática do problema, e assim o pesquisador estará apto a identificar o método adequado a ser utilizado na pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. (Lakatos; Marconi, 2003, p.183).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite ao pesquisador cobrir uma gama mais ampla de fenômenos do que pode ser estudado diretamente. No entanto, essas vantagens da pesquisa bibliográfica também têm o potencial de prejudicar muito suas contrapartes de qualidade de pesquisa. Frequentemente, fontes secundárias mostram dados que foram coletados ou processados de maneira errada (Gil, 2002).

3.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental é um método de coleta de dados usado nas ciências sociais, humanas e em vários campos acadêmicos. Esse método envolve a análise e interpretação de documentos e fontes escritas, como textos, relatórios, cartas, diários, fotografias, arquivos digitais e outros.

De acordo Gil (2002), a pesquisa documental é parecida com a pesquisa bibliográfica. O que se difere entre elas está na natureza das fontes. Para Gil (2002, p. 45):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, p. 45).

Ao realizar pesquisa de literatura, os pesquisadores tentam reunir informações relevantes e significativas de fontes de literatura disponíveis. Esses recursos podem ser encontrados em bibliotecas, arquivos, agências governamentais, *sites*, bancos de dados *online* e outras fontes de literatura acessíveis.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 174), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

A pesquisa documental é um método de coleta de dados que envolve a análise e interpretação de documentos existentes. É uma ferramenta inestimável para obter informações históricas, dados secundários e entender eventos ou fenômenos.

Os resultados desta pesquisa serão descritivos, apresentando uma visão detalhada e contextualizada do assunto investigado. Esses resultados podem revelar padrões, tendências e características relevantes sobre o objeto de pesquisa, contribuindo para a compreensão e conhecimento do campo de pesquisa.

3.3 Pesquisa de campo

Partindo da assertiva de entender a importância das políticas públicas para o desenvolvimento regional e local, a pesquisa realizada possui uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo, e os procedimentos utilizados na pesquisa foram bibliográfica e documental.

No que é pertinente à análise dos dados, foi efetivada por meio da chamada análise de conteúdo, conceito metodológico desenvolvido por Bardin (2011), que tem sido amplamente aplicado em estudos das áreas de Ciências Humanas. De acordo com o autor, a terminologia análise de conteúdo faz referência a:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

Foi necessário entender o fenômeno para depois decidir qual o tipo de abordagem que melhor se aplicaria na pesquisa. No dia 03 de junho de 2022, estivemos na Cidade de Goiás para observar como era a relação do curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) com o turismo na cidade. Escolhemos essa

data por causa do vigésimo terceiro Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que foi realizado no período de 24 de maio a 05 de junho de 2022, por se tratar de uma data muito importante para o calendário de eventos do município e do Estado de Goiás, com reconhecimento internacional.

A cidade estava cheia de turistas, a rede hoteleira lotada, e o evento ocorreu com uma programação espalhada por toda a cidade, com várias palestras, mostra de cinema e show com o palco montado no mercado. Percebemos a presença da Universidade Estadual de Goiás (UEG) na programação do evento “FICA” e procuramos a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Então, tivemos o primeiro contato com o secretário de turismo Rodrigo Borges Santana, que, apesar da correria do seu dia, foi muito atencioso e se colocou à disposição em colaborar com a pesquisa.

Para alcançar os objetivos pré-estabelecidos no projeto de pesquisa e sendo importante para o desenvolvimento dos trabalhos, o levantamento das informações foi de forma aprofundada à abordagem qualitativa e ao método mais adequado, conforme os ensinamentos dos autores Godoy (2005), Oliveira (2001), Pereira, Shitsuka e Parreira (2018) e Zanella (2013). A escolha desse método é mais adequada devido ao objetivo de explorar a complexidade e as nuances de um determinado fenômeno social, em vez de buscar generalizações estatísticas. Procurando capturar a subjetividade e a variedade da experiência humana, levando a uma compreensão mais profunda do significado, motivação e contexto social em que os eventos ocorrem.

A pesquisa se enquadra nessa abordagem devido à necessidade de entender como o curso de bacharelado em turismo e patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina pode corroborar com o desenvolvimento regional no município de Goiás a partir de políticas públicas de turismo, educação e cultura.

Considerando as ideias expostas acima, e tendo em vista os objetivos deste estudo, a pesquisa foi dividida em duas etapas quanto aos procedimentos:

Primeiramente, a partir da revisão bibliográfica. De acordo com os autores Gil (2002), Marconi e Lakatos (2003), Oliveira (2001) e Zanella (2013), as revisões bibliográficas permitem aos pesquisadores obter uma compreensão abrangente do que foi estudado e publicado sobre um tópico de interesse. Isso ajuda a identificar lacunas no conhecimento existente e a identificar como a pesquisa atual se encaixa nesse contexto, fornecendo uma base teórica necessária para alcançar os objetivos da pesquisa. Ao consultar a literatura relevante, podemos encontrar conceitos, modelos teóricos e métodos para fornecer suporte para conduzir e formular hipóteses para pesquisa, permitindo a

identificação de estudos anteriores que abordaram aspectos semelhantes ou relacionados ao tema em questão. Isso evita a duplicação desnecessária de pesquisas já realizadas e permite a continuidade ao conhecimento existente.

Ao revisar a literatura, podemos determinar os métodos de pesquisa e as abordagens teóricas mais apropriadas e definir os procedimentos mais adequados para a pesquisa, buscando textos que fazem referência ao tema proposto e a leitura deles, além das leituras de textos e da base teórica: pesquisa em *sites* da *internet* e livros, fichamentos, resumos, discussões, correções e confronto teórico.

Destacando como fonte de pesquisa referente ao desenvolvimento regional e local, políticas públicas de educação, cultura e turismo: livros, artigos da plataforma *Scielo*, *sites* (Universidade Estadual de Goiás, Prefeitura da Cidade de Goiás e Goiás Turismo). Pesquisas realizadas em documentos em órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Mauro Borges (IMB), entre outros.

No segundo momento partimos para a elaboração de questionários e entrevistas com a finalidade realizar um levantamento mais rico sobre o tema tratado na pesquisa. Tanto as entrevistas quanto os questionários podem ser usados na pesquisa descritiva. Ambas as técnicas podem fornecer informações valiosas para descrever recursos, fenômenos ou relacionamentos existentes em um determinado contexto.

As entrevistas qualitativas são particularmente úteis para obter uma compreensão profunda e rica do fenômeno em estudo. Permitindo uma exploração mais aberta e livre das experiências pessoais, perspectivas e sentimentos dos participantes. Permitindo que os pesquisadores capturem a subjetividade e a complexidade da experiência humana, fornecendo percepções e detalhes que podem não ser possíveis de obter apenas com perguntas fechadas do questionário. Por outro lado, questionários podem ser aplicados para obter uma visão mais ampla e representativa da população.

Foram construídos questionários para serem aplicados aos turistas, comerciantes e alunos do curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina e entrevistas ao secretário de Turismo e ao coordenador do Curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) na Cidade de Goiás, que foi finalizada no mês de abril de 2023.

No dia 27 de abril enviamos a entrevista para o secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico por meio da sua secretária que já tinha estabelecido um primeiro contato anteriormente.

Aproveitando a véspera do feriado de Corpus Christi, iniciamos a aplicação dos questionários no dia 28 de abril. Foram aplicados os questionários para os comerciantes e turistas na Cidade de Goiás em locais previamente selecionados de modo a garantir maior segurança na coleta das informações.

Os 30 questionários destinados aos comerciantes foram concentrados no centro histórico sendo aplicados para os proprietários ou responsáveis dos restaurantes, hotéis, docerias, sorveterias, bares, lanchonetes, lojas de roupas e artesanatos, no mercado municipal e outros estabelecimentos.

Foram 44 questionários aplicados aos turistas da Cidade de Goiás no centro histórico, onde apresenta uma maior concentração de turistas, e foram aplicados no dia 28 de abril e no dia 06 de maio de 2023.

No dia 12 de maio, estabelecemos o primeiro contato via *e-mail*, que é o único canal de comunicação com o coordenador do Curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG), solicitando autorização para aplicação do questionário aos discentes do Curso de Turismo e que respondesse a entrevista destinada ao coordenador do curso. Com a autorização do coordenador, foram aplicados 16 questionários aos alunos com ajuda da professora do Curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Janete Rego Silva, que enviou via *WhatsApp* o questionário (*Google Forms*) para que os discentes pudessem contribuir com a pesquisa. Solicitamos à secretaria da Universidade Estadual de Goiás (UEG) os dados sobre o Curso de Turismo e Patrimônio como números de alunos matriculados, desistentes, frequentes e formados no período de 2019 (primeira turma do curso) até 2023, para realizar uma análise do progresso do curso por intermédio de dados tão significativos.

No dia 30 de maio o coordenador enviou a seguinte resposta sobre a entrevista: “Eu já estou me desligando do curso e uma outra professora que já é representante da coordenação será nomeada oficialmente agora em junho.” Por esse motivo não foi possível realizar a entrevista com o coordenador para capturar a sua opinião acadêmica sobre o curso.

CAPÍTULO 4 - A CIDADE DE GOIÁS

4.1 Goiás: histórico e situação atual

A Cidade de Goiás foi fundada pelos bandeirantes no início do século XVIII no ciclo do ouro no período colonial. Eles ocuparam a região do rio vermelho, onde foi fundado o Arraial de Sant'Ana, depois conhecido como Vila Boa de Goiás e mais tarde recebeu o nome de Cidade de Goiás. Com a decadência da exploração do ouro na região, outras atividades começam a se desenvolver, como a agricultura, e a cidade se torna Capital do Estado até a década de 1930.

Fundado em 1726, o Arraial de Sant'Anna foi mais um aglomerado minerador descoberto por bandeirantes paulistas durante o início do século XVIII, que depois seria chamado Vila Boa e, mais tarde, Cidade de Goiás, sendo durante 200 anos a capital do território (Borges, 2010, p. 5).

Com o descobrimento do ouro, o produto ocupou o primeiro lugar no interesse das autoridades, e todos os esforços foram direcionados para extração do mineral. Cada povoado criado era em função da retirada do ouro, e, quando se esgotava, os mineradores se mudavam e os povoados deixavam de existir. Segundo Borges (2010), Goiás foi o segundo produtor de ouro do Brasil, inferior a Minas Gerais, e a época do ouro não teve toda essa dimensão como era imaginado. Após o fim do curto período de mineração, iniciou-se um processo de ruralização da sociedade e extinção de arraiais e vilas.

A independência de Goiás foi muito demorada, como era a realidade do país; e, até o final do século XIX, foi administrada por presidentes impostos pelo poder central. Em 1930 Pedro Ludovico Teixeira assumiu o governo provisório do estado e transferiu a capital para Goiânia.

O governo passou a propor como objetivo primordial o desenvolvimento do estado. E a construção de Goiânia foi o ponto de partida para a divulgação do Estado de Goiás e para uma nova etapa da história (Borges, p. 5, 2010).

O município de Goiás está localizado na mesorregião Noroeste Goiano e na microrregião do Rio Vermelho conforme destaca o Instituto Mauro Borges (IMB, 2022):

A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. De acordo com a Resolução da Presidência (PR) Nº 11, de 5 de junho de 1990, Goiás é dividido em 5

mesorregiões: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano, Sul Goiano (IMB, 2022).

Ele possui mais de 24.727 habitantes segundo o Censo IBGE (2010). As rodovias para ter acesso à cidade são GO-070 vindo de Goiânia com a distância de 136 km ou pela BR-060, GO-222 até Inhumas e GO- 070 a 320 km, vindo de Brasília. Na rodoviária local e de Goiânia, uma boa frota de ônibus permite a viagem de hora em hora e serviço de táxi disponível na rodoviária da cidade de Goiás. Conforme apresentado no mapa 1:

Mapa 1 – Acesso a Cidade de Goiás



Fonte: Blog da Cidade de Goiás (2011)

A Cidade de Goiás recebeu, no dia 27 de junho de 2001, o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que possui a responsabilidade de fiscalizar juntamente com o município, o estado e a União. Características da época muito marcantes e presentes até os dias de hoje contam a história e apresentam a cultura do povo goiano e brasileiro:

A atmosfera bucólica da cidade do século XVIII foi preservada: as ruas de pedra, as pontes sobre o Rio Vermelho, as casas em sua maioria térreas, as igrejas simples e, emoldurando esse cenário, os morros com vegetação nativa e o perfil da Serra Dourada. Goiás manteve o equilíbrio entre o patrimônio cultural e o natural, testemunho do binômio Homem-Cerrado em sua correta aceção (IPHAN, 2014).

A cidade oferece serviços como água tratada, esgotamento sanitário, energia elétrica e *internet*. Disponibiliza uma rede de saúde com Hospital São Pedro d’Alcântara

e postos de atendimentos para pequenas emergências. Também possui escolas (municipais e estaduais) e instituições de ensino superior como a Universidade Estadual de Goiás, o Instituto Federal de Goiás/Goiano e a Universidade Federal de Goiás *campus* Cidade de Goiás.

Sua economia tem um grande apoio na agropecuária e no comércio, e o turismo é muito importante para cidade com grande potencial. Sua rede hoteleira é composta por hotéis e pousadas, e chama a atenção a culinária típica da região, destacando-se os frutos do nosso cerrado, que é uma marca do Estado de Goiás.

As potencialidades de uma cidade são determinadas a partir do seu potencial, ou seja, as características apresentadas para o seu desenvolvimento.

O município de Goiás apresenta um grande potencial para promover um desenvolvimento regional bem-estruturado devido à estrutura que ele já possui com instituições de ensino para gerar mão de obra qualificada de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas na região. Além disso, há uma variedade de turismo que pode ser mais bem aproveitado; um comércio que pode ser mais bem preparado para alcançar níveis maiores de crescimento; uma cultura riquíssima presente em toda cidade; e uma notável qualidade de vida. Sem dúvida, é uma cidade acolhedora.

4.2 Aspectos do turismo e a cultura

O turismo no Brasil está em evidência como propulsor ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades e na valorização da cultura e preservação dos recursos naturais onde essas comunidades se encontram.

O turismo nasceu na Cidade de Goiás como uma forma de estimular a economia por meio da inclusão social, colaborando para novos aspectos da valorização da vida e relacionando os produtos culturais para melhorar a distribuição de renda da comunidade.

A atividade turística deve ser analisada como um fenômeno econômico-cultural moderno, dinamizado por uma sociedade de consumo, e, portanto, essa análise deve se estender para além da dimensão material do espaço (Lima, 2013).

O desenvolvimento da cidade pautado no turismo gera pontos positivos e também pontos negativos. Temos o exemplo da cidade de Pirenópolis, que atraiu moradores de outros locais que se estabeleceram na cidade e no comércio local, ou adquiriram moradias temporárias. Como consequência disso, os moradores locais, por causa da especulação

imobiliária, migram para bairros mais afastados. Percebemos essa realidade de Pirenópolis no estudo realizado por Dias (2017, p. 65):

Com a força da gentrificação e a transformação de residências em comércio no centro histórico, a população residente migra para novos bairros periféricos. Ao mesmo tempo, novos moradores ou empresários vindos de grandes centros urbanos se apropriam dos antigos casarões do centro histórico para veraneio ou comércio (Dias, 2017, p. 65).

Essa realidade que percebemos em Pirenópolis não é a realidade da Cidade de Goiás. O centro histórico da cidade é ocupado por comerciantes e moradores locais. Existe uma grande preocupação em manter essa característica na cidade e não promover nela um crescimento sem planejamento.

O município de Goiás faz parte do programa de regionalização do turismo do governo federal lançado em 2004 pelo Ministério do Turismo (MTur), no qual podemos acessar o *site* do mapa do turismo no Brasil, no qual estão disponíveis todas as informações sobre o turismo no município.

O município de Goiás está localizado na Macrorregião Centro-Oeste e na região turística do ouro e cristais conforme apresenta o Mapa 2:

Mapa 2 – Programa Regionalização do Turismo



Fonte: Mapa do Turismo (2022).

Para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), é fundamental o Conselho Municipal de Turismo (CMT), que é um colegiado formado por comunidade e setor público com a função de implementar políticas municipais de turismo de acordo com a localidade.

O Ministério do Turismo (MTur) reconhece o Conselho Municipal de Turismo (CMT) por meio do certificado, na Figura 4:

Figura 4 – Certificado do Conselho Municipal de Turismo Goiás/GO



Fonte: Mapa do Turismo (2022).

O Município possui uma Legislação relacionada ao Turismo. A Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico foi criada pela Lei n. 003 de 2013 (Município de Goiás, 2013). Em 2021, por iniciativa da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico com o apoio do COMTUR foi elaborado projeto de Lei que instituiu a Política Municipal de Turismo e o Sistema Municipal de Turismo. A Lei n. 299 foi aprovada em 02 de dezembro de 2021 (Município de Goiás, 2021).

O Município participa de governanças regionais e estaduais de turismo por meio da Região de Ouro e Cristais, do Comitê Caminho de Cora Coralina, dos Gestores de Turismo Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM).

As principais parcerias e rede de cooperação voltadas ao desenvolvimento do Turismo são: Inova Juntos e Confederação Nacional dos Municípios (CNM), além do Projeto de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Local Sustentável (que está sendo realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Municípios); Programa Turismo 4.0, iniciativa e parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE com a Goiás Turismo; Encontro Brasileiro de Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial; Plano Municipal de Turismo em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Goiás Turismo; Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico da Região da Serra Dourada.

O município possui um fundo Municipal de Turismo no valor de R\$ 100.000,00, de acordo com a Lei n. 299 de 02 de dezembro de 2021 (Município de Goiás, 2021), e programas, projetos e ações acerca da atividade turística como: Projeto de Implantação do Complexo Turístico da Carioca, Atualização do Plano Municipal de Turismo, Revitalização do Mercado Municipal, Programa Turismo Sustentável e Responsável, Projeto de Sinalização do Parque da Carioca, Ações de manutenção do Caminho de Cora Coralina, Projeto de Revitalização do Lago das Acácias, Projeto Ilumina Patrimônio, Plano de Desenvolvimento Turístico da Região da Serra Dourada – Rota Turística do Ouro e Rota Turística da Serra Dourada, Aplicativo e Guia Turístico. (Mapa do Turismo, 2022). Neste contexto, Borges (2010, p. 6) afirma:

A cidade histórica possui uma admirável riqueza arquitetônica do período colonial, restaurado e conservado com o tempo. Seus museus, igrejas, coretos e chafarizes nos levam a uma viagem. Os muros feitos pelos escravos se misturam as cachoeiras que garantem lazer e descanso. Há destaque a casa da grande poetisa Cora Coralina e também a pintora Goiandira do Couto que representa a arte goiana com excelência ao pintar com as areias da Serra Dourada quadros singulares (Borges, 2010, p. 6).

A cidade é um Patrimônio Cultural conhecido como Patrimônio da humanidade e imprime cultura por onde olhamos, além de contar a história do povo goiano. No município de Goiás o turismo é muito importante para o desenvolvimento regional e riquíssimo, podendo-se destacar essas características no turismo cultural:

Que tem como objetivo vivenciar o conjunto de elementos que sejam significativos do patrimônio histórico e cultural e que tenha a identidade de uma determinada população. Objetivando a contemplação de centros históricos, museus, sítios arqueológicos, festas típicas, eventos gastronômicos entre outros que representem a identidade material ou imaterial (Ministério do Turismo, 2006, p. 12).

Podemos destacar como produtos turísticos culturais: O Palácio Conde dos Arcos, sede do governo; o Museu das Bandeiras, antiga Cadeia Municipal; o Chafariz de Cauda; Museu de Arte Sacra da Boa Morte; Casa de Fundação do Ouro, Ministério Público; Catedral de Santana; Coreto do Jardim; Cruz do Anhanguera; Igreja Nossa Senhora do Carmo; e outros conforme apresentado no Mapa 3.

reforçando a oferta turística da gastronomia, produtos característicos da região. Marinho (2021, p. 14) esclarece que:

O turismo ecológico: também conhecido como ecoturismo, tem como o objetivo através de práticas educacionais, de lazer, de esportivo o de estimular e conscientizar sobre a preservação da natureza, e valorizar o meio ambiente. Através de trilhas, banhos de cachoeira, o mergulho para contemplação da vida marinha, com escaladas em pontos turísticos (Marinho, 2021, p. 14).

Para os turistas que buscam o contato com a natureza, a Cidade de Goiás tem o Santuário Ecológico – Posto do Sucuri: o lugar oferece piscinas naturais, alimentação e área de *camping*; Cachoeira das Andorinhas: caminhada por trilha para ter acesso à queda d'água; Balneário Santo Antônio: trilhas, banho de rio, *camping*, clube e alimentação; Parque Turístico Carioca: banho de rio no Rio Vermelho, museu histórico e arqueológico.

O artesanato está presente e faz parte da história da cidade. Peças de cerâmica mantêm vivas as tradições artísticas herdadas dos antigos índios da região e escravos; os alfenins, doces tradicionais feitos de polvilho e açúcar podem ser encontrados em toda a cidade; assim com as obras de Veiga Valle, um grande escultor da região (Borges, 2010).

Grandes eventos são realizados na cidade durante o ano todo e alguns com reconhecimento a nível nacional e internacional, como Procissão do Fogaréu e Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA).

4.3 Aspectos Econômicos

O Estado de Goiás está dividido em 18 microrregiões geográficas que se definem pelas suas características como: produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral, natural, relações sociais e as economias particulares. Esses espaços são determinados pelas características e estrutura da localidade e pela possibilidade de atender às populações, por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos.

O município de Goiás é considerado de médio porte devido a sua população ser de 22.331 habitantes.

Os municípios de médio porte (entre 20.000 e 100.000 habitantes), em 2020, correspondem a 18,7% dos municípios (46), com 24,7% da população e participação de 22,1% do PIB estadual (IMB, 2022).

Segundo o IMB (2022), o PIB goiano atingiu um montante R\$ 224.126 bilhões participando com 2,9% do PIB brasileiro, e manteve sua posição de 9ª maior economia

do país. O município de Goiás atingiu um PIB no valor R\$ 256.441 mil reais ocupando a 59ª posição do PIB do estado.

Entre os setores econômicos na Cidade de Goiás, destaca-se principalmente o serviço ocasionado pelo turismo, serviços gerados pelo município por meio do serviço público, agropecuária com destaque na produção de leite e a indústria conforme mostra na tabela 1.

Tabela 1 – O município de Goiás: Produto Interno Bruto a preços correntes, classificação, Valor Adicionado (VA) por setor, população e PIB *per capita* – 2020

Agropecuária (R\$ mil)	135.438,95
Indústria (R\$ mil)	37.647,32
Serviços (R\$ mil)	426.741,32
VA (R\$ mil)	599.823,59
Impostos (R\$ mil)	56.617,49
PIB (R\$ mil)	256.441,08
Classificação	59ª posição
População (por habitantes)	22.381
PIB Per Capita (R\$ mil)	29.330,28

Fonte: IMB (2022).

No Município de Goiás, as APLs possuem seu papel importante para o desenvolvimento do potencial econômico como, por exemplo, no turismo. Afirmam Simonetti e Kamimura (2017) que aglomerações de um número significativo de empresas atuando em uma atividade produtiva em um mesmo espaço geográfico são Arranjos Produtivos Locais. Para Nascimento, Cruz, Faria, Evangelista, Furqui e Godoi (2022, p. 6):

O APL Lático do Oeste Goiano envolve a cadeia produtiva da pecuária leiteira, em 24 municípios, em que seus atores principais são os produtores de leite, os laticínios, a assistência técnica e as instituições parceiras, Emater, Sebrae, Universidade Estadual de Goiás, Institutos Federais e Secretarias Municipais de Agricultura (Nascimento; Cruz; Faria; Evangelista; Furquim; Godoi, 2022, p. 6).

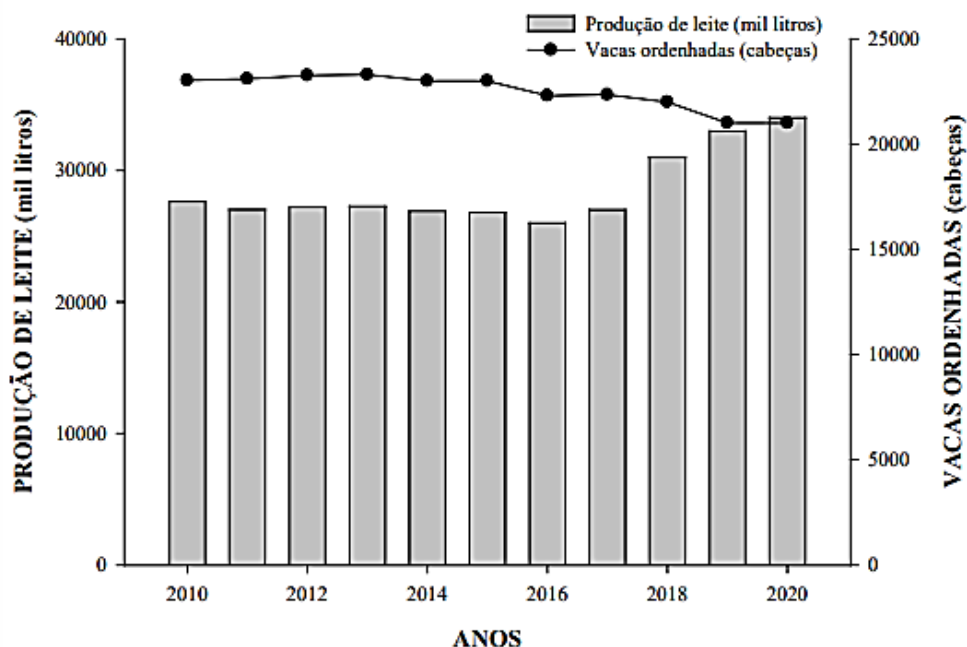
Essa APL é composta por 24 municípios, e um deles é o Município de Goiás, com grande destaque e potencial para a bovinocultura leiteira de acordo com o Gráfico 1. Novamente Nascimento, Cruz, Faria, Evangelista, Furqui e Godoi (2022, p. 16) afirmam:

A Cidade de Goiás foi o segundo maior produtor de leite, com uma produção de 34.000 mil litros e um rebanho de vacas ordenhadas de 21.000 cabeças. Observa-se pela Figura 4 um incremento da produção de leite a partir do ano de 2017. A produção passou a ter um aumento na produção 1.000, 4.000, 2.000 e 1.000 mil litros nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 respectivamente. O número de cabeças de vacas ordenhadas não apresentou aumento entre os anos de 2019 e 2020; sobretudo a produção de leite foi aumentada em 103% (Nascimento; Cruz; Faria; Evangelista; Furquim; Godoi, 2022, p.16).

Pode-se observar a evolução da atividade leiteira no município de 2010-2020 no

Gráfico 1:

Gráfico 1 – Evolução da produção de leite (mil litros) e o rebanho de vacas ordenhadas (cabeças) entre os anos de 2010 e 2020 do município da Cidade de Goiás, Goiás



Fonte: (Nascimento; Cruz; Faria; Evangelista; Furquim; Godoi, 2022, p.17).

Pode-se afirmar que os Arranjos Produtivos Locais podem ser utilizados para diversificar as atividades econômicas e assim caracterizar uma política de desenvolvimento que estimule o desenvolvimento regional e local.

O turismo na Cidade de Goiás é compreendido cada vez mais como uma atividade econômica que busca um desenvolvimento sustentável e seu potencial como gerador de empregos e renda. O grande desafio é fazer com que essa atividade econômica estimule a economia local durante todo ano. A realidade é que os turistas estão presentes mais em datas que estão relacionadas a eventos na cidade, como Procissão do Fogaréu e o Carnaval. A falta de uma rotatividade mensal de turistas ocasiona dificuldades financeiras principalmente para o comércio direcionado ao turismo, como as doçarias e o artesanato.

CAPÍTULO 5 – O CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E PATRIMÔNIO DA UEG

5.1 A Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio

A cidade Goiás possui várias Instituições de Ensino Superior (IES), oferecendo cursos profissionalizantes, graduação e pós-graduação para a população da região, para que esta se qualifique para o mercado de trabalho e traga como consequência a promoção do desenvolvimento econômico e regional.

No Instituto Federal de Goiás (IFG) *campus* Goiás, são ofertados: cursos técnicos e integrados ao ensino médio nas áreas de agroecologia, edificações e produção de áudio e vídeo; cursos técnicos e integrados ao ensino médio (EJA) em artesanato na modalidade de educação de jovens e adultos; e bacharelado em agronomia e cinema e áudio visual.

Na Universidade Federal de Goiás (UFG) *campus* Goiás, a instituição oferta cursos de graduação: administração; arquitetura e urbanismo; direito; educação do campo – ciência da natureza; filosofia (bacharelado e licenciatura); serviço social; e pedagogia. Pós-graduação: doutorado interinstitucional em conservação e restauro e urbanismo (UFBA/UFG).

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina oferece cursos: bacharelado (turismo e patrimônio); licenciatura: Geografia, história, letras e matemática; tecnológico: gestão de turismo; mestrado: estudos culturais memórias e patrimônios, geografia e língua, literatura e interculturalidade.

Nessa temática, Araújo, Pasqualetto, Pietrafesa e Beltrão (2021, p. 12) afirmam:

Dentro dessa necessidade de expansão e aumento da escolaridade média da população, as políticas públicas exercem papel fundamental no processo de interiorização das instituições de ensino ao criar mecanismo de inclusão da população marginalizada e estabelecer programas que possibilitem a entrada e permanência do estudante (Araújo; Pasqualetto; Pietrafesa; Beltrão, 2021, p.12).

Para esta pesquisa é importante destacar a presença da Universidade Estadual de Goiás (UEG), que é uma instituição de ensino gerida por recursos estaduais, consequências de políticas públicas educacionais com o objetivo de levar o ensino superior a várias regiões do estado de Goiás para promover desenvolvimento local e regional.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) é resultado de uma política pública de educação estadual com a criação de uma universidade pública estadual com objetivo de

descentralizar o ensino superior e assim permitir a todas as regiões do estado o acesso à formação e à capacitação do cidadão, e gerar como consequência uma mão de obra qualificada para promover o desenvolvimento econômico, local e regional.

Por meio da aquisição de conhecimentos, o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida, e conseqüentemente ocorre o crescimento da nação, ainda que seja um processo lento e necessite de constantes ajustes (Sousa; Freiesleben, 2018, p. 167).

Dessa forma, nasce a Universidade Estadual Goiás (UEG), alicerçada nas licenciaturas no governo do Marconi Perillo. Souza (2021, p. 4) afirma que:

Nesse contexto, no estado de Goiás, a UEG nasce com objetivos atrelados à política de seu idealizador, o ex-governador Marconi Perillo. Se, a princípio, essa instituição nasce visando à interiorização do ensino público superior em Goiás, ao longo do tempo, esses objetivos se perderam em meio às políticas e interesses do governo (Souza, 2021, p. 4).

A Universidade Estadual de Goiás foi fundada pela Lei n. 13.456 em 16 de abril de 1999 (Estado de Goiás, 1999), pela unificação de algumas universidades como Universidade Estadual de Anápolis (Uniana), Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Eseffego) e outras que eram mantidas pelo Estado de Goiás. A UEG oferecia 141 cursos de graduação em diversas áreas em 41 Unidades Universitárias distribuídas em todo Estado de Goiás em 39 cidades.

No governo Ronaldo Caiado, a instituição passa por crise e uma reestruturação com mudanças de cima para baixo. Isso traz conseqüências significativas como fechamento de alguns cursos de licenciaturas e a redução dos *campi* que passaram de 41 para 8 (Metropolitano, Central, Norte, Nordeste, Cora Coralina, Oeste, Sudoeste e Sudeste) conforme apresentado no Mapa 4. O Mapa 4 evidencia a organização dos *campi* da UEG de forma regional:

Mapa 4 – Localização dos *campi* da UEG no Estado de Goiás



Fonte: SOUZA (2021).

No *campus* Cora Coralina com sede na Cidade de Goiás estão as Universidades de Itaberaí, Itapuranga e Jussara. Em 2006 foi criando na UEG o curso Tecnológico em Gestão no *campus* Cora Coralina, sendo o único curso voltado para o turismo na instituição conforme o Projeto Pedagógico do Curso:

A primeira turma foi composta por 40 alunos. A primeira formatura ocorreu em 2008 com 29 acadêmicos. Até o presente momento, 90% dos tecnólogos formados no curso estão inseridos no mercado de trabalho, em diversos setores como hotelaria, restaurantes e gastronomia, guias de turismo, museus, órgãos públicos entre outros (UEG, 2019, p. 11).

Devido à diminuição na procura do curso no matutino, ele foi transferido para o noturno em 2015, e, mesmo com esse aumento da demanda para o curso, não se obteve o número de alunos suficiente para atender o que é exigido pela UEG. E em 2017 a última turma ingressou no curso com 32 alunos. Conforme o relatado a seguir:

Em 2016, o curso não atingiu a demanda exigida pela Universidade Estadual de Goiás para abrir nova turma no vestibular. Isso, fragilizou a situação do curso e provocou um repensar e levantamento dos problemas e dificuldades enfrentadas que concretizaram o atual cenário. Desse modo, surgiu a proposta de transformar o curso em Bacharelado em Turismo e Patrimônio (UEG, 2019, p. 15).

Em 2019, aconteceu o primeiro vestibular para curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio no turno noturno e modalidade de ensino presencial, com a permanência mínima de 4 anos e máxima de 6 anos.

Com a mudança do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo para o Bacharelado em Turismo e Patrimônio, continuou-se a contribuição para a formação de mão de obra especializada para a atividade econômica, corroborando com o desenvolvimento e a valorização da região com a promoção em todos os aspectos da conservação e preservação do espaço e do “Patrimônio Mundial”.

O Bacharelado em Turismo e Patrimônio contempla uma carga horária de 2580 horas divididas em aulas teóricas e práticas e possui uma matriz curricular bem diversificada para garantir a formação e qualificação dos discentes de forma completa.

O curso é dividido em 8 semestres, com disciplinas voltadas ao turismo, patrimônio, mercado de trabalho, língua estrangeira, tecnologia da informação e comunicação, economia, sociologia, *marketing*, geografia, estatística e psicologia do turismo, sustentabilidade, planejamento e organização de eventos, estágios supervisionados e outras disciplinas. Comparando a matriz curricular do Curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina com o Curso de Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa no Paraná *campus* Central, existe certa equivalência nas disciplinas, o que nos leva a concluir que a matriz curricular estabelecida pela UEG está adequada e garante a formação dos discentes.

A realidade do curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio está representada na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Informações do curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás *campus* Cora Coralina

Bacharelado em Turismo e Patrimônio									
	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1
Ingressantes	36	2	12	1	*	-	6	-	10
Matriculados	36	23	28	13	10	10	15	9	17
Concluintes	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Abandonos/desistências	-	12	5	18	3	1	1	2	-
* Não foram ofertadas vagas para o curso de Turismo e Patrimônio no Processo Seletivo de Vestibular 2021/1 - UEG									
Fonte: Sistema Acadêmico Fênix ;									

Fonte: Sistema Acadêmico Fênix.

Na análise dos dados apresentados na tabela sobre o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio, no seu primeiro ano em 2019 até 2023, verifica-se que o curso apresenta dificuldades em manter a estabilidade entre os números de alunos matriculados em todo período analisado; e uma informação bastante preocupante é que somente 4 alunos concluíram o curso. Segundo Sogayar e Rejowski (2011, p. 295):

Tal cenário evolutivo é marcado por problemas e desafios estruturais relacionados ao histórico do ensino superior nessa área, à imagem do curso perante a sociedade, à dubiedade em relação ao foco central de formação, aos aspectos de pressão entre salários e atividades não compatíveis com a formação do bacharel e à formação de um corpo docente capaz de atender a demanda dos cursos (Sogayar; Rejowski, 2011, p. 295).

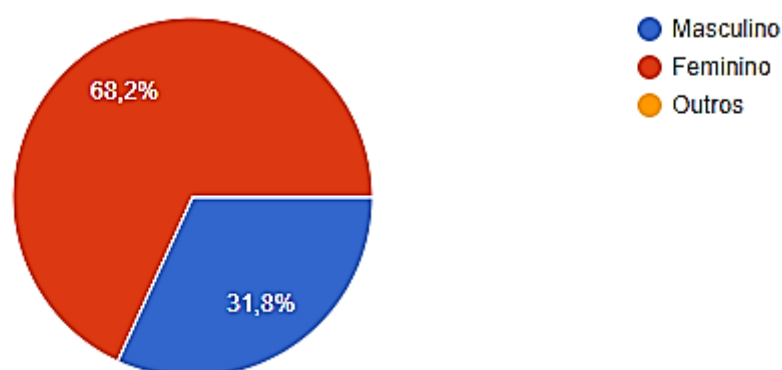
Embora o curso de turismo possa ser atraente para muitas pessoas, existem alguns motivos que podem levar à falta de procura por esse curso, como falta de perspectiva profissional, salários baixos, instabilidade no mercado de trabalho, uma percepção negativa em relação à valorização do profissional; e não devemos esquecer os baixos salários para o corpo docente, o que gera certa rotatividade no quadro dos professores, prejudicando a continuidade de projetos e pesquisa nos cursos de turismo.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG), com o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio, tem um papel significativo e de muita importância para o município que possui uma cadeira no Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), conforme a Lei 229 de 02 de dezembro de 2021, e colabora com a organização dos eventos que são promovidos na cidade.

5.2 Análise dos dados coletados

De acordo com o questionário respondido pelos turistas, observou-se que a maioria dos visitantes são mulheres, com idades entre 30 e 49 anos, e possuem um gasto médio de 400 reais por dia durante a estadia, seja em companhia de suas famílias ou amigos. O gráfico 2 retrata o gênero dos turistas:

Gráfico 2 – Gênero dos turistas pesquisados

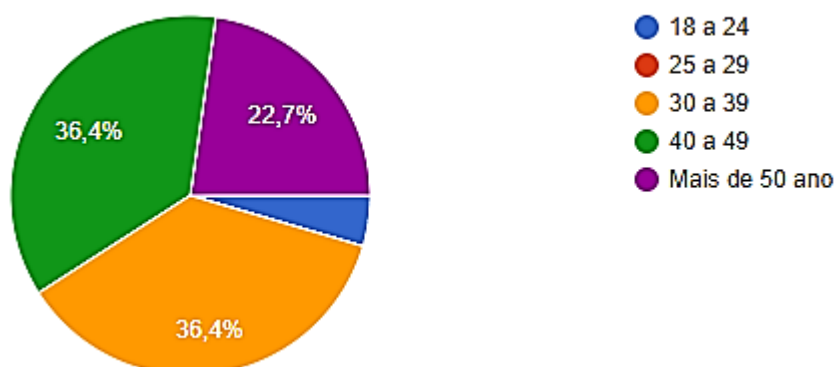


Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 2 revela uma grande oportunidade de realizar roteiro turísticos voltados para temáticas direcionadas especificamente para mulher, inclusive, retratando as grandes figuras femininas da região.

O Gráfico 3 retrata o perfil etário, conforme abaixo:

Gráfico 3 – Faixa etária dos turistas pesquisados

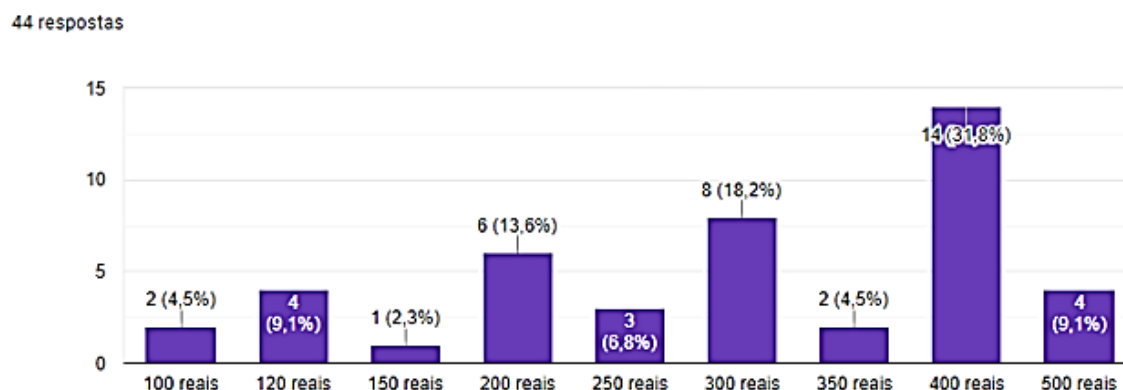


A cor azul equivale a 4,5%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Já o gráfico 4 demonstra o gasto médio diário individual, conforme as colunas abaixo:

Gráfico 4 – Gasto diário médio por pessoa

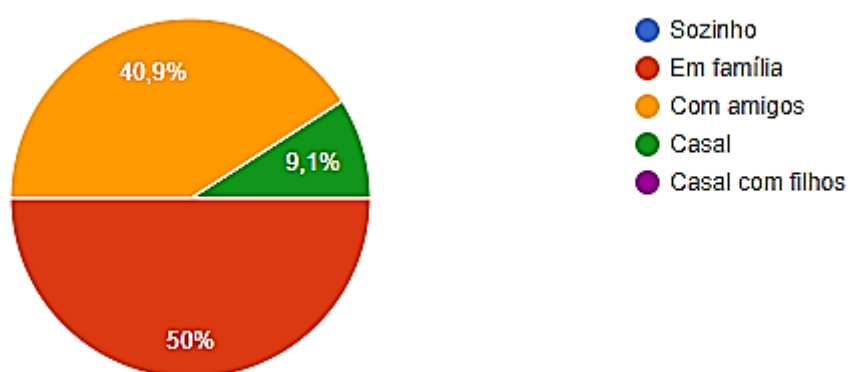


Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

A conjugação do gráfico acima com o próximo denota que o gasto médio de uma família (maior percentual absoluto de perfil de visitantes) é de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), o que permite um grande incremento como economia local e regional, e isso revela que de fato o turismo tem potencial para alavancar a economia e alterar o cenário dos negócios na cidade e na região.

O gráfico 5 mostra o perfil do turista que procura a Cidade Goiás:

Gráfico 5 – Acompanhantes na viagem para Cidade de Goiás

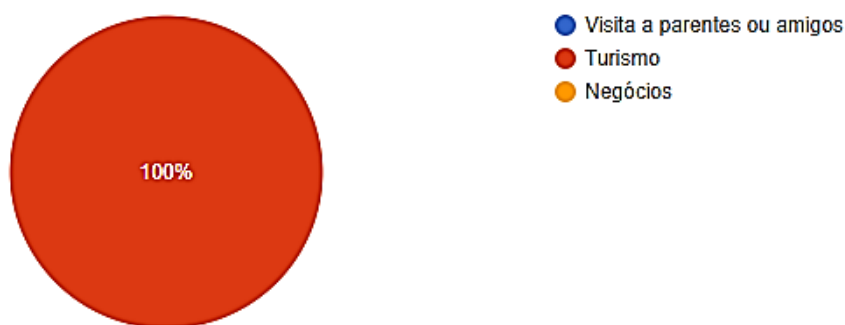


Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O objetivo principal da viagem está relacionado ao turismo, especialmente nas áreas cultural e religiosa, sendo que a escolha de hospedagem recai, em sua maioria, sobre hotéis ou pousadas. É interessante notar que a maioria desses turistas são provenientes do

Estado de Goiás e soube da existência do turismo na cidade por meio de recomendações de amigos. O gráfico 6 apresenta o interesse do turista na cidade:

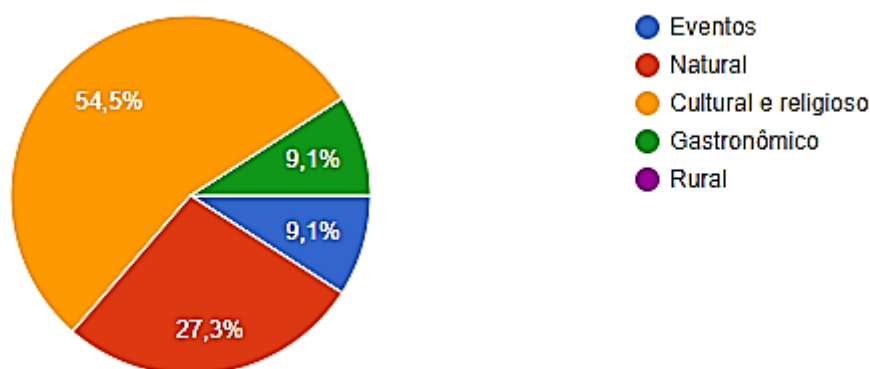
Gráfico 6 – Motivo da viagem para a Cidade de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Novamente, o gráfico anterior, conjugado com o subsequente, aponta para uma grande oportunidade de realização de negócios e para uma segmentação inexplorada do turismo na cidade. A existência de IES deveria atrair eventos acadêmicos aproveitando a estrutura hoteleira para realização de eventos com inserção nos calendários nacionais e internacionais. As empresas podem utilizar os locais de realização de exposição e feiras para realização de negócios e eventos para divulgação de produtos e serviços. Assim, a municipalidade, o Estado e a União devem desenvolver parcerias com a iniciativa privada para criar uma infraestrutura necessária para fomentar e incentivar o turismo na região, criando condições logísticas para agasalhar eventos de maior envergadura, tais como construção e ou ampliação do aeroporto, construção de um centro de convenções etc. Deve haver maior interação entre a Universidade a comunidade de forma que a atividade de extensão seja mais significativa. Os tipos de turismo mais procurados estão representados no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Turismo procurado pelos turistas



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

A origem dos turistas está presente na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - A procedência do turista (cidade/estado)

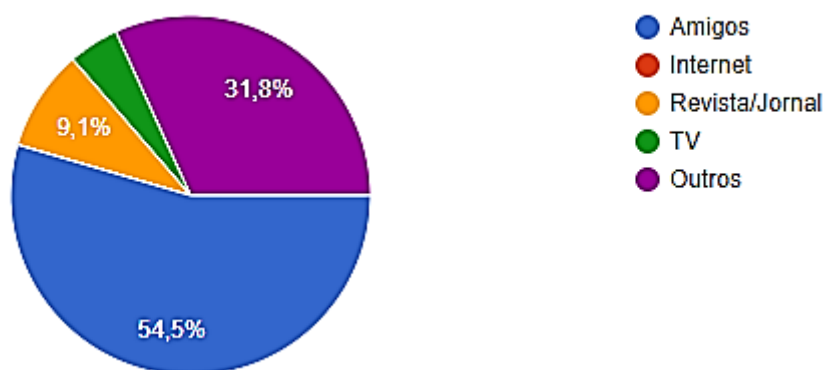
Quantidade de turista	Cidade/Estado
28	Goiânia/GO
8	Goiás
4	Iporá/GO
2	Jaraguá/GO
2	Tocantins

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Percebe-se que, dos turistas abordados, apenas dois eram de outro Estado da Federação. O Estado de Goiás é um estado privilegiado, por sua posição central e por fazer fronteira com seis Estados (ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso), assim, nosso potencial turístico é muito grande. Destaca-se que a Cidade de Goiás também está bem centralizada em nosso estado. Assim, pode-se dizer que há potencial para atingir os demais municípios do Estado de Goiás (outros 245 municípios).

O Gráfico 8 apresenta de que forma o turista descobriu a Cidade de Goiás:

Gráfico 8 – Como o turista soube da Cidade de Goiás

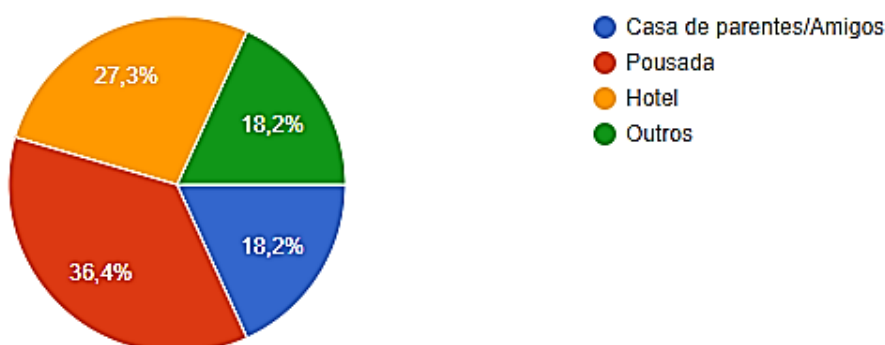


A cor verde equivale a 4,6%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O principal meio de hospedagem é representado no Gráfico 9 a seguir:

Gráfico 9 – Hospedagem utilizada



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

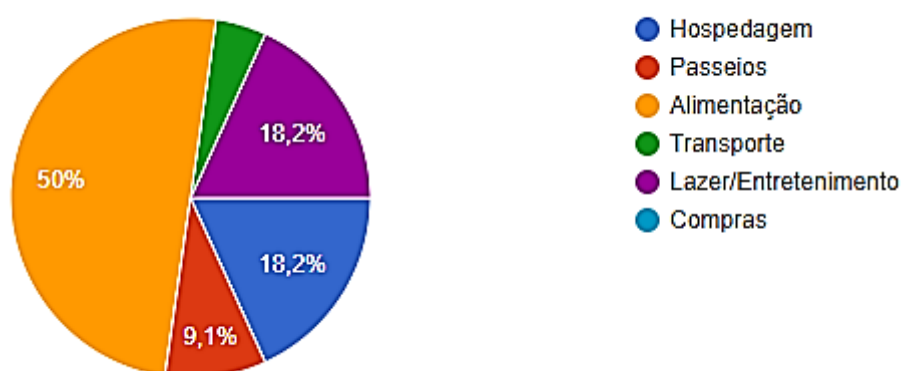
A informação revelada por este gráfico também demonstra que há aqui uma grande oportunidade de para ampliação das oportunidades de negócios, visto que o turismo como atividade econômica não pode depender da indicação de “boca a boca”, mas sim de *marketing* profissional, multiplataforma, de forma a atingir eficazmente vários seguimentos. E aqui entra o Plano de Desenvolvimento do Turismo (PDT) e uma política pública adequadamente conduzida por todos os atores, em particular pela UEG,

em vista de ser a IES que desenvolve um curso superior voltado especificamente para essa área.

A maior parte dos recursos financeiros é direcionada para alimentação, e vale ressaltar que o turismo na cidade recebeu avaliações muito positivas, sendo classificado como "ótimo" e "muito bom" pelos visitantes.

O Gráfico 10 apresenta quais serviços centralizam os recursos financeiros dos turistas:

Gráfico 10 – Gastos dos turistas

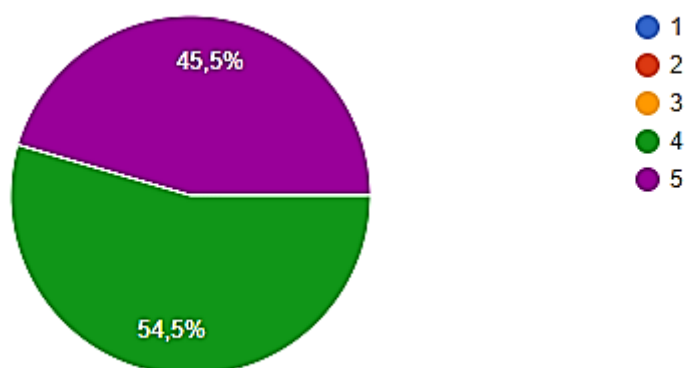


A cor verde equivale a 4,5%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Os turistas atribuíram uma nota para avaliar as atrações turísticas da cidade, que é representada no Gráfico 11 abaixo:

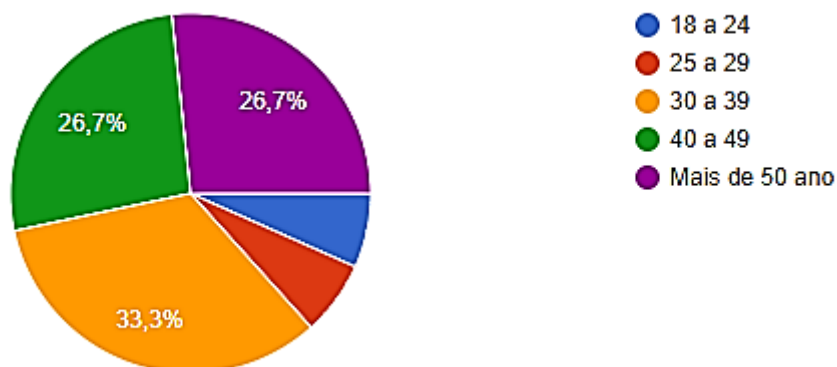
Gráfico 11 – Nota (1 a 5) para os pontos turísticos visitado da cidade (Considerando 1- Ruim, 2- Razoável, 3- Neutro, 4- Bom, 5- Ótimo)



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Com base nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos comerciantes, destaca-se que a maioria deles são moradores da própria cidade, com idade acima de 35 anos, e identificam a atividade turística como o principal impulsionador do progresso econômico local. O Gráfico 12 retrata o perfil etário, conforme abaixo:

Gráfico 12 – Faixa etária dos comerciantes

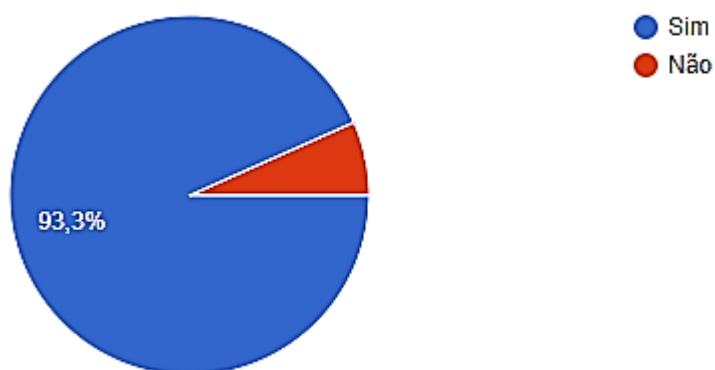


A core azul equivale a 6,7% e a vermelha a 6,6%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 13, a seguir, apresenta se o turismo representa progresso econômico à cidade:

Gráfico 13 – Turismo como progresso econômico

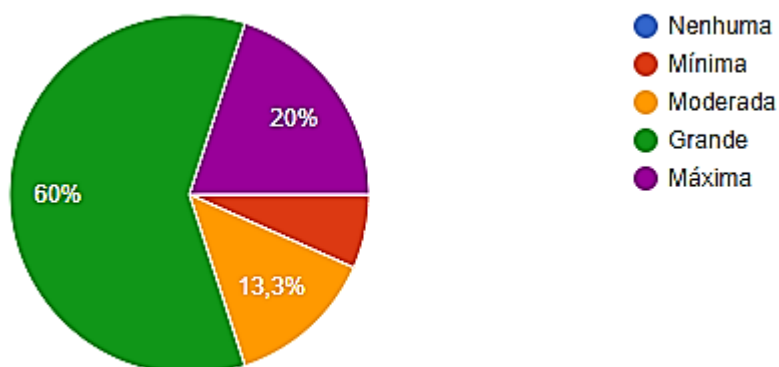


A cor vermelha equivale a 6,7%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Podemos verificar no Gráfico 14 como o desenvolvimento do turismo interfere na economia da Cidade de Goiás:

Gráfico 14 – Interferência do desenvolvimento do turismo



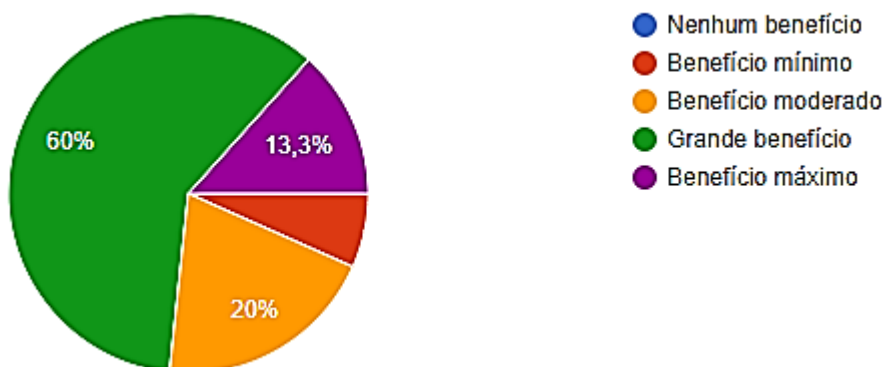
A cor vermelha equivale a 6,7%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Os respondentes reconhecem a significativa influência do turismo nos negócios da cidade de Goiás e na comunidade em geral, destacando os benefícios decorrentes do desenvolvimento do setor turístico na cidade. Além disso, expressam satisfação com a situação atual do turismo, observando um aumento na demanda por experiências relacionadas ao turismo cultural e religioso.

O Gráfico 15 representa a visão do comerciante de como seu o comercio se beneficia com o turismo desenvolvido no município:

Gráfico 15 – Benefício com o turismo desenvolvido

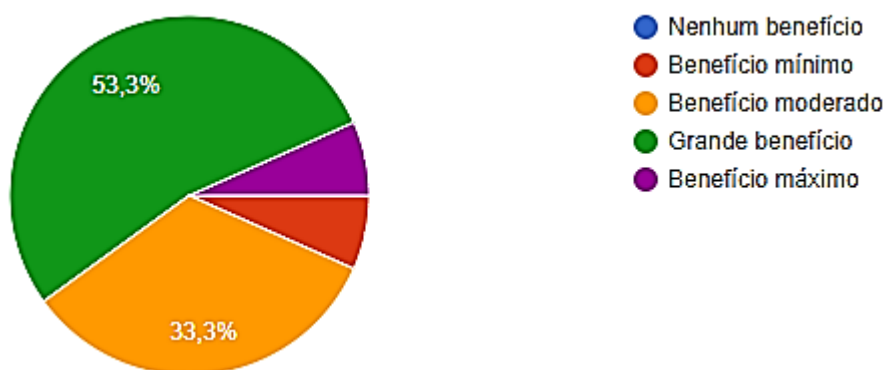


A cor vermelha equivale a 6,7%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O gráfico 16 apresenta se o turismo está trazendo benefícios para as pessoas que vivem no município:

Gráfico 16 – O turismo beneficia a comunidade

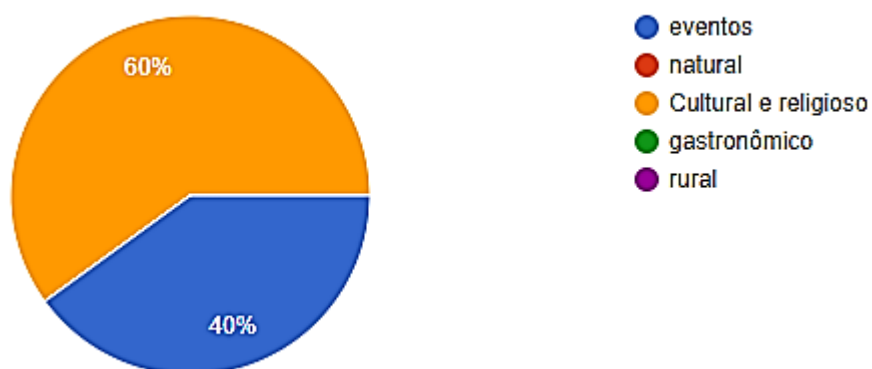


As cores roxa e vermelha equivalem a 6,7% cada uma

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 17 apresenta o tipo de turismo mais procurado pelos turistas:

Gráfico 17 – Tipo de turismo procurado na cidade



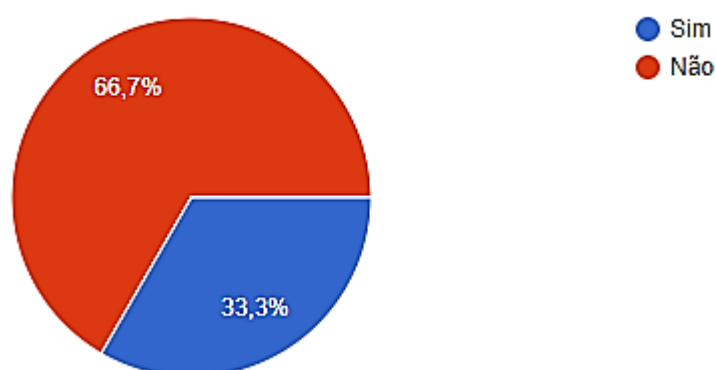
Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Consideram a divulgação do turismo da Cidade de Goiás insuficiente e que poderia ser investido mais em propagandas na televisão, rede social e outros, para atrair mais turistas para cidade fora do calendário de eventos como Carnaval, Semana Santa

e o FICA, que ocorrem durante o ano e que já possuem uma visibilidade estadual, nacional e até internacional, que é o caso do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA). No entanto, a maioria está satisfeita com o turismo da cidade e ressalta a importância dele para o desenvolvimento regional e local.

O gráfico 18 apresenta se a divulgação do turismo da cidade de Goiás é suficiente:

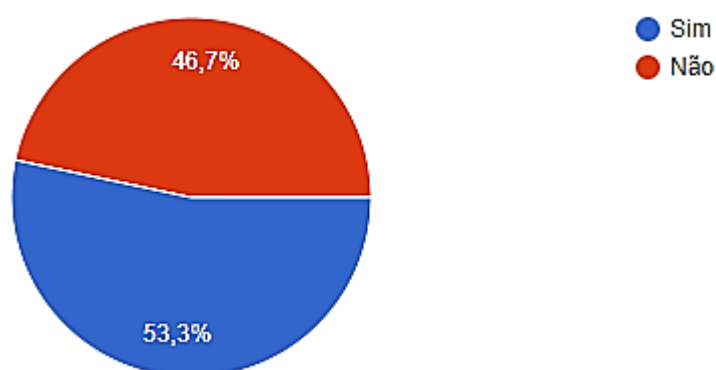
Gráfico 18 – Divulgação do turismo da Cidade de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 19 destaca o nível de satisfação com o turismo na cidade:

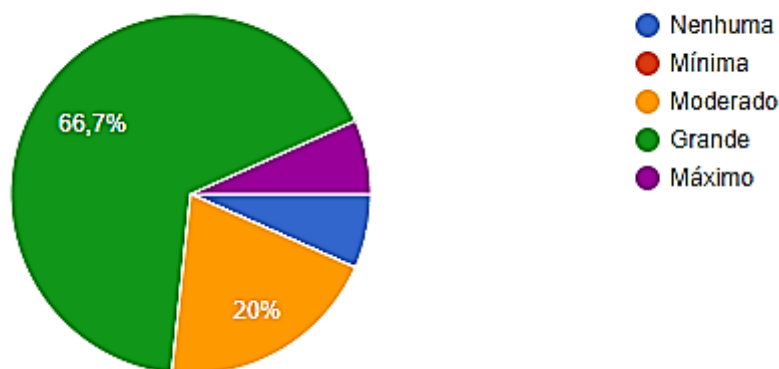
Gráfico 19 – Satisfação dos comerciantes com o turismo



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 20 apresenta como foi classificada a contribuição do turismo da Cidade de Goiás para o desenvolvimento regional e local:

Gráfico 20 – Contribuição do turismo para o desenvolvimento regional e local



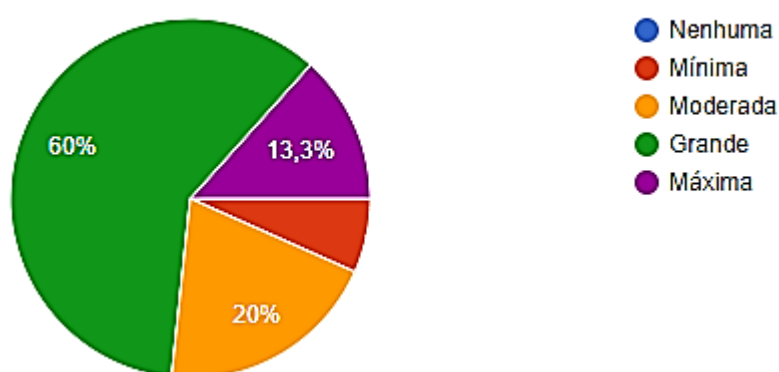
A cor azul equivale a 6,7% e a roxa 6,6%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Como o turismo é uma atividade econômica importante para a Cidade de Goiás e como a Universidade Estadual de Goiás oferece o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio no *campus* Cora Coralina, esse curso se torna uma opção para a qualificação dos moradores da cidade e da região para o mercado de trabalho ou um estímulo ao ingresso à universidade para que os moradores se tornem mais qualificados para o comércio do turismo da Cidade de Goiás.

O Gráfico 21 mostra como os comerciantes classificam a contribuição do turismo da cidade de Goiás para o desenvolvimento econômico:

Gráfico 21 – A contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico na Cidade de Goiás



A cor vermelha equivale a 6,7%

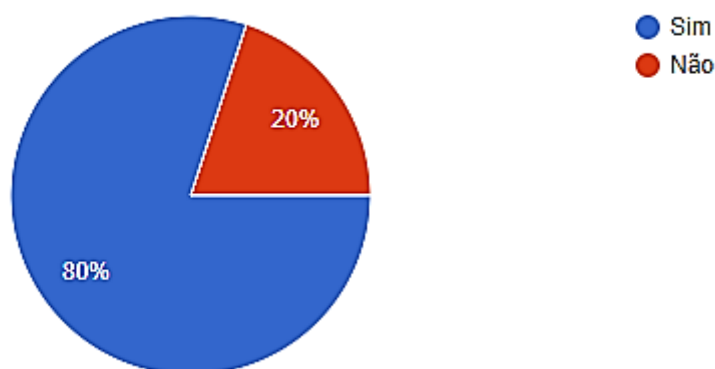
Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Dos comerciantes observados, a maioria considera a formação dos estudantes do curso de turismo e patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora

Coralina adequada para as necessidades do mercado de trabalho na cidade de Goiás e Região, e somente dois comerciantes ou representantes procuraram o ingresso no curso de turismo e patrimônio da UEG.

O Gráfico 22 demonstra se a formação dos estudantes do curso de turismo e patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina está adequada às necessidades do mercado de trabalho na cidade de Goiás e Região:

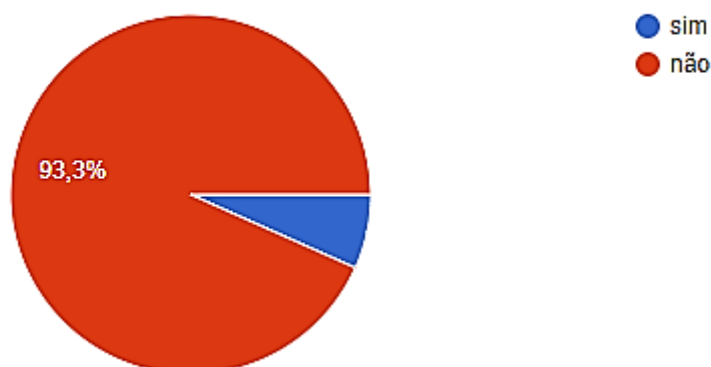
Gráfico 22 – A formação acadêmica dos estudantes do curso de turismo e patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina corresponde às necessidades do mercado de trabalho na cidade de Goiás e Região



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 23 demonstra o interesse dos comerciantes no curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio *campus* Cora Coralina:

Gráfico 23 – Comerciantes que ingressaram no curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio *campus* Cora Coralina



A cor azul equivale a 6,7%

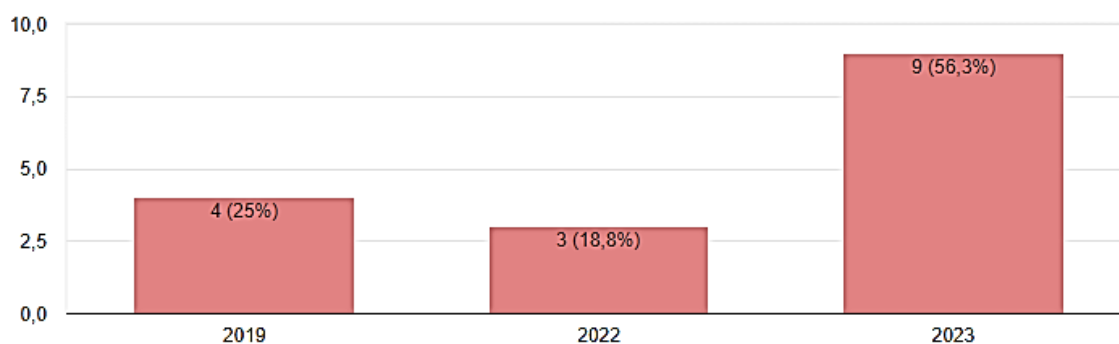
Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

No questionário aplicado aos alunos do Curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina, as respostas

representam alunos que ingressaram no curso no período de 2019 a 2023. A maioria está na faixa etária entre 17 e 24 anos e é do sexo feminino.

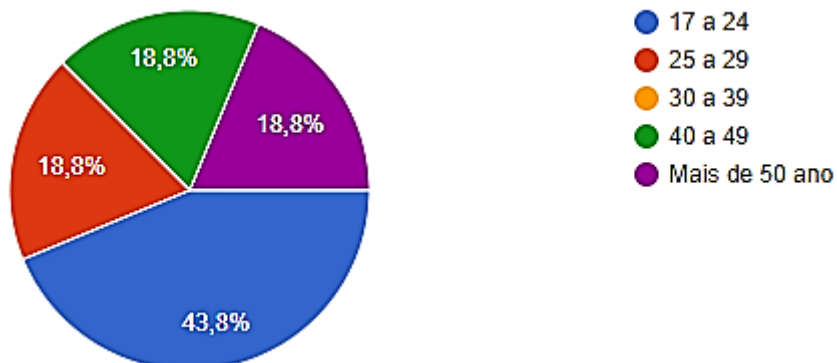
O Gráfico 24 representa o ano em que os alunos ingressaram no curso:

Gráfico 24 - Ingressante no curso de turismo



O Gráfico 25 representa a faixa etária dos alunos:

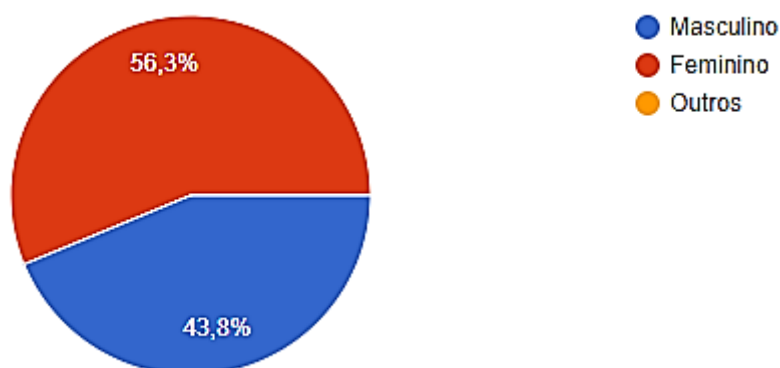
Gráfico 25 – Faixa etária dos alunos



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Abaixo o Gráfico 26 com apresentação por gênero:

Gráfico 26 – Gênero dos alunos

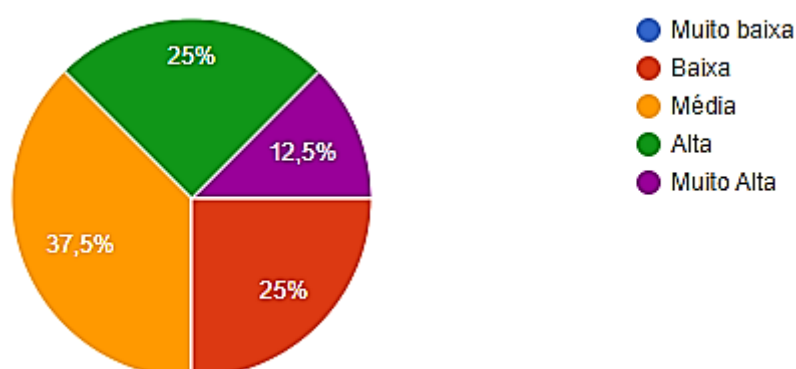


Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Os discentes em sua maior parte classificaram a Cidade de Goiás em grande potencialidade ao turismo. Destacam o turismo cultural e religioso como o mais atrativo para cidade e consideram que essa atividade é muito significativa para o desenvolvimento da Cidade de Goiás e, portanto, merece a ingerência de políticas públicas voltadas para turismo, educação e cultura. A maioria também percebe que já há a presença de intersecções dessas políticas na cidade.

O Gráfico 27 apresenta como o aluno do curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio classifica a potencialidade do turismo na Cidade de Goiás:

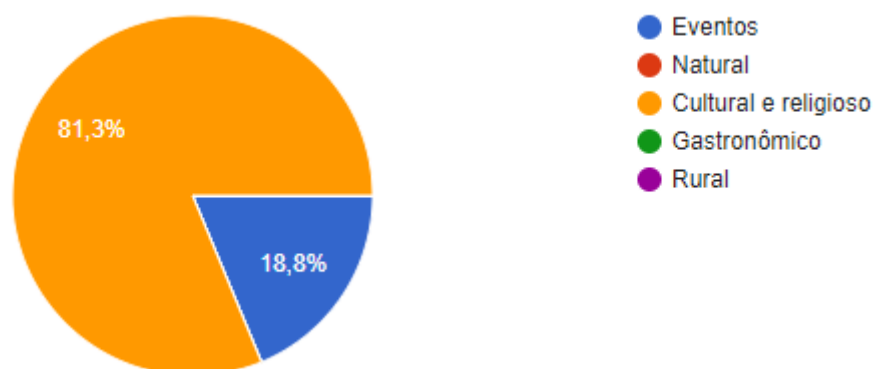
Gráfico 27 – Classificação da potencialidade o turismo na Cidade de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 28 demonstra o tipo de turismo mais atrativo para os turistas na Cidade de Goiás:

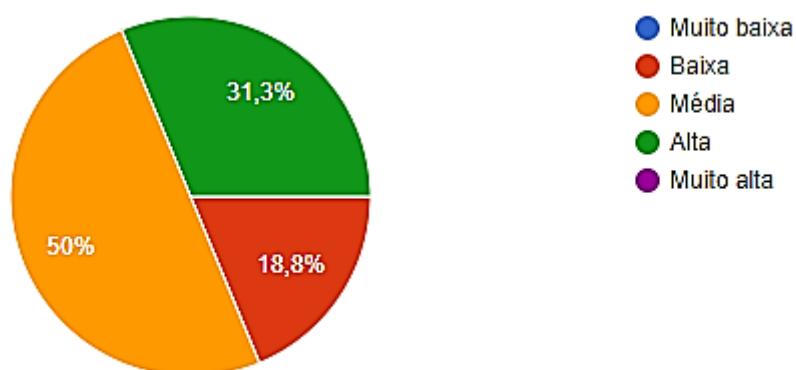
Gráfico 28 – O turismo mais atrativo para a cidade



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 29 mostra como o turismo contribui para o desenvolvimento da Cidade de Goiás:

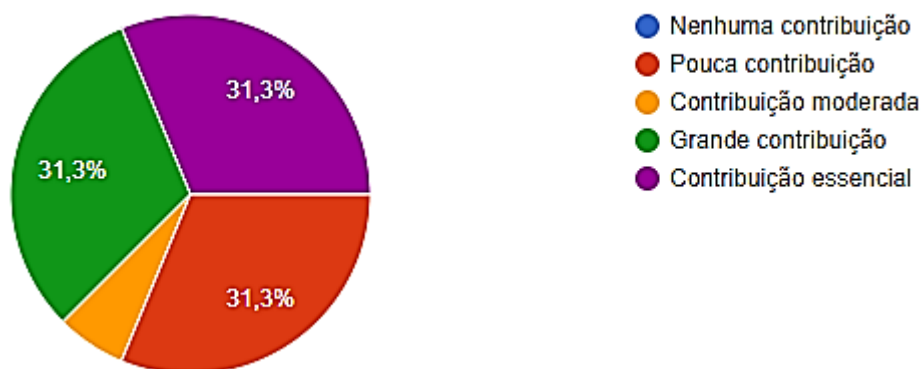
Gráfico 29 – Contribuição do turismo para o desenvolvimento da cidade



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O Gráfico 30 representa como as políticas públicas de educação, cultura e turismo contribuem para a economia e o desenvolvimento local do município de Goiás:

Gráfico 30 – Como as políticas públicas de educação, cultura e turismo podem contribuir para a economia e o desenvolvimento local do município de Goiás

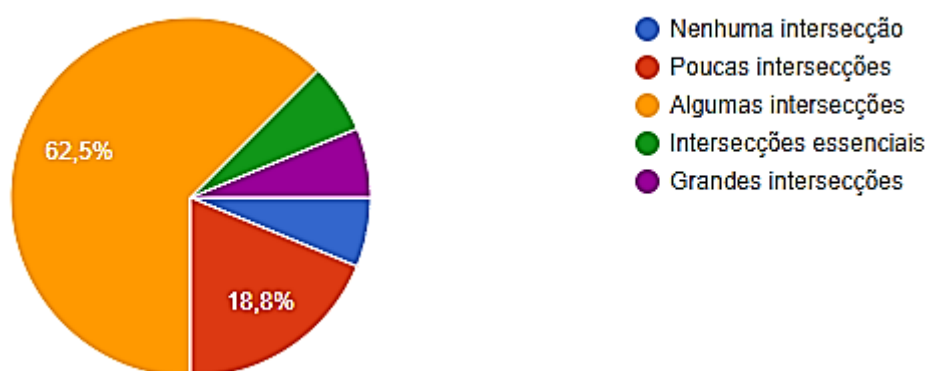


A cor laranja equivale a 6,1%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

O gráfico 31 apresenta intersecções entre políticas públicas de educação, cultura e turismo presentes na Cidade de Goiás:

Gráfico 31 – Intersecções entre políticas públicas de educação, cultura e turismo presentes na Cidade de Goiás



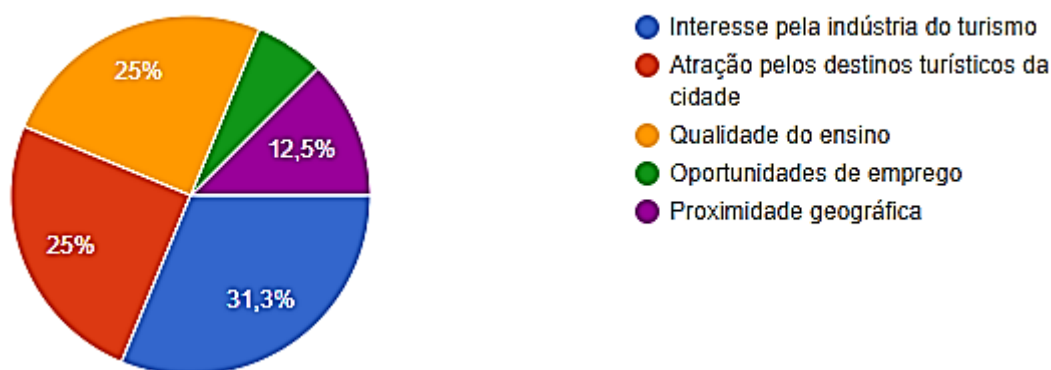
As cores azul, roxo equivalem a 6,3% cada uma a cor verde 6,1%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

A escolha do curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio na Universidade Estadual de Goiás foi motivada principalmente pelo interesse na indústria do turismo. Em seguida estão a atração dos destinos turísticos da cidade e a qualidade do ensino oferecido.

O Gráfico 32 apresenta os motivos em cursar Bacharelado em Turismo e Patrimônio na UEG no *campus* Cora Coralina:

Gráfico 32 – Motivo na escolha do curso



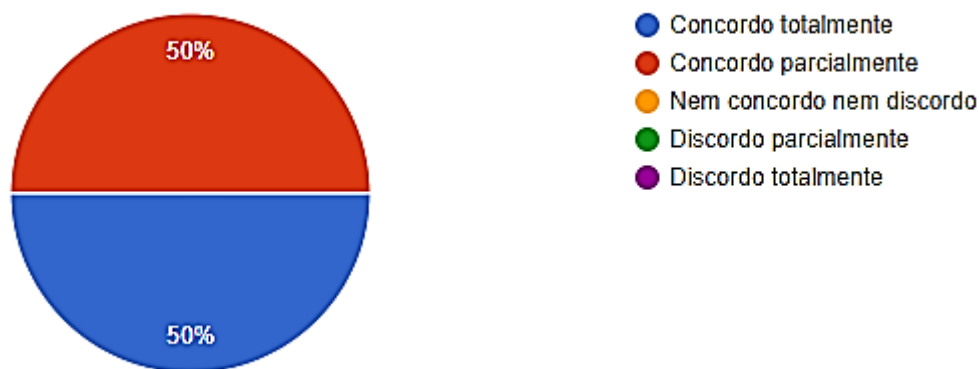
A cor verde equivale a 6,2%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Os estudantes reconheceram que esse curso é relevante para a formação de profissionais capacitados a atuar no setor de turismo da região. A maioria deles afirmou que o curso contribui para a promoção de eventos culturais, religiosos e turísticos na região e a matriz curricular tem aderência com as exigências do mercado de trabalho. Essa contribuição é importante para fomentar a atividade turística e valorizar o patrimônio cultural local.

O curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás é relevante para a formação de profissionais capacitados para atuar no setor de turismo da região como mostra o Gráfico 33 abaixo:

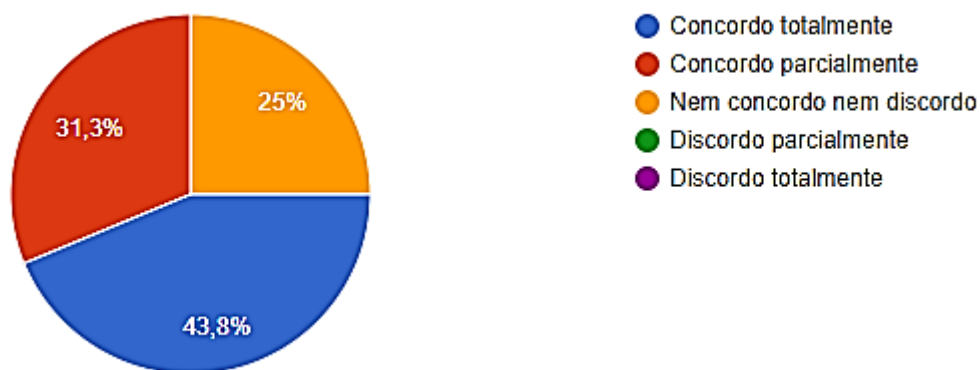
Gráfico 33 – A relevância do curso para região



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Como apresentado no Gráfico 34, o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG contribui para a promoção de eventos culturais, religiosos e turísticos na região:

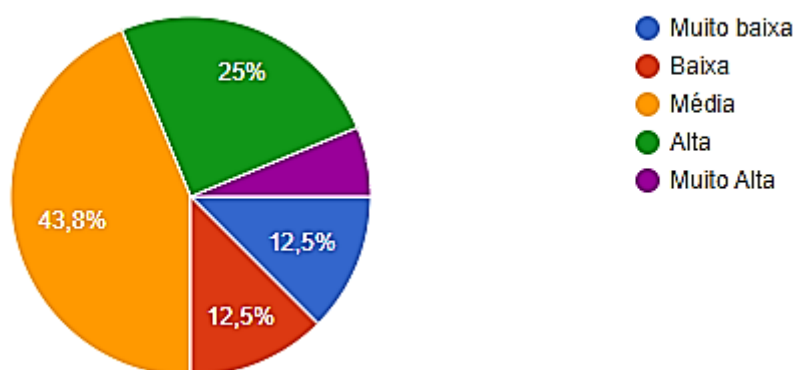
Gráfico 34 – O curso contribui para a promoção de eventos culturais, religiosos e turísticos da região



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Como destaca o Gráfico 35, a matriz curricular tem aderência com as exigências do mercado de trabalho:

Gráfico 35 – A matriz curricular está de acordo com o mercado de trabalho



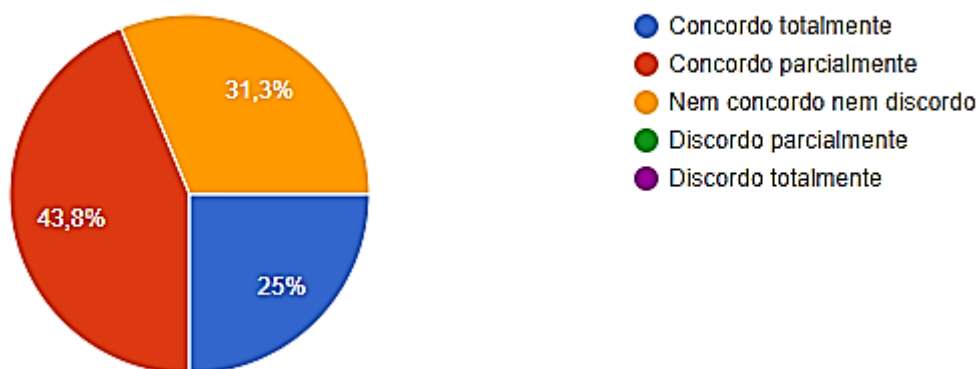
A cor roxa equivale a 6,2%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Uma parceria entre o curso superior de turismo e patrimônio da UEG e a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Cidade de Goiás tem sido estabelecida, resultando em ações que visam impulsionar o desenvolvimento econômico da região. A maioria dos alunos concorda parcialmente e totalmente que essas ações contribuem no sentido de que a cultura local seja valorizada e utilizada como recurso para o desenvolvimento econômico da região e ressalta a importância de preservar e promover o patrimônio cultural como fonte de vantagem turística e crescimento econômico.

O Gráfico 36 demonstra a parceria entre o Curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio e a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico na promoção de ações no desenvolvimento econômico:

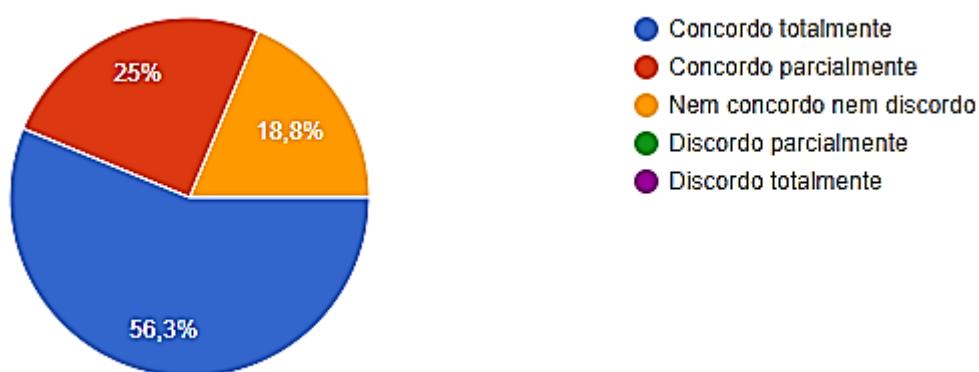
Gráfico 36 – O curso superior de turismo e patrimônio em parceria com a secretaria de turismo e desenvolvimento econômico da Cidade de Goiás promovem ações para desenvolvimento econômico da região



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Demonstramos no Gráfico 37 que a cultura local é valorizada e utilizada como um recurso para o desenvolvimento econômico da região:

Gráfico 37 – O desenvolvimento econômico da região é utilizado para valorizar a cultura local



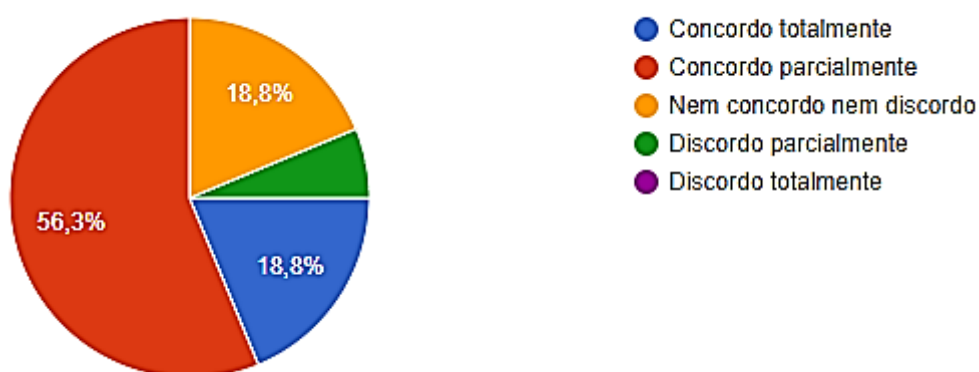
Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Quanto às políticas públicas de educação na Cidade de Goiás, a maioria dos estudantes considerou que são eficazes em promover o desenvolvimento regional, concordando parcialmente e totalmente. Essas políticas têm um impacto positivo na

formação de profissionais qualificados e preparados para contribuir para o crescimento da região.

O Gráfico 38 demonstra que as políticas públicas de educação na Cidade de Goiás são eficazes em promover o desenvolvimento regional:

Gráfico 38 – Políticas públicas de educação na promoção do desenvolvimento



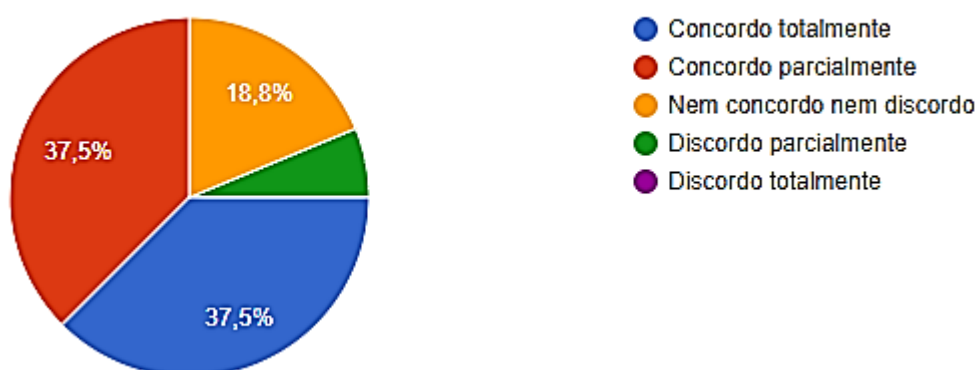
A cor verde equivale a 6,1%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

No que diz respeito às políticas públicas de cultura e turismo na Cidade de Goiás, a opinião da maioria dos estudantes foi que elas são adequadas para promover o turismo local e o desenvolvimento regional, concordando parcialmente e totalmente.

As políticas públicas de cultura e turismo na Cidade de Goiás são adequadas para promover o turismo local e o desenvolvimento regional conforme o gráfico 39:

Gráfico 39 – Políticas públicas de turismo e cultura são adequadas para promover o turismo local e o desenvolvimento regional



A cor verde equivale a 6,2%

Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Essas políticas desempenham um papel fundamental na promoção da cultura local e na atração de turistas, impulsionando assim a economia regional.

5.3 Entrevista com o Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

A entrevista com o Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico foi realizada no dia 21 de junho de 2023. Ele relatou como o turismo foi estruturado e planejado para a Cidade de Goiás de acordo com as características da cidade; os projetos que foram e que estão sendo implantados no presente; e a visão do turismo para cidade para os próximos anos. Durante toda a entrevista ele sempre destaca a importância do turismo para o desenvolvimento regional e local.

Também nos contou que está ocupando o cargo de Secretário de Turismo e Desenvolvimento da Cidade de Goiás há 2 anos e meio e possui graduação em geografia e especialização em Planejamento Urbano e Ambiental. Como secretário, o primeiro passo foi estruturar a gestão do turismo no município implementando a política municipal de turismo, que consiste no fortalecimento das instâncias de governança do turismo com a definição dos papéis de cada instituição. Conforme suas palavras:

A nossa política municipal de turismo conta com uma estrutura executiva, que é a Secretaria Municipal de Turismo, órgão executor da política municipal de turismo. Nós temos um conselho municipal de turismo que foi eleito democraticamente no processo de construção do conselho, que envolveu diversos segmentos, como as universidades. Mas não só as universidades, nós tivemos a preocupação em ampliar o leque e envolver o setor cultural, setor de hotéis, pousadas, restaurantes, museus, universidades, associação das agências de turismo, artesanato, enfim, para que a gente tivesse um conselho municipal de turismo que representasse os diversos segmentos que, de uma forma ou de outra, têm uma atuação no fortalecimento da atividade turística do município (Secretário de Turismo, 2023).

O Conselho Municipal de Turismo (CMT) é o órgão formulador do plano municipal de desenvolvimento do turismo e o órgão financiador. O dinheiro para implementar essa política relatada na resposta do secretário vem do fundo municipal de turismo.

O secretário também explicou que um dos desafios foi o de articular para se conseguir uma fonte de recursos para alimentar o fundo municipal de turismo. Então alguns prédios públicos ligados ao setor de turismo foram alocados. Com a alocação desses prédios ou a terceirização do aluguel deles são levantadas verbas destinadas ao fundo municipal de turismo. Por exemplo, têm-se o restaurante do Parque da Carioca, o

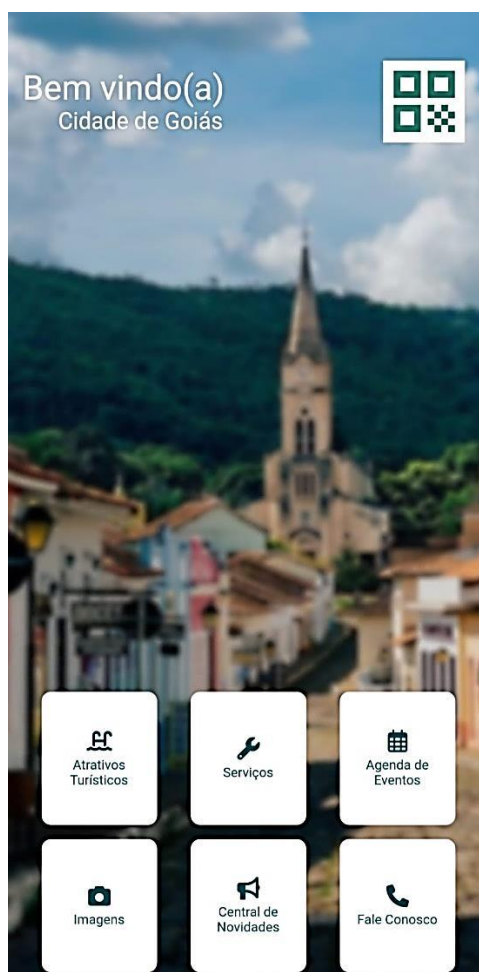
restaurante da Praça de Eventos e o coreto da Praça do Coreto. Além disso, é somado o recurso repassado pelo Tesouro que, neste ano, é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais). Todos esses recursos são geridos pelo Conselho Municipal de Turismo (CMT), que define onde eles serão investidos. Isso acarreta ao conselho certo protagonismo na realização das atividades turísticas para ajudar a conceder as ações e as políticas.

E, ainda, o Plano Municipal de Turismo (PMT), que é uma consequência desse processo de implementação da política municipal de turismo, foi entregue em março deste ano para a cidade. Foi financiado com parte dos recursos vindos do Sebrae e outra parte com recursos do fundo municipal de turismo. O primeiro passo desta gestão foi estruturar a política municipal de turismo, entregando o plano municipal de desenvolvimento turístico, que traz as metas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento do turismo. Nesse período de 2 anos e meio, foi feita uma série de investimentos na área da melhoria da infraestrutura: são os parceiros do caminho de Cora Coralina cuidando da sinalização do caminho de Cora e da melhoria da infraestrutura, implementando o Parque da Carioca e o Complexo Turístico da Carioca, que envolve o parque natural da Estrada Imperial, Largo da Carioca, Estrada Imperial e a trilha do Mirante Alto Santana, na área da comunidade quilombola do Alto Santana, além da melhoria da infraestrutura urbana, como o cuidado com a limpeza da cidade e a sinalização turística.

Em complemento a essas diversas ações, também foi criado um aplicativo turístico da cidade de Goiás, que é um instrumento importante, porque permite ao usuário conhecer toda a cidade por meio de um aplicativo de celular, facilitando o acesso a qualquer lugar da cidade que se deseje conhecer e direciona o turista, pelo aplicativo Google Maps, até o local por ele desejado, para facilitar o acesso a informações da cidade e assim expandir o turismo por intermédio das plataformas digitais.

Conforme mostra a figura 5 do aplicativo da Cidade de Goiás:

Figura 5 – Aplicativo para os turistas da Cidade de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora desta pesquisa (2023).

Respondendo à questão sobre os eventos mais importantes para o município, o secretário informou que os eventos que mais movimentam a economia local são o FICA, realizado em parceria com o Governo do Estado de Goiás, o Carnaval e o Fogaréu, realizado na Semana Santa. Entre esses eventos neste ano, o que mais se destacou foi o Carnaval, com duração de cinco dias e movimento bastante intenso na cidade, lotando todos os hotéis e sendo considerado o melhor de todos os tempos.

A Semana Santa também tem um público totalmente diferente do Carnaval, é o com maior poder aquisitivo e movimenta muito a economia local, como restaurantes, hospedagens, visitaçaõ aos museus, aquisição de artesanato, bares e atrativos naturais. Todo mês há um evento significativo que promove a cidade como destino turístico e atividades que são realizadas no sentido de capacitar o município para o turismo.

Sobre a relação de parcerias entre os diversos órgãos interessados no turismo local, o secretário no contou que foi realizada uma parceria entre a Goiás turismo, Sebrae, Sesc e Senac, que vai ser realizada em conjunto com a Secretaria de Turismo do município e com a Secretaria de Cultura. O objetivo da realização desse projeto é a qualificação do turismo gastronômico da cidade de Goiás com um ano de ações de capacitação que serão realizadas em módulos. Os empresários que participarem desse programa de qualificação do serviço turístico de gastronomia ganharão pontos; e, à medida que eles forem cumprindo os módulos, vão se qualificando. Isso se traduzirá em créditos que garantirão redução de taxas de licenças da prefeitura e descontos no IPTU. Além disso, o vencedor do último módulo vai receber um recurso do Banco Popular Solidário, que é o banco da prefeitura da Cidade de Goiás, para fazer melhorias nos seus empreendimentos. Para os participantes de todo o processo, haverá linha de crédito com juro zero para que eles possam ter acesso a recursos que melhorem o seu empreendimento sem ter que pagar juros.

Também existe uma parceria voltada para o turismo entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Curso de Turismo e Patrimônio *campus* Cora Coralina em todos os processos e projetos da cidade. Essa parceria é responsável pela participação intensa dessas duas instituições na elaboração do Plano Turismo e de todos os projetos como: Festival de Gastronomia, Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) e outros. No FICA o Curso de Turismo e Patrimônio junto com o Curso de Geografia *campus* Cora Coralina implementaram uma tenda multiétnica. E, nas palavras do secretário:

A UEG é parceira em todos os processos, nós estamos finalizando um convênio com a UEG, e ela participa com a gente em praticamente todos os projetos. Participou intensamente do processo de elaboração do Plano Municipal de Turismo, participa com a gente de todos os projetos como Festival de Gastronomia e o FICA, enfim todos os eventos. No FICA a UEG, com curso de turismo junto com o curso de Geografia, implementou uma tenda multiétnica, um evento muito importante e principalmente em ações de qualificação (Secretário de Turismo, 2023).

Conforme mostra a Foto 1:

Foto 1 – Tenda multiétnica



Fonte: Autora desta pesquisa (2023).

Sobre a relação entre a secretaria e a UEG, o secretário nos declarou que muito importante são essas ações de qualificação e há o trabalho num projeto que se chama “Tem Quilombo nas trilhas de Goiás” em parceria com a UEG, também dissipando que é um projeto que visa à capacitação da comunidade quilombola do Alto Santana na gastronomia, no artesanato, na produção do artesanato e nos movimentos culturais que existem, através de uma trilha que liga o parque natural da estrada Imperial ao Quilombo do Alto Santana, para fortalecer as atividades turísticas lá como alternativa de geração de emprego. Praticamente todos esses projetos falados são desenvolvidos pela UEG, UFG e IF *campus* Cidade de Goiás.

O secretário também nos contou sobre a relação da secretaria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é cogestor da cidade, e todas as ações da Secretaria de turismo e as intervenções que não são pensadas precisam ser dialogadas. Existe uma relação muito boa entre a prefeitura e o IPHAN, sendo uma gestão compartilhada, porque a cidade de Goiás é uma cidade que tem uma prefeitura e o

IPHAN, que também é responsável pela gestão, especialmente do centro histórico da área tomada.

Sobre as iniciativas da Secretaria, o secretário respondeu da seguinte forma:

Existem diretrizes próprias da Secretaria voltadas para o turismo no desenvolvimento da Cidade de Goiás, e o aspecto principal para o desenvolvimento do turismo é a geração de oportunidade para as pessoas do lugar. O turismo na nossa cidade só tem sentido se gerar oportunidades para as pessoas do lugar. Então o foco principal das políticas de turismo é fomentar a cultura, valorizar os fazedores de cultura local e os empreendedores locais, sendo que o turismo tem que gerar emprego e renda para que os empreendedores do turismo sejam pessoas da própria comunidade. Essa é a nossa prioridade. Isso não significa que pessoas de fora da cidade não possam empreender, mas a prioridade dos investimentos públicos em geral e as oportunidades para as pessoas da comunidade é decisão construída no Plano Municipal de Turismo por todas as instituições que participaram. Então o turismo e a cultura trabalham em parceria em todas as ações, valorizando os fazedores de cultura e os empreendedores locais, porque nós entendemos que o nosso patrimônio, não só o patrimônio histórico arquitetônico, mas o patrimônio humano, é a nossa cultura, o nosso artesanato, as nossas manifestações folclóricas, a religiosidade e todas as produções culturais da cidade. Esse é o nosso grande patrimônio turístico. Se fortalecermos a cultura, automaticamente estamos fortalecendo o turismo, fortalecendo a cadeia do setor produtivo do turismo, que predominantemente é de pessoas da comunidade, cerca de 97% dos empresários da cidade são também moradores da nossa cidade, o que é uma realidade em pouquíssimas cidades turísticas no Brasil. As duas pastas trabalham juntas e de forma articulada porque nós entendemos que as nossas ações são complementares (Secretário de Turismo, 2023).

Apesar desses efeitos positivos, há também os negativos, conforme nos esclarece o secretário, que aponta como ponto negativo que o turismo pode promover a exclusão social ao apoiar grandes empreendimentos turísticos, o que acaba criando uma competição com a base comunitária e comprometendo a viabilidade dos pequenos empreendedores. Ou seja, acaba promovendo a exclusão social, porque os empreendedores locais, em vez de ser empreendedores, se tornam empregados dos grandes empreendimentos turísticos devido a concorrência. Em suas palavras:

A maioria dos empreendimentos são pequenos e são todos familiares. O que isso significa? É que o turismo e os empreendedores são da cidade. Agora, quando você não estimula o empreendedorismo local e deixa os mega empreendimentos entrarem na cidade, você acaba comprometendo a visibilidade dos os pequenos empreendedores e acaba promovendo a exclusão social, porque os empreendedores locais, em vez de ser empreendedores, vão acabar sendo empregados dos grandes empreendedores. Então, assim, por isso é que a gente fortalece o empreendedorismo local (Secretário de Turismo, 2023).

E complementa:

Outro problema grave do turismo é a especulação imobiliária. Por exemplo, se você for à Pirenópolis, não vai encontrar moradores de Pirenópolis mais morando no centro histórico ou sendo empreendedor no centro, a maioria dos

empreendedores dos empreendimentos são de fora, como donos dos restaurantes, bares e das casas. São pouquíssimas pessoas que são moradoras de Pirenópolis. A maioria foi expulsa para a periferia, ao contrário da Cidade de Goiás, que tem 97% dos empresários do próprio município. Quando os empresários são de fora, quer dizer que o dinheiro não fica na cidade e não beneficia as pessoas do lugar. Então essa é uma preocupação nossa, nós queremos que o turismo beneficie as pessoas do lugar, gerando oportunidade de empreendedorismo para o pessoal local.

Outra questão da especulação imobiliária que o turismo pode causar é uma movimentação econômica que cresce os olhos de empreendedores, que começam a comprar terrenos e a comprar em volta da cidade, para fazer loteamentos e parcelamentos. Isso acaba promovendo o crescimento desordenado da cidade com a ocupação de áreas que são importantes para o turismo, além da poluição dos mananciais, o que compromete a paisagem e a vista da cidade (Secretário de Turismo, 2023).

E conclui nos dizendo que:

Os benefícios de políticas públicas de educação, turismo e cultura são fundamentais para a Cidade de Goiás, pois é uma cidade que não tem vocação para a indústria. Ela nasceu da mineração, mas a mineração traz uma série de impactos que não são prioridade para a cidade. Então o turismo é a vocação econômica e polo universitário com três universidades. Assim a cidade está vivendo um momento de crescimento do setor de turismo: estão aumentando o número de empreendimentos. Começamos logo após a pandemia. A cidade estava com cerca de 900 leitos de hospedagem, hoje possui 1500. Além de vários empreendimentos na área de gastronomia que abriram as portas. E, ainda, temos a parceria com as universidades, que é fundamental nesse processo, porque elas aplicam os trabalhos de pesquisas e estudos que realizam na prática e em vários projetos na cidade: projetos do turismo, projeto na área de meio ambiente e recuperação de nascentes etc. Sendo assim é uma parceria que tem gerado bons frutos (Secretário de Turismo, 2023).

CONCLUSÃO

O turismo para o desenvolvimento regional é um grande propulsor no desenvolvimento econômico por meio das ofertas de empregos promovidas pela atividade econômica, estimulando a geração e o aumento da renda e o desenvolvimento da comunidade local.

Esta pesquisa teve a contribuição de turistas, comerciantes, alunos do curso Bacharelado e Turismo da Universidade Estadual de Goiás *campus* Cora Coralina e do secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Cidade de Goiás, para compreender a importância do turismo e qual a participação do curso no processo de desenvolvimento regional e local.

Diante do que foi estudado e observado em relação à Cidade de Goiás, o Curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina e o turismo da cidade, podemos concluir que a Universidade está presente e ocupa uma cadeira no Conselho Municipal do Turismo, além de ter um papel fundamental na elaboração de políticas públicas de turismo sempre interligadas com políticas públicas de cultura de acordo com IPHAN no seu planejamento, construção e execução do Plano Municipal de Turismo voltado para o município.

O curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional e local mediante sua participação nos eventos promovidos pela cidade, permitindo que a comunidade acadêmica coloque em prática o conhecimento construído a partir das atividades acadêmicas. Ele tem se destacado como um agente influente no calendário de eventos, tornando-se um importante catalisador para a implementação de políticas de educação, cultura e turismo. Por meio das intervenções propiciadas a partir do referido curso, há uma decisiva contribuição para o desenvolvimento local, impulsionando a economia e fomentando a valorização do patrimônio cultural e histórico da Cidade de Goiás e região.

Ao investigar as políticas públicas de educação, cultura e turismo na região, confirma-se que a interseção entre essas políticas pode ajudar a fortalecer o turismo, promover o desenvolvimento das economias regionais e locais; e constata-se que a promoção do desenvolvimento local é um processo complexo, no qual os cursos de Turismo e Patrimônio assumem um papel central. Ao formar profissionais qualificados e conscientes da importância do turismo sustentável, o curso contribui para a geração de

empregos, estimula o empreendedorismo e valoriza os recursos culturais e naturais da região.

Percebe-se que o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) *campus* Cora Coralina desempenha um papel fundamental no desenvolvimento regional, promovendo a integração entre educação, cultura, turismo e economia local. Por intermédio de suas contribuições, fortalece-se a identidade cultural, preserva-se o patrimônio histórico e natural e impulsiona-se o crescimento socioeconômico da Cidade de Goiás e região.

Atualmente a Universidade Estadual de Goiás (UEG) realiza seu próprio processo seletivo para o acesso dos alunos à Universidade. Outra possibilidade seria pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) evitando vagas ociosas e promovendo um melhor aproveitamento dos recursos, além de evitar possíveis fechamentos de cursos em todas as Unidades da Universidade espalhadas no Estado de Goiás. Essa é a realidade que o curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio está enfrentando. Em 2023 foram ofertadas 40 vagas, apenas 10 alunos ingressaram no curso, agora há 17 alunos matriculados neste semestre 2023/1.

Em suma, o Curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG) desempenha um papel fundamental no contexto das políticas educacionais, culturais e turísticas, contribuindo para a economia e o desenvolvimento local e regional de diversas maneiras.

Destaca-se na formação de profissionais qualificados pela oportunidade de vivenciar na Cidade de Goiás a atuação do turismo juntamente com instituições de ensino superior, em destaque: a Universidade Estadual de Goiás, a Secretária Municipal de turismo e o IPHAN, na atuação do setor do turismo e patrimônio. Nesse sentido, tem-se a oportunidade verificar os conhecimentos teóricos em prática e assim adquirir uma formação qualificada e preparada para o desenvolvimento de atividades turísticas e culturais de qualidade.

Promovendo a valorização e preservação da identidade cultural local, podendo aproveitar seu vasto campo de conhecimento por ser uma cidade considerada o Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco, aproveitando para compreender a arte de restaurar, preservar e cuidar de todo acervo cultural presente na Cidade de Goiás, ao estudar o turismo e o patrimônio, os alunos são incentivados a reconhecer e preservar a sua cultura material e imaterial, para fortalecer a identidade da comunidade. Essa abordagem contribui para a manutenção da diversidade cultural e

resgate da memória coletiva. Um aspecto relevante do curso é o seu enfoque no turismo sustentável. O desenvolvimento sustentável está presente na grade curricular do curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da UEG, sendo um assunto muito relevante, pois o enfoque não apenas beneficia o meio ambiente, mas também contribui para a criação de experiências autênticas e significativas para os visitantes. Os estudantes aprendem sobre a importância de equilibrar o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais e culturais. Não existe turismo sem planejamento, e um planejamento sustentável é capaz de equilibrar o desenvolvimento econômico, preservar os recursos naturais – que são finitos – e valorizar a cultura regional para gerações futuras, promovendo o crescimento do setor turístico de forma responsável e consciente. Esse enfoque é especialmente relevante para a região da Cidade de Goiás, e fica claro que o enfoque no turismo sustentável é também um aspecto relevante do curso abordado, pois proporciona uma base sólida para a formação de profissionais comprometidos com a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento socioeconômico responsável e a oferta de experiências autênticas aos turistas.

A Cidade de Goiás valoriza e estimula o empreendedorismo local, destacando em sua maioria os empreendimentos de moradores locais. A experiência adquirida no curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio possibilita a contemplação de iniciativas empreendedoras que estejam de acordo com os valores e as características da cidade voltadas para o setor de turismo e patrimônio. Desempenham um papel importante na geração de emprego e renda para a comunidade e contribuem para diversificação da economia local com incremento do artesanato, que fortalece os vínculos culturais, bem como mantêm a tradição de nosso povo, inclusive, a culinária, como o famoso empadão de Goiás, dentre outras.

Contudo o trabalho evidenciou lacunas e maneiras de aperfeiçoamento das políticas públicas, no que se sugerem algumas intervenções para ampliar a importância e os impactos do Curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio na Universidade Estadual de Goiás (UEG), na cidade de Goiás e Região, a saber:

- (a) **Intensificação da atividade de pesquisa e de extensão:** A UEG, por meio do curso de Turismo e Patrimônio, dever estimular a pesquisa científica e a extensão universitária voltadas prioritariamente para região para aproximar as universidades da comunidade, principalmente em relação aos cursos voltados para o turismo na Cidade de Goiás, de forma a promover a capacitação e conscientização da comunidade para a importância do bom relacionamento com

os turistas, estimulando o desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades locais e gerando conhecimento que resulte em benefícios para a sociedade e para o setor turístico, educacional e cultural.

(b) Promover alterações na matriz curricular do curso de Turismo e Patrimônio:

com o propósito de aproveitar as experiências exitosas e melhor atender às demandas da região mediante um processo participativo, envolvendo docentes, discentes e profissionais do setor turístico local, para aproximar o conteúdo acadêmico à demanda do turismo regional e local, com a finalidade de atualizar dos conteúdos programáticos e inovações tecnológicas aplicadas ao turismo.

(c) Estreitamento de parcerias com órgãos públicos e privados:

com o objeto de obtenção de bolsas para manutenção de alunos, a fim aumentar a procura e aumentar a viabilidade de permanência e êxito nos estudos e um melhor aproveitamento dos recursos públicos com a permanência e conclusão dos alunos no curso.

Enfim, o Curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio na Universidade Estadual de Goiás desempenha um papel fundamental na formação de profissionais qualificados, na promoção da identidade cultural, no desenvolvimento do turismo sustentável, no estímulo ao empreendedorismo local e na produção de conhecimento, bem como realiza uma boa articulação entre as políticas públicas de educação, de cultura, de turismo e econômica, mas há a necessidade de aperfeiçoamento do processo de acesso e permanência dos alunos no curso, na garantia de uma formação qualificada para desenvolver a cidade e a região com grande potencial turístico.

Todas essas contribuições são essenciais para o fortalecimento das políticas educacionais, culturais e turísticas, bem como para a economia e o desenvolvimento local da região em que a universidade está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Mariana Conceição; NASCIMENTO, Alan Faber; FREITAS, Tamiris. Oliveira. A função ideológica da Embratur e seu papel na construção de um mercado de bens e serviços simbólicos: a exploração da imagem da mulher brasileira nos anúncios turísticos institucionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 18, n. 3, p. 63-78, 2018.
- AQUINO, Julio Groppa. Foucault e a pesquisa educacional brasileira, depois de duas décadas e meia. **Educação e Realidade**, v. 43, n. 1, p. 45-71, 2018.
- ARAÚJO, Amanda Beatriz Albernaz de; PASQUALETTO, Antonio; PIETRAFESA, Pedro Araújo; BELTRÃO, Ilana Marques de Jesus. Ensino superior brasileiro e sua influência no desenvolvimento regional. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, e207101018759, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/18759/16749/231749>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BORGES, Claudia Moreira. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São Jose do Rio Preto**, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Diário oficial da união**, Brasília, DF, 5 Out de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.
- _____. **Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 25 de nov. 2022.
- _____. **Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018**. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.
- CALEIRO, Antônio. **Uma análise do papel económico das eleições, economia e sociologia**. Universidade de Evora, 84, pp. 35-51, 2007.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das Políticas Públicas de Turismo no Brasil. **Revista TURyDES: Turismo y Desarrollo Local**, 8(19), 2015, ISSN 1988-5261. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/curydes/19/politicas.html>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- CAMELO, Priscila Medeiros.; MAGALHÃES, Munike Sousa. Vale-cultura: análise da política pública socio cultural brasileira. **Rev. Ciênc. Ext.**v.12, n.3, p.66-78, 2016.
- CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CENSON, Dianine. **A policy image do turismo no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, 2022.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791)**, v. 1, n. 2, p. 240-257, 2015.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Estado e educação no Brasil: o Caso do Ensino de Turismo. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – UnB – Brasília, 2006. Disponível em:
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/108647952512733711594138395206363740534.pdf>. Acesso em 28 jul. 2023.

DREHER, Marialva Tomio; SOUZA, Vanessa Fraga de; ULLRICH Danielle Regina. Desenvolvimento local e responsabilidade social, rumo às ações intersetoriais na região de Blumenau. **Revista Brasileira de Gestão em Desenvolvimento Regional**, v. 3, 20 set. 2007.

DELORS, Jaques. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Brasília: MEC/UNESCO, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-3bb8479c-2871-42ba-9998-0f4f6b9a2e23. Acesso em: 28 jul. 2023.

DIAS, Gabriel Rovo de Souza. **Turismo em Pirenópolis**: gentrificação, uso e ocupação dos imóveis no centro histórico. 2017. 92 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25093>. Acesso em: 28 jul. 2023.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 15, n.2, p. 66-72, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/spp/a/fHHZxHX7XDrdPYTMYpGQRzd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 dez. 2022.

FERNANDES, Francine Lopes. O programa de regionalização do turismo e sua aplicação no circuito turístico caminhos gerais. **Revista Gestão & Conhecimento**. ISSN 1808-6594. PUC Minas – campus Poços de Caldas. Nov/2012. Disponível em:
http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/artigos_8cbs_2012.html Acesso em: 7 nov. 2022.

FERREIRA, André; LEOPOLDI, Maria Antonieta. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 1, p. 60-82, 2013.

FERRAZ, Fabiana Craveiro Silva. **A Cidade de Goiás e o Turismo**: um estudo do patrimônio histórico e cultural e sua influência na organização da atividade turística no município. Balneário Camboriú. Universidade do Vale do Itajaí, 2010. Disponível em:
<https://siaiap39.univali.br/repositorio/handle/repositorio/1369>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos avançados**, v. 27, p. 113-122, 2013.

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco. **G&DR**, v. 13, n. 1, p. 247-263, jan-abr/2017, Taubaté: SP. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2737>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fabio José; SHITSUKA, Ricardo. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018.
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf Acesso em: Junho 2023.

GERMANO, Ana Cláudia Aquino. **O poder legislativo brasileiro na produção de políticas de turismo**. Currais Novos – RN, UFRN, 2019. Disponível em: https://antigo.monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/10503/6/Poderlegislativo_Germado_2019.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **GESTÃO.Org** – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/11383/refletindo-sobre-criterios-de-qualidade-da-pesquisa-qualitativa/i/pt-br>. Acesso em: 25 maio 2023.

GOIÁS. **Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999**. Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/87085/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

GOIÁS TURISMO. Disponível em: <https://www.goiasturismo.go.gov.br/pt/destinos/goias> Acesso em: 02 set. 2023.

GOMES, Cristiane Mesquita; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. Políticas públicas de turismo: a importância para o desenvolvimento do Maranhão. **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2007.

GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 2 ed. Uruguaiana: Conceito, 2021.

GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario. **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. 1 ed. Porto Alegre: Conceito, 2017.

HALLAL, Dalila Rosal; MULLER, Dalila; GARCIA, Tania Elisa Morales; RAMOS Maria da Graça Gomes. O contexto de criação dos cursos de bacharelado em turismo no Brasil. Repositório Institucional: UFSC. **Anais do X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en America del Sur**. Mar del Plata, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/97077>. Acesso em: 28 jul. 2023.

HOFF, Debora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 28 jul. 2023.

IMB – INTITUTO MAURO BORGES – **PIB municipais do Estado de Goiás**: 2022. Disponível em: https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/pib-municipios/PIB_Municipal2020.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html>. Acesso em: 13 jan. 2023.

IPHAN – INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural 2014**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso: 5 dez. 2022.

LIMA, Luana Nunes Martins de. O turismo, a reinvenção e a espetacularização na Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.53-64.

MARINHO, Igor César Pamplona. Hotel Acácias, um hotel na cidade de Goiás - GO junto ao Parque das Acácias. 2021. 96 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás, Cidade de Goiás, 2021. Disponível em :

<http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19814> Acesso. em: 20 fev. 2023.

MANFRÉ, Edson Roberto; NARDEZ, Eduardo. Desenvolvimento local e o arranjo produtivo local – APLs. **Revista Geografia em Atos**, v. 6, n. 13, 2019. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6201/pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MANZANO Lopes, Mariana.; PANOSSO NETTO , Alexandre. (2021). Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). **Ateliê Do Turismo**, 5(2), 200-224. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13205>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Paula Dutra Leão; TEIXEIRA, Célia Regina. A formação do currículo universitário: estudo de caso sobre o projeto pedagógico do curso de bacharelado em turismo. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 1, p. 200-220, 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo 2022**. Disponível em:

<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Orientações Técnicas Para a Criação de Conselhos de Turismo** – Brasília, 2018. Disponível em:
http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/CARTILHA_CONSELHOS_MUNICIPALIS_REVISADA_05_10_18.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2018). **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível em:
http://www.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf. Acesso em: 3 dez. 2022. Acesso em: 28 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2004). **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível em:

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, 2013. Disponível em:
http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/PNT_2013-2016.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Portaria MTUR nº 3, de 18 de janeiro de 2006**. Disponível em:
<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2006/portaria-n-3-de-18-de-janeiro-de-2006>. Acesso em: 28 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo**. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007. 69 p. Disponível em:
http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MUNICÍPIO DE GOIÁS. **Guia da Cidade**. [s.d.]. Disponível em:
<http://www.prefeituradegoias.go.gov.br/turismo/pdfs/guiacidade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MUNICÍPIO DE GOIÁS. **Lei nº 03, de 12 de março de 2013**. Disponível em:
<https://goias.go.gov.br/publicacoes/leis/lei0032013.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MUNICÍPIO DE GOIÁS. **Lei nº 299, de 2 de dezembro de 2021**. Disponível em:
<https://goias.go.gov.br/publicacoes/leis/lei299.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NASCIMENTO, Abadia dos Reis; CRUZ, Alethéia Ferreira da; FARIA, Raquel Cintra de; EVANGELISTA, Zeuxis Rosa; FURQUIM, Maria Gláucia Dourado; GODOI, Rafael. **Panorama do arranjo produtivo local lácteo do oeste goiano**. Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO, 2022.

NASCIMENTO, Henrique. **Saiba como diferenciar Faculdade, Universidade e Centro Universitário**. Editora da UNIVERITAS: Recife, 2017.

OGANAUSKAS, Daniela Sousa Nunes; GOMES, Bruno Martins Augusto; ANDRUKIU, Alcimara Meira Gonçalves. Bacharelado em Turismo no Brasil: história e contribuições da Universidade Federal do Paraná. **Turismo e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Faria de. Conhecendo a Cidade de Goiás. 2011 Disponível em: <https://blogdacidadedegoias.blogspot.com/2011/10/seja-bem-vindo-ao-blog-dos-alunos-do-4.html>. Acesso em: 12 set. 2023.

OLIVEIRA, Gilson Batista; LIMA, José Edmilson Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta; MARTINEZ, Renata de Souza. Desenvolvimento regional e local fomentado pela participação e articulação de atores sociais. **FACEF Pesquisa**, v. 16, n. 3, 2013.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de Metodologia Científica – **Projetos de Pesquisas, Tgi, Tcc, Monografias, Dissertações e Teses**. Editora: Cengage Learning. 2, ed. 2001.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia**, v. 23, p. 113-129, 2007.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Fundação Santillana. Ed: Moderna. Brasília. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; CALDAS, Yurgel Pantoja; LOMBA, Roni Mayer. Pós-graduação em desenvolvimento regional no estado do Amapá: o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 11, n. 23, 2014.

RAIHER Augusta Pelinski. **As universidades estaduais e o desenvolvimento regional do Paraná**. (Org.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

RIBEIRO, Marinalva Lopes; SALES, Taiara de Lima Silva. Diálogo: desafios da docência diante do papel social da universidade. **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 65, p. 558-579, 2020.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 12-45, 2009.

ROSA, Eliana Cristina. Teoria Das Organizações: O Poder No Pensamento de Michel Foucault, com um Olhar na Universidade. **Rev. Triang**, v. 8, n. 2, p. 185-194, 2015.

RUBIÃO, André. **História da universidade**. Lisboa: Leya, 2013.

SAMPAIO, Tadeu Otávio Sales. **Contexto externo e trajetórias organizacionais: o caso do Centro Universitário FUMEC**. Annablume, 2005.

SANTOS, Ivanaldo Oliveira. Tomás de Aquino e o século XIII. **Revista Ágora Filosófica**, v. 17, n. 1, p. 123-148, 2017.

SCHINDLER, Andressa Alves Watanabe. **Políticas públicas aplicadas ao turismo**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

SERAFINI, Glaucia; HOFFMAM, Fernando. Políticas públicas culturais e uma forma de desenvolvimento e integração Brasil e o mundo. **Anais do 9º SIEPE – Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 136, 2013.

SIMONETTI, Erica Ribeiro de Sousa; KAMIMURA, Quésia Postigo. **As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8825/1/As%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: out. 2022.

SILVA, Janaina Mayara Müller da; MANTOVANELI JÚNIOR, Oklinger. Políticas públicas: o Desenvolvimento Regional como área contributiva. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/politicas-publicas-o-desenvolvimento-regional-como-area-contributiva.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no Estado do Paraná no contexto regional**. Curitiba, 2002.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. Ensino superior em turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 13 - nº 3 - p. 282–298 / set-dez 2011. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/2501>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SOUSA, Flávio Eliziário de; FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, 2018.

SOUSA, Moraes Mansur Cristiane; THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento regional: Abordagens Contemporâneas – Desenvolvimento local e responsabilidade social empresarial: contribuições das estratégias intersetoriais**. (orgs.). Blumenau: Edifurb, 2009.

SOUZA, Francilane Eulália de. O desmantelamento dos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual de Goiás ante as políticas autoritárias de governos. **UFJ**. V. 17, n. 4, 2021. <https://revistas.ufg.br/rir/article/download/67331/37188/326061> Acesso em: 5 fev. 2023.

STRATHERN, Paul. **Foucault em 90 minutos**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2003.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

UEG – Universidade Estadual de Goiás. **Projeto pedagógico do curso de bacharelado em turismo e patrimônio**. Goiás-Go. 2019. Disponível em: https://ueg.br/campuscoracoralina/conteudo/17949_turismo_e_patrimonio Acesso em: 26 set. 2022.

UNESCO. **World conference on cultural policies**. Paris: UNESCO, 1982.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

WANZINACK, Clovis; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 7, n. 2, p. 286-307, 2014.

ANEXOS

ANEXO I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr.(a) _____ para participar da pesquisa sobre **“O CURSO DE TURISMO NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE GOIÁS (UEG) E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÁS E REGIÃO”** sob a responsabilidade da pesquisadora **Cinthia Alves Albino Duarte**, sob a orientação do Professor Doutor Edson José de Souza Júnior, visando à obtenção do título de mestre com a confecção da dissertação a ser apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Farias (UniAlfa). O objetivo principal da pesquisa é analisar o contexto histórico no qual as políticas públicas se fomentam e se efetivam, entendendo que permitirá um entendimento sobre a realidade atual em relação as políticas públicas especificamente de educação, cultura e turismo para o desenvolvimento regional e local, analisando o Curso de Bacharelado em turismo e patrimônio da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Para tanto, pede-se a colaboração dos servidores públicos, gestores, pedagogos que prestem informações que permitam auxiliar no diagnóstico de como estão sendo desenvolvidas a política pública educacional, cultural e de turismo. Isso possibilitará o conhecimento das limitações e perspectivas da atuação institucional e proporcionará a adoção de possíveis mudanças e realização de ajustes em busca da melhoria dos serviços do Estado à população, contribuindo para o desenvolvimento regional e local. Não existe nenhum risco à sua participação na pesquisa e esta é voluntária. Caso aceite participar, irá contribuir para que se possa entender o contexto das políticas públicas educacional, culturais e de turismo desenvolvidas no município goiano de Goiás, além de contribuir para a verificação da necessidade de sugestões quanto à atuação mais efetiva e eficiente das políticas públicas envolvidas.

O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e não receberá nenhuma remuneração, além de contribuir para a pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo resguardada pelo indispensável sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço eletrônico cintmatematica1@gmail.com ou por WhatsApp (62-98592-3814).

Eu, _____ fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa e da importância da minha colaboração e compreendo a explicação, por isso, concordo em participar do projeto.

Data: ____/____/____ Assinatura _____

ANEXO II: ROTEIROS DE ENTREVISTAS

A) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS DO CURSO BACHARELADO EM TURISMO E PATRIMÔNIO – UEG – CAMPUS CORA CORALINA NO PERÍODO: 31/05 a 31/05/2023

Nome: _____

Ano de ingresso no curso: _____ Qual semestre está cursando: _____

01) Faixa etária:

() 17 a 24 () 25 a 29 () 40 a 49 () 30 a 39 () 50 a 59 () Acima de 60

02) Qual o seu sexo:

() Masculino () Feminino () Outros

03) Na sua opinião como você classifica a potencialidade do turismo na Cidade de Goiás?

(a) Muito baixa (b) Baixa (c) Média (d) Alta (e) Muito alta

04) Que tipo de turismo atrai mais turista para a Cidade de Goiás:

(a) Eventos (b) Natural (c) Cultural e religioso (d) Gastronômico (e) Rural

05) Na sua opinião qual é a contribuição do turismo para o desenvolvimento da Cidade de Goiás?

(a) Muito baixa (b) Baixa (c) Média (d) Alta (e) Muito alta

06) Sobre as políticas públicas de educação, cultura e turismo, como elas podem contribuir para a economia e o desenvolvimento local do município de Goiás.

(a) Nenhuma contribuição (b) Pouca contribuição (c) Contribuição moderada (d) Grande contribuição (e) Contribuição essencial

07) Na sua opinião, existem intersecções entre políticas públicas de educação, cultura e turismo presente na Cidade de Goiás?

(a) Nenhuma intersecção (b) Poucas intersecções (c) Algumas intersecções (d) Muitas intersecções (e) Intersecções essenciais

08) Qual foi o motivo da escolha do curso?

(a) Interesse pela indústria do turismo
(b) Atração pelos destinos turísticos da cidade
(c) Qualidade do ensino
(d) Oportunidades de emprego
(e) Proximidade geográfica
(f) Outros: _____

09) O curso de Turismo e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás é relevante para a formação de profissionais capacitados para atuar no setor de turismo da região?

(a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo (d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

10) O curso de Turismo e Patrimônio da UEG contribui para a promoção de eventos culturais, religiosos e turísticos na região?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

11) O curso superior de turismo e patrimônio em parceria com a secretaria de turismo e desenvolvimento econômico da Cidade de Goiás tem promovido através de ações o desenvolvimento econômico da região?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

12) A cultura local é valorizada e utilizada como um recurso para o desenvolvimento econômico da região?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

13) Na sua opinião, as políticas públicas de educação na Cidade de Goiás são eficazes em promover o desenvolvimento regional?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

14) Em sua opinião, as políticas públicas de cultura e turismo na Cidade de Goiás são adequadas para promover o turismo local e o desenvolvimento regional?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

15) Você acredita que a infraestrutura turística na Cidade de Goiás é suficiente para atender às necessidades, demanda e expectativas dos turistas?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

16) Na sua opinião, a Cidade de Goiás tem potencial para se destacar entre os destinos turísticos importantes na região e para o Estado de Goiás?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

17) A matriz curricular de seu curso tem aderência com as exigências do mercado de trabalho?

- (a) Muito baixa (b) Baixa (c) Média (d) Alta (e) Muito alta

18) O mercado de trabalho local absorve a mão de obra formada pelo Curso de Turismo e Patrimônio da UEG?

- (a) Concordo totalmente (b) Concordo parcialmente (c) Nem concordo nem discordo
(d) Discordo parcialmente (e) Discordo totalmente

19) Nos últimos vestibulares a quantidade de vagas ofertadas foi superior à quantidade de candidatos inscritos para concorrer uma vaga para o pelo Curso de Turismo e Patrimônio. Na sua opinião o que pode ser feito para atrair mais alunos para o curso?

20) Na sua opinião o que pode ser melhorado no pelo Curso de Turismo e Patrimônio?

**B) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O(S) COORDENADORES DO CURSO
BACHARELADO EM TURISMO E PATRIMÔNIO – UEG – CAMPUS CORA
CORALINA NO PERÍODO DE: 31/05 a 31/05/2023**

ENTREVISTADO _____ DATA ____/____/____

01) Quando passou a integrar o corpo docente do curso de bacharelado em turismo e patrimônio da UEG *CAMPUS CORA CORALINA* e quando assumiu a coordenação do curso? Foram quantos coordenadores desde a implantação do curso? Favor indicar aproximadamente o período de gestão de cada um dos coordenadores, se for o caso.

02) Quais são as principais atrações turísticas da cidade de Goiás?

03) Além do patrimônio histórico e cultural, quais outras atrações turísticas a cidade oferece?

04) O turismo religioso é relevante para atrair turistas para cidade de Goiás?

05) Como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento da cidade de Goiás?

06) Sobre as políticas públicas de educação, cultura e turismo, como elas podem contribuir para a economia e o desenvolvimento local do município de Goiás.

07) Destacam-se algumas intersecções entre políticas públicas de educação, cultura e turismo presente na Cidade de Goiás?

08) Como políticas públicas de educação e cultura podem contribuir para o desenvolvimento do turismo na cidade?

09) Quais são as principais áreas de atuação para os alunos em turismo e patrimônio e como o curso prepara os alunos para o mercado de trabalho?

10) Qual a relação do curso de turismo e patrimônio da UEG com as atividades turísticas presentes na cidade?

11) E como o curso contribui para a preservação do patrimônio da cidade de Goiás?

12) Como o Curso de Turismo e Patrimônio da Cidade de Goiás pode contribuir para o desenvolvimento do turismo na cidade?

13) Existe algum levantamento e/ou estudo sobre a absorção dos egressos do curso de turismo e patrimônio da UEG no mercado de trabalho, especificamente na área de formação?

14) A universidade promove de alguma forma uma capacitação aos comerciantes na prestação de serviços aos turistas?

15) Qual a contribuição do curso de turismo e patrimônio da UEG para o desenvolvimento regional?

**C) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE GOIÁS
NO PERÍODO DE: 31/05 a 31/05/2023**

Nome: _____ Data da entrevista: ____/____/____

- 1) Há quanto tempo tem ocupando o cargo de secretário de turismo e desenvolvimento da Cidade de Goiás? Se possível, pontue sobre alguns aspectos gerais sobre como a secretaria atua, seus campos de atuação e seu papel na governabilidade do município atualmente.
- 2) É notável que a Cidade de Goiás tem muitas festividades no calendário de eventos da cidade. Qual ou quais desses eventos mais se destacam na arrecadação de recursos financeiros promovidos pelo turismo?
- 3) Em eventos religiosos como o Canto do Perdão e eventos culturais como o Festival de Cinema Ambiental (FICA), existem investimentos públicos voltados para o estímulo de atividades com fins turísticos na cidade?
- 4) Como é a relação entre a secretaria e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) presente na cidade?
- 5) Do ponto de vista do desenvolvimento regional, qual a importância do turismo para a cidade de Goiás? Se possível, poderia apresentar outros pontos que denotam a relevância do turismo para o município?
- 6) Existem iniciativas, ações, projetos e programas em desenvolvimento ou já sendo aplicados para atrair turista durante todo o ano para a cidade? Caso a resposta seja afirmativamente positiva, poderia apresentar algumas considerações a respeito?
- 7) O estímulo ao turismo na cidade conta com iniciativa das esferas estadual e federal atualmente? Se existe ou já existiu iniciativas neste sentido, poderia relatar sua experiência neste âmbito?
- 8) Existem interações, envolvimento e participação do curso de Turismo e Patrimônio da UEG nas atividades turísticas e culturais da cidade?
- 9) Existe algum projeto de integração entre a municipalidade, a UEG, a UFG e o IF da cidade de Goiás para contribuir ou fomentar o turismo ou desenvolvimento econômico do município?
- 10) Como a secretaria entende que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento da Cidade de Goiás? Existem diretrizes próprias da secretaria voltadas para este aspecto?
- 11) Há interrelações e intersecções entre políticas públicas de cultura e turismo presentes na Cidade de Goiás? Se sim, poderia apresentar algumas considerações sobre sua

funcionalidade e efetividade no que se refere em estimular atividades com finalidades turísticas na cidade?

- 12) O município conta com um Plano Turístico? Em caso afirmativo quais são as prioridades previstas e os principais instrumentos de gestão? Quais e quantos são os recursos financeiros previstos?
- 13) Acredita que a sociedade (comunidade, comerciantes, turistas, etc.) está satisfeita com a dinâmica do desenvolvimento do turismo no município? Por quê?
- 14) Que efeitos positivos são percebidos pelo no desenvolvimento do turismo no município de Goiás?
- 15) Que efeitos negativos podem ser enumerados como provenientes do turismo e que já ocorrem ou que ainda poderão ocorrer no município (efeitos ambientais, sociais, econômicos, culturais, etc.)?
- 16) A secretaria tem investido no fortalecimento de laços relacionais entre artistas locais e as estruturas turísticas existentes na cidade?
- 17) A secretaria dispõe de forma específica de serviços de atendimento e acolhimento ao turista?
- 18) O empreendedorismo na cidade é estimulado como uma das diretrizes para fortalecer o turismo local?
- 19) A secretaria já pensou na possibilidade da elaboração de *site* em moldes de uma vitrine virtual para divulgação de atividades turísticas na cidade ou outra possibilidade neste sentido?

D) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS TURISTAS NO PERÍODO DE: 31/05 a 31/05/2023

Nome:_____ (Opcional)

01) Qual o tempo de permanência na Cidade de Goiás?_____

02) Faixa etária:

() 18 a 24 () 25 a 29 () 30 a 39 () 40 a 49 () 50 a 59 () Acima de 60

03) Qual o seu sexo:

() Masculino () Feminino () Outros Qual?_____

04) Como soube do destino?

() Amigo () Internet () Revista/Jornal () TV () Outros:_____

05) Qual o motivo da viagem?

() Visita a parentes ou amigos () Turismo

06) Viajou:

() Sozinho () Em família () Com amigos () Casal () Casal com filhos

07) Gasto médio no destino por pessoa:_____

08) Dos valores gastos a maior parte foi destinada a:

() Hospedagem () Passeios () Alimentação () Transporte () Lazer/Entretenimento

() Compras

09) Principal meio de hospedagem utilizado:

() Casa de parentes/Amigos () Pousada () Hotel () Outros

10) Qual o motivo da viagem?

() Visita a parentes ou amigos () Turismo

11) Qual o tipo de turismo você procura na Cidade de Goiás:

() eventos () natural () Cultural e religioso () gastronômico () rural

12) Quais os pontos turísticos que você visitou na cidade?

() Mercado central () Coreto () Igrejas () Palácio Conde dos Arcos

() Balneários () Hoteis fazendas () Casa de Cora () Largo da Carioca

() Quartel do XX () Museu da Cadeia () Vila () Outros:_____

13) Dê uma nota (1 a 5) para os pontos turísticos visitado da cidade? (Considerando 1- Ruim e 5- Ótimo)

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5

**E) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O(S) EMPRESÁRIOS NO PERÍODO DE:
31/05 a 31/05/2023**

01) Faixa etária:

☐ 18 a 24 ☐ 25 a 29 ☐ 40 a 49 ☐ 30 a 39 ☐ 50 a 59 ☐ Acima de 60

02) Qual o seu sexo:

☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outros

03) O(a) senhor(a) acredita que o turismo representa progresso econômico para sua cidade:

☐ sim ☐ não

04) Qual a interferência que o desenvolvimento do turismo acarreta em seus negócios:

☐ Nenhuma ☐ Mínima ☐ Moderada ☐ Grande ☐ Máxima

05) Como seu negócio se beneficia com o turismo desenvolvido no município:

☐ Nenhum benefício ☐ Benefício mínimo ☐ Benefício moderado ()
Grande benefício ☐ Benefício máximo

06) O que o turismo está trazendo de bom para as pessoas que vivem no município:

☐ Nenhum benefício ☐ Benefício mínimo ☐ Benefício moderado ()
Grande benefício ☐ Benefício máximo

07) Que tipo de turismo que os turistas têm procurado na cidade de Goiás:

☐ Eventos ☐ Natural ☐ Cultural e religioso ☐ Gastronômico ☐ Rural

08) Você acredita que a divulgação do turismo da cidade de Goiás seja suficiente?

☐ Sim ☐ Não

09) Como classifica a contribuição do turismo da cidade de Goiás para o desenvolvimento econômico?

☐ Nenhuma ☐ Mínima ☐ Moderada ☐ Grande ☐ Máxima

10) Está satisfeito(a) com o turismo da sua cidade?

☐ Sim ☐ Não

11) Como classifica a contribuição do turismo da cidade de Goiás para o desenvolvimento regional e local?

☐ Nenhuma ☐ Mínima ☐ Moderada ☐ Grande ☐ Máxima

12) Já contratou egressos do curso de turismo e patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina?

☐ Sim ☐ Não

13) A formação dos estudantes do curso de turismo e patrimônio da UEG *campus* Cora Coralina é adequada para as necessidades do mercado de trabalho na cidade de Goiás e Região?

☐ Sim ☐ Não

14) Quais os eventos e/ou datas turísticas que mais afetam positivamente seu estabelecimento comercial?

() Eventos Religiosos () Festival Gastronômico () FICA () Carnaval Eventos
() Esportivos () Outros: _____

15) Quais os locais turísticos mais acessados pelos turistas?

() Mercado central () Coreto () Igrejas
() Palácio Conde dos Arcos () Balneários () Hoteis fazendas ()
Casa de Cora () Largo da Carioca () Quartel do XX () Museu da Cadeia ()
)Vila Esperança () Morro do Macaco

16) Quais os eventos e/ou datas turísticas que mais afetam positivamente seu estabelecimento comercial?

**ANEXO III: MATRIZ CURRICULAR DA CURSO BACHARELADO EM
TURISMO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA NO
PARANÁ CAMPUS CENTRAL**

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL		
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
104119	Geografia Aplicada ao Turismo	68
403132	Administração Aplicada ao Turismo	68
404053	Aspectos Econômicos do Turismo	68
406075	Contabilidade	68
408005	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo I	68
408014	Turismo, Tempo e Espaço	68
408026	Antropologia Social do Turismo	68
408027	Filosofia e Ética no Turismo (*)	68
408028	Patrimônio Turístico I	68
408029	Patrimônio Turístico II	68
506065	Língua Portuguesa	68
603048	Legislação Aplicada ao Turismo (*)	68
Sub-total		816
DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL		
CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
403133	Marketing Turístico	68
505064	Língua Espanhola I (#)	68
505065	Língua Espanhola II (#)	68
	ou	
505070	Língua Inglesa I (#)	68
505071	Língua Inglesa II (#)	68
408001	Hotelaria e Meios de Hospedagem	68
408002	Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso	34
408006	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo II	68
408013	Teoria Geral do Turismo	136
408015	Agenciamento	102
408020	Hospitalidade	68
408021	Organização de Eventos	102
408030	Alimentos e Bebidas	68
408031	Gestão Empreendedora em Turismo	68
408032	Laboratório de Planejamento em Turismo	68
408033	Planejamento e Organização do Turismo I	68
408034	Planejamento e Organização do Turismo II	68
408035	Transportes e Roteiros (*)	68
408036	Turismo em Áreas Naturais I	68
408037	Turismo em Áreas Naturais II	68
Sub-total		1.326

(#) No final da 1.ª série, os alunos serão consultados pelo Colegiado de Curso para a oferta de uma única língua estrangeira moderna entre Espanhol e Inglês, sendo respeitada a opção da maioria da turma e será mantida por dois anos consecutivos.

DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU APROFUNDAMENTO			
CÓDIGO	DISCIPLINAS	SÉRIE	CARGA HORÁRIA
408038	Cenários e Tendências do Mercado Turístico	3ª	68
408039	Gestão, Turismo e Entretenimento	3ª	68
408040	Laboratório de Alimentos e Bebidas	3ª	68
408041	Laboratório de Hospedagem	2ª	68
408042	Laboratório de Turismo em Áreas Naturais I	2ª	68
408043	Laboratório de Turismo em Áreas Naturais II	3ª	68
408044	Laboratório de Turismo em Áreas Urbanas	3ª	68
408045	Metodologia do Ensino de Turismo (*)	4ª	68
408046	Planejamento e Operacionalização de Bares, Restaurantes e Similares (*)	4ª	68
408047	Políticas Públicas em Turismo	2ª	68
408048	Tópicos Especiais em Turismo I	2ª	68
408049	Tópicos Especiais em Turismo II	3ª	68
408050	Tópicos Especiais em Turismo III (*)	4ª	68
408051	Turismo e Responsabilidade Social (*)	4ª	68
408052	Turismo, Cultura e Identidade	2ª	68
510000	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (*)	4ª	51
Sub-total			272

DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
408053	Estágio Supervisionado em Turismo	238
Sub-total		238

Matriz Curricular da Curso Bacharelado em Turismo e Patrimônio da
Universidade Estadual de Goiás – Goiás *campus* Cora Coralina

Períodos	Conteúdo de formação (Núcleo Comum ou Núcleo de Modalidade ou Núcleo Específico)	Componentes curriculares (Disciplinas, estágio, TC/TCC)	Componentes Curriculares como Pré-Requisito	CHS (carga horária semanal) 2 ou 3 ou 4 horas/aulas semanais	CH – (carga horária semestral)			CR (total de créditos do semestre. 1 crédito corresponde a 15 horas curriculares)
					CH Teórica	CH Prática (atividades laboratoriais)	CHT (carga horária semestral total)	
1º	Núcleo Específico	Teoria Geral do Turismo I		4	60	-	60	4
1º	Núcleo de Modalidade	Metodologia Científica		4	-	-	60	4
1º	Núcleo Específico	Turismo e Meio Ambiente		4	50	10	60	4
1º	Núcleo Comum	Linguagem, Tecnologias e Produção Textual		4	-	-	60	4
1º	Núcleo Específico	Antropologia e Turismo		4	60	-	60	4
Carga Horária Total do Período								
2º	Núcleo Específico	Patrimônio Cultural		4	50	10	60	4
2º	Núcleo Específico	Teoria Geral do Turismo II		4	60	-	60	4
2º	Núcleo Específico	Geografia e Turismo		4	60	-	60	4
2º	Núcleo Específico	História e Turismo		4	60	-	60	4
2º	Núcleo Específico	Língua Estrangeira I		4	60	-	60	4
Carga Horária Total do Período								
3º	Núcleo Específico	Hospitalidade e Meios de Hospedagem		4	60	-	60	4
3º	Núcleo Específico	Língua Estrangeira II		4	60	-	60	4
3º	Núcleo Específico	Administração em Turismo e Patrimônio		4	60	-	60	4
3º	Núcleo Específico	Patrimônio Natural		4	50	10	60	4
3º	Núcleo Específico	Planejamento e Organização do Turismo		4	60	-	60	4

4º	Núcleo Específico	Tecnologia da Informação e Comunicação		4	40	20	60	4
4º	Núcleo Específico	Economia do Turismo		4	60	-	60	4
4º	Núcleo Específico	Sociologia do Turismo e do Lazer		4	60	-	60	4
4º	Núcleo Específico	Língua Estrangeira III		4	60	-	60	4
4º	Núcleo Específico	Roteiros Turísticos Patrimoniais		4	50	10	60	4
Carga Horária Total do Período								
5º	Núcleo Específico	Patrimônio Arqueológico		4	50	10	60	4
5º	Núcleo Específico	Psicologia e Turismo		4	60	-	60	4
5º	Núcleo Específico	Políticas Públicas de Turismo e Patrimônio		4	60	-	60	4
5º	Núcleo Específico	Marketing Turístico		4	60	-	60	4
5º	Núcleo Específico	Elaboração de Projetos e Consultoria em Turismo e Patrimônio		4	50	10	60	4
Carga Horária Total do Período								
6º	Núcleo Específico	Turismo, Educação Patrimonial e Museu		4	60	-	60	4
6º	Núcleo Específico	Estatística em Turismo		4	60	-	60	4
6º	Núcleo Específico	Mobilidade, Turismo e Patrimônio		4	60	-	60	4
6º	Núcleo Específico	Legislação em Turismo e Patrimônio		4	60	-	60	4
Carga Horária Total do Período								
7º	Núcleo Específico	Trabalho de Curso I		-	-	-	40	-
7º	Núcleo Específico	Estágio Supervisionado I		-	-	-	90	-
7º	Núcleo Específico	Patrimônio, Turismo e Desenvolvimento Sustentável		4	60	-	60	4
7º	Núcleo Específico	Planejamento e Organização de Eventos		4	50	10	60	4
Carga Horária Total do Período								
8º	Núcleo Específico	Trabalho de Curso II		-	-	-	40	-
8º	Núcleo Específico	Estágio Supervisionado II		-	-	-	90	-
8º	Núcleo Específico	Empreendedorismo, Responsabilidade Social e Terceiro Setor		4	60	-	60	4
8º	Núcleo Comum	Diversidade, Cidadania e Direitos		4	-	-	60	4

Conteúdo de Formação	Carga Horária Total		Carga Horária Total (CHT teórica e prática)
	Teórica	Prática	
Núcleo Específico (NE)	1610	70	1680
Núcleo Modalidade (NM)	-	-	60
Núcleo Comum (NC)	-	-	120
Núcleo Livre (NL)	-	-	180
Prática como Componente Curricular (PCC - curso de licenciatura)			400

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (ECSO)	-	-	102
Trabalho de conclusão de curso (TCC) ou Trabalho de curso (TC)	-	-	80
Atividades Complementares (AC)	-	-	100
Atividades de Curricularização da Extensão (CCE e ACE)			258
Carga Horária Total do Curso			2.580



OFÍCIO N° 6206/2023/UEG

GOIÁS, 07 de julho de 2023.

Sr.
Marcelo Ladvocat Rocha Campos
Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional
Centro Educacional Alves Faria - UNIALFA
Goiânia - Go

Assunto: Acesso às informações discentes

Senhor,

Segue abaixo os dados referentes aos Ingressantes, matriculados, concluintes e desistentes do curso de Bacharelado em Turismo e Patrimônio, no período de 2019 a 2023.

Bacharelado em Turismo e Patrimônio									
	2019/1	2019/2	2020/1	2020/2	2021/1	2021/2	2022/1	2022/2	2023/1
Ingressantes	36	2	12	1	*	-	6	-	10
Matriculados	36	23	28	13	10	10	15	9	17
Concluintes	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Abandonos/desistências	-	12	5	18	3	1	1	2	-
* Não foram ofertadas vagas para o curso de Turismo e Patrimônio no Processo Seletivo de Vestibular 2021/1 - UEG. Fonte: Sistema Acadêmico Fênix ;									

Respeitosamente,

Dominga Correia Pedrosa Moraes
Coordenadora em Substituição do Câmpus Cora Coralina



Documento assinado eletronicamente por **DOMINGA CORREIA PEDROSO MORAES**,
 Coordenador (a) em Substituição, em 07/07/2023, às 10:39, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei
 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

APÊNDICE – ATRATIVOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE GOIÁS

Museu Casa de Cora Coralina



Fonte: Goiás Turismo

Centro Histórico



Fonte: Goiás Turismo

Artesanato



Fonte: Goiás Turismo

Praça do Chafariz



Fonte: Goiás Turismo

Procissão do Fogaréu



Fonte: Goiás Turismo

Igreja da Boa Morte



Fonte: Goiás Turismo

Igreja Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Goiás Turismo

Igreja de Santa Bárbara



Fonte: Goiás Turismo

Empadão Goiano



Fonte: Goiás Turismo

Museu das Bandeiras



Fonte: Goiás Turismo

Centro Comercial do Lago das Acácias



Fonte: Goiás Turismo

Igreja de São Francisco de Paula



Museu Palácio Conde do Arcos



Fonte: Goiás Turismo

Igreja do Rosário



Fonte: Goiás Turismo

Praça do Coreto e a Igreja Matriz de Sant'Anna



Fonte: Goiás Turismo